

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TURISMO CIENTÍFICO



LABETUR
EVENTOS EM TURISMO



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



CASA DA CIÊNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

INCT CPCT
Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia

UCS
UNIVERSIDADE
DE CAXIAS DO SUL

NID
ODITT-UCS

**SCIENTIFIC
TOURISM
NETWORK**

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



UNIRIO, Rio de Janeiro, 23 a 25 de novembro de 2023

ANAIIS DO II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TURISMO CIENTÍFICO: o Turismo Científico como estratégia para a popularização da ciência

Coordenação

Bruna Ranção Conti

Organização

Bruna Ranção Conti

Joice Lavandoski

Maria Jaqueline Elicher

Ildeu de Castro

Luisa Massarani

Mônica Moraes

Michel Bregolin



Presidente da Comissão Organizadora e proponente:

Profa. Dra. Bruna Ranção Conti (UNIRIO; UFF) – RJ

Demais membros da Comissão Organizadora:

Profa. Dra. Joice Lavandoski (UNIRIO; UFF) – RJ

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO) – RJ

Prof. Dr. Ildeu de Castro (UFRJ; INCT-CPTC/Fiocruz) – RJ

Profa. Dra. Luisa Massarani (INCT-CPTC/Fiocruz) – RJ

Dra. Mônica Moraes (UFRJ) – RJ

Prof. Dr. Michel Bregolin (UCS) – RS

Comissão Científica:

Profa. Dra. Bruna Ranção Conti (UNIRIO; UFF) – RJ

Profa. Dra. Joice Lavandoski (UNIRIO; UFF) – RJ

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO) – RJ

Prof. Dr. Michel Bregolin (UCS) – RS

Profa. Dra. Laura Rudzewicz (UFPEL) – RS

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Diagramação e Normalização:

Ana Beatriz do Valle de Carvalho Arantes

Márcia Cavalcanti Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S612 Simpósio Internacional de Turismo Científico (2. : 2023 : Rio de Janeiro, RJ).

Anais do II Simpósio Internacional de Turismo Científico [recurso eletrônico] : o Turismo Científico como estratégia para a popularização da ciência / II Simpósio Internacional de Turismo Científico ; coordenação Bruna Ranção Conti ; organização Bruna Ranção Conti ... [et al.]. — Rio de Janeiro : UNIRIO, 2024.

191 p. : il.

ISBN 978-65-86694-17-8

1. Turismo científico. 2. Divulgação científica. 3. Patrimônio cultural. 4. Geodiversidade. I. Simpósio Internacional de Turismo Científico (2. : 2023 : Rio de Janeiro, RJ). II. Conti, Bruna Ranção. III. Título.

CDD 338.4791

Elaborada por Ana Beatriz do Valle de Carvalho Arantes - CRB7-7278.

APRESENTAÇÃO

O Turismo Científico (TC) se apresenta como uma estratégia do “fazer ciência” e como caminho para a divulgação científica e a popularização da ciência.

Pensando nisso, o Laboratório de Eventos em Turismo (LABETUR) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, a Casa da Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), vêm trabalhando em conjunto para a melhor compreensão da temática e implementação de ações de Turismo Científico na cidade do Rio de Janeiro.

O II Simpósio Internacional de Turismo Científico, é um dos resultados dessa parceria, com o objetivo de ampliar as discussões sobre o tema nos âmbitos acadêmico, empresarial e da gestão pública na cidade do Rio de Janeiro, buscando o entendimento teórico e prático sobre quais ações e experiências de turismo podem ser promovidas tendo como base a divulgação científica e a popularização da ciência.

Para compor a organização do evento, foi convidado também o Núcleo de Inovação e Desenvolvimento – Observação, Desenvolvimento e Inteligência Turística e Territorial da Universidade de Caxias do Sul, pois, a nível nacional, é o grupo de pesquisadores que há mais tempo debate a questão do Turismo Científico.

Este documento reúne os resumos aprovados e apresentados durante o evento, nos dias 23 e 24 de novembro de 2023, nas dependências da UNIRIO.

É com satisfação que convidamos a comunidade acadêmica à leitura!

Profª. Dra. Bruna Conti
Coordenação Geral do Evento / UNIRIO

SUMÁRIO

Biodiversidade, Conservação e Turismo	9
<i>Last Chance Tourism</i> no contexto das mudanças climáticas: uma possibilidade de Turismo Científico?	10
Tiago Juliano; Ivy Xavier S. Dutra Soares	
O processo de turistificação em Territórios Insulares - O caso de Fernando de Noronha: uma revisão sistemática da literatura	15
Clarissa Dal Molin Calado; Bruna Ranção Conti	
Legados socioecológicos como potencial atrativo turístico no Parque Nacional da Tijuca, RJ	19
Vicente Leal E. Fernandez; Eloise Silveira Botelho; Alexandro Solórzano	
Patrimônio Paleontológico e o turismo: uma forma de divulgação científica no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí	23
Gabriela Dias Duarte	
Desenvolvimento Territorial, Geotecnologias, Indicações Geográficas e Turismo	27
A autopercepção do trabalhador: condições de trabalho no turismo na cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19	28
Victor Hugo Geovú Esposito; Aguinaldo César Fratucci	
Escopo de estudo de oportunidade para o desenvolvimento de um projeto turístico esportivo com enfoque secundário no cenário Fluminense	32
Airton Gustavo Viana da Silva	
Experiências Turísticas Transformativas na Comunidade Indígena Raposa I, Roraima	36
Romário Loffredo de Oliveira; Manoela Carrillo Valduga; Osiris Ricardo Bezerra Marques	
O papel do “turismo de política” no fenômeno de mobilidade de políticas	40
João Freitas; Thiago Allis; Jéssica Sewaybricker Ribeiro; Luma Mundin Costa	
Promoção das Indicações Geográficas Agroalimentares por meio de Eventos Científicos	44
Maria Jaqueline Elicher; Joice Lavandoski; Bruna Ranção Conti; Dan Gabriel D’Onofre	

A Cartografia Social Participativa dos Territórios Turísticos de Ilha Grande - PI: identidade e pertencimento	49
Luzinete Gaspar da Silva; Raiane da Fonseca Sales; Moisés Francisco Antão de Alencar; Mateus Rocha dos Santos; Edvania Gomes de Assis Silva; Heidi Gracielle Kanitz; Francisco Pereira da Silva Filho	
Educação, Divulgação Científica e Popularização da Ciência	54
Expedições do Cefet/RJ e suas contribuições para o turismo científico na trilha do Morro Meu Castelo (Castelinho) - Petrópolis, RJ	55
Tainara Guimarães de Rezende; Ana Carolina Marques Correa Monken Vieira; Fernando Amaro Pessoa; Marcelo Faria Porretti; Marcelo Soares Salomão	
Darwin e o turismo científico cultural na zona norte do Rio de Janeiro	60
Carla de Lima Batista; Simone Pinheiro Pinto; Mônica Santos Dahmouche	
Pesquisa-ação no turismo: uma revisão de literatura (2019-2023)	64
Paula Gomes de Alcantara Peres; Giovanna Victoria de Carvalho da Silveira; Eduardo Silva Sant'Anna	
História & Neurociências: conexões preliminares para o Turismo Científico a partir do Guia de Centros e Museus de Ciências da América Latina e do Caribe	69
Carla Fraga; Vera Lúcia Bogéa Borges	
Cuidado Digital: um desafio para a comunidade acadêmica do Turismo	73
Nilma Silva Rezende dos Santos	
O papel do esporte no Turismo Científico do Rio de Janeiro: desenvolvimento social e econômico	78
Carlos Henrique de Vasconcellos Ribeiro; Cláudia da Silva Mendes; Diego Ramos do Nascimento; Karine Barcelos	
Experiências e desafios na organização e participação no XX Seminário ANPTUR 2023: reflexões sobre o turismo científico	83
Luciana Gomes de Viveiros; Renan de Lima da Silva; Victor Hugo Geovú Esposito; Aguinaldo Cesar Fratucci	
A educação patrimonial para as crianças de escolas públicas em Parnaíba/PI	87
Cleber Teixeira Albuquerque; Heidi Gracielle Kanitz	
O papel das visitas técnicas na formação do profissional de Turismo: um estudo sobre a visita à Serra da Capivara pelo curso de Turismo da UFDPAr	91
João Vitor Monte Mota; Heidi Gracielle Kanitz; João Alípio de Oliveira Cunha	

O caráter educativo e inclusivo do turismo. A contribuição dos programas de residência pedagógica para a popularização e formação dos professores de turismo	96
Renato Ferreira de Azevedo	
A presença do audiovisual em projetos pedagógicos de cursos de graduação em turismo: um olhar para disciplinas de audiovisual e turismo	100
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior; Ana Cláudia Neves Antunes	
O Observatório do Valongo da UFRJ e o caminho das estrelas na Pequena África	105
Marcos Gonçalves Ramos; Maria de Nazaré de Freitas Pereira	
Museu Histórico de Campos dos Goytacazes como ação educativa	109
Geórgia Peixoto Bechara Mothé; Paula Oliveira de Souza; Adriele da Silva Tostes; Eloá Corrêa Lessa Tostes ; Thúlio Lauzino Finamôr Pereira; Aline Chaves Intorne; Simonne Teixeira	
Visitas guiadas como forma de intercâmbio metodológico: a construção de um roteiro de turismo científico	114
Carlos Otávio Serrador Ferreira Júnior; Stephanny Cristinny Mariano de Lira	
ENADE 2022: estratégias de conscientização para a participação dos convocados	118
Cleber Teixeira Albuquerque; Ezequiel de Souza Santos; Giovana Isaias Viana; Maria de Fatima Vieira Crespo	
A Matemática Financeira e os casos para ensino: reflexões acerca de sua aplicação	123
Daniele Andrade de Pinho; Rodrigo Souza Silva	
Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) em Juiz de Fora (MG): explorando estratégias de comunicação para o Turismo Científico	127
Davi de Moura; Enrico Porto Lima; Kemelly Cunha Nogueira; Pietro Guimarães Alves; Carla Conceição Lana Fraga; Luciana Bittencourt Villela	
Turismo Científico: um estudo preliminar sobre os planetários no Brasil	131
Kairo Ribeiro; Carla Fraga	
Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) em Juiz de Fora (MG): perspectivas sobre mediação para o Turismo Científico	134
Débora Machado Miana de Faria; Denize da Silva Micheli Marinho; Maria do Carmo Gomes da Cruz; Neri Rodrigues Contin; Carla Conceição Lana Fraga; Luciana Bittencourt Villela	
Museu de Arqueologia e Etnologia Americana e o Turismo Científico: desafios sobre acessibilidade por transportes	138
Beatriz de Castro Santos; Eveline Berg Pereira; Manuela Caixeiro Albuquerque; Pedro Henrique Guarnieri da Silva; Carla Conceição Lana Fraga; Luciana Bittencourt Villela	

Geodiversidade, Geoparques e Turismo 142

Geomorfologia, Geodiversidade, Geoturismo e Interpretação Ambiental no Parque Nacional da Serra da Canastra/MG 143

Marcelo Eduardo Dantas; Patrícia Mara Lage Simões; Marcely Ferreira Machado; Natália Dias Lopes; Maria Adelaide Mansini Maia

Turismo científico em trilhas: olhares sobre a geodiversidade na Travessia Petrópolis – Teresópolis (Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Rio de Janeiro, Brasil) 148

Fernando Amaro Pessoa; Bruno César dos Santos; Bruno Batista de Negreiros

Geoparques do Rio Grande do Sul: territórios de ciência, educação e turismo 153

Laura Rudzewicz; Michel Bregolin; Adriano Heck Simon

História, Cultura, Patrimônio e Turismo 160

Patrimônio Cultural e Memória: o Cais do Valongo como Espaço de Rememoração e Reparação do Passado Escravista 161

Heoclizia Aparecida Alves de Mautas Mesquita; Juliana Borges de Souza

Ciência em movimento: uma abordagem contemporânea sobre bicicletas e ferrovias em Minas Gerais, um estudo sobre a Rota do Ferro 165

Luiz Saldanha; Carla Fraga

Reconhecendo Patrimônios Mundiais: o papel da UNESCO na internacionalização do patrimônio em diálogo com o Turismo 169

Jessica Silva Tinoco Gimenez

Folclore como patrimônio cultural e turismo científico 174

Milena Palmas de Melo

A Central do Brasil como concepção de um espaço cotidiano através do imaginário 179

Adrielly Ramos Motta de Lima

Turismo Científico no Brasil: das expedições científicas no século XIX aos dias atuais 183

Ana Paula Rosa Rossi Duque; Bianca Rossi Duque

Grandes Eventos Religiosos e seus Impactos Ambientais 187

Daniely Lima Cardoso; Gabriely Lima Cardoso; Solano de Souza Braga



Biodiversidade, Conservação e Turismo



***Last Chance Tourism* no contexto das mudanças climáticas: uma possibilidade de Turismo Científico?**

Tiago Juliano

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Ivy Xavier S. Dutra Soares

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chave: *last chance tourism*; mudanças climáticas; turismo científico; mídia.

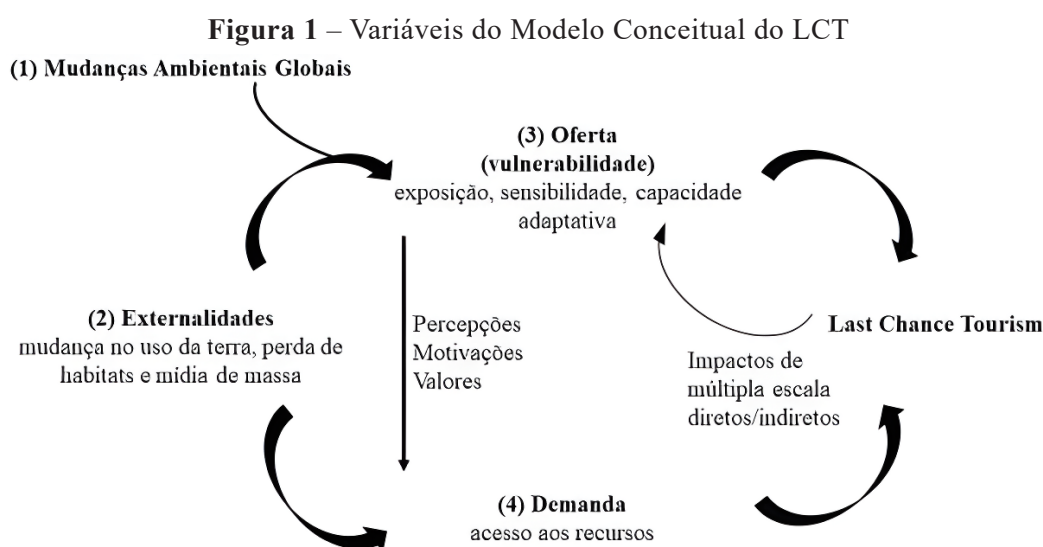
A escala e velocidade das transformações promovidas pela humanidade no planeta marcaram o início de um novo período geológico, conhecido como Antropoceno (Crutzen, 2002). Atualmente, seis dos nove ‘limites planetários’ – fronteiras que garantem a integridade da biosfera (Rockstrom *et al.*, 2009) – já foram ultrapassados, incluindo as mudanças climáticas. Estas podem ser definidas como alterações geradas por fenômenos naturais e antropogênicos e que são observadas no sistema climático do planeta. Agendas científicas e políticas têm buscado encontrar estratégias de mitigação e adaptação aos riscos (Beck, 2010). Essas transformações são rápidas e produzem incertezas para os mais diversos setores, como o turismo. Embora o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças do Clima (IPCC) produza evidências científicas sobre as profundas alterações nos padrões climáticos desde o final dos anos 1980, um debate mais sistemático acerca do enfrentamento aos riscos climáticos no contexto do turismo é recente. Com efeito, um compromisso multilateral e mais abrangente foi alcançado em escala global apenas com a Declaração de Glasgow (2021), que estabeleceu cinco frentes de ação: mensuração das emissões de carbono, regeneração ecológica, descarbonização do setor, colaboração entre as partes e financiamento de estratégias de mitigação e adaptação.

As relações entre a emergência climática e o turismo são ambivalentes. Por um lado, o turismo é um tributário importante para a emissão de gases do efeito estufa (GEE), estimando-se que a pegada ecológica desse setor pode corresponder a 8% do total de emissões (Lenzen *et al.*, 2018). Por outro, os riscos associados às mudanças climáticas podem levar destinos ao desaparecimento, bem como desestabilizar o sistema turístico, intensificar desigualdades, induzir conflitos por recursos, gerar pressão sobre novos destinos e exigir esforços para recuperar áreas vulneráveis (Grimm; Alcântara; Sampaio, 2018). No contexto internacional, os estudos sobre

mudanças climáticas e turismo têm enfatizado regiões insulares e de neve. No Brasil, o debate prioriza a porção litorânea e preocupações com o aumento do nível do mar, processos erosivos, precipitações intensas e desastres naturais. Em que pese o papel do turismo para a intensificação das mudanças climáticas, essa atividade também pode dar suporte ao enfrentamento dessas mudanças, a partir de estratégias de desconcentração territorial dos fluxos de viagens, do financiamento à conservação de serviços ecossistêmicos e da sensibilização de visitantes.

Nos últimos anos, experiências turísticas têm sido promovidas e direcionadas a áreas vulneráveis ao desaparecimento, configurando uma tendência conhecida como *last chance tourism* (LCT) – ou turismo de última oportunidade. Lemelin *et al.* (2010, p. 478) definem o LCT como um nicho no qual “turistas procuram explicitamente paisagens terrestres ou marinhas e patrimônios naturais ou sociais em desaparecimento”. Schweinsberg, Wearing e Lai (2021) argumentam que o LCT surge recentemente como uma resposta adaptativa da indústria turística às ameaças e oportunidades das mudanças climáticas. Para este tipo de turismo, a percepção de ameaça que o turista constrói sobre paisagens, ecossistemas e espécies é tão importante quanto a vulnerabilidade real dos lugares. Essa tendência corrobora o argumento de Beck (2010), ao defender que a sociedade de risco lucra com as oportunidades e produção de incertezas.

Dawson *et al.* (2011) elaboraram um modelo teórico amplamente reproduzido nos estudos sobre LCT. Para os autores, o LCT tem natureza paradoxal e existe em função da interação de variáveis: mudanças ambientais (incluindo as climáticas) e externalidades (perda e transformação de habitats) afetam a vulnerabilidade dos recursos turísticos, cujo status de ‘ameaça’ influencia a procura por certos destinos. Outras externalidades, como cobertura midiática, também influenciam a demanda turística. Como as paisagens vulneráveis tendem a se localizar em regiões mais remotas, as mobilidades turísticas concorrem para maior emissão de GEE e a visitação acelera a deterioração de recursos frágeis. A figura 1 ilustra o modelo:



Fonte: Dawson *et al.* (2011), adaptado pelos autores.

Neste sentido, o LCT tem sofrido questionamentos de ordem ética, sobretudo, por estimular fluxos turísticos a ambientes pouco resilientes. Comunidades locais e a indústria turística são confrontadas a responder se essas localidades deveriam, de fato, receber turistas. Em adição, a difusão pouco criteriosa de evidências científicas sobre mudanças climáticas pela mídia gera uma espécie de corrida por destinos em desaparecimento. Lemelin *et al.* (2010) indicam que desde os anos 1990 um conjunto expressivo de *mass media*, como livros e séries de televisão, evidencia a popularização da ciência das mudanças climáticas e fomentam o LCT.

Em contrapartida, experiências de LCT também têm sido promovidas como possibilidade de engajar turistas no papel de ‘embaixadores’ dos lugares ameaçados de desaparecimento, suscitando aproximações com o turismo científico (TC). Margoni (2015) entende o TC como processo de elaboração de conhecimento científico a partir de viagens, com o objetivo de realizar observações ou coletar dados e informações. Conti, Elicher e Lavandoski (2021) chamam a atenção para a diversidade de interpretações sobre esse fenômeno e destacam duas principais correntes: TC como segmento ou subsegmento de mercado, associado a outras modalidades mais consolidadas de turismo; e TC como um paradigma de turismo alternativo e Trata-se de práticas turísticas associadas à produção do conhecimento científico, em diferentes áreas do saber; e nas quais a participação do turista na produção científica pode ocorrer de maneira introdutória ou por meio da cocriação de conhecimento. Países ricos em biodiversidade e diversidade cultural são considerados os principais destinos do TC.

Preocupações ambientais e apreço pela natureza aproximam LCT e TC, mas suas bases motivacionais e a abordagem das experiências têm diferenças substanciais. Enquanto o TC oportuniza a participação ativa em investigações científicas, o LCT tem como motivação o apelo emocional a partir da percepção de ameaça, que é subjetiva a cada turista. Como consequência, o alcance do LCT como forma de popularização da Ciência é mais restrito. A Figura 2 sintetiza atributos comparativos entre as duas formas de experiência turística.

Figura 2 – Quadro comparativo: LCT x TC

Turismo de última oportunidade (LCT)	Turismo científico (TC)
viagens associadas aos riscos de desaparecimento de lugares	viagens associadas à produção de conhecimento científico
experiência mais passiva: ver o algo ameaçado	experiência mais ativa: aprender e participar de pesquisas científicas
motivação: percepção subjetiva de ameaça	motivação: conhecimento científico
apropriação midiática da ciência	produção e popularização da ciência

Fonte: elaborado pelos autores.

Os turistas do LCT tendem a buscar experiências com espécies vivas mais carismáticas e paisagens exuberantes (Schweinsberg; Wearing; Lai, 2021) e não desenvolvem necessariamente um senso de conexão com o local, já que, grande parte das vezes, não estão engajados na compensação de carbono das viagens (Groulx *et al.*, 2019). O LCT tende a fazer um uso instrumental das evidências científicas, configurando-se mais como produto midiático do que uma imersão ativa na produção e difusão da Ciência. Como sugerem Groulx *et al.* (2019), o uso de evidências científicas sobre as mudanças climáticas sem parâmetros éticos situa o LCT como uma forma de normalizar o consumo do declínio socioecológico no contexto do turismo. Nessa perspectiva, a prática LCT se distancia do alcance de popularização da Ciência do TC.

Referências bibliográficas

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 384 p.

CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, e-1981, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.

CRUTZEN, P. J. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, n. 6867, p. 23, Jan. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1038/415023a>.

DAWSON, J. *et al.* Ethical considerations of last chance tourism. **Journal of Ecotourism**, v. 10, n. 3, p. 250-265, Nov. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/14724049.2011.617449>.

GRIMM, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-22, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1354>.

GROULX, M. *et al.* Place stewardship among last chance tourists. **Annals of Tourism Research**, v. 75, p. 202-212, Mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.01.008>.

LEMELIN, H. *et al.* Last-chance tourism: the boom, doom, and gloom of visiting vanishing destinations. **Current Issues in Tourism**, v. 13, n. 5, p. 477-493, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500903406367>.

LENZEN, M. *et al.* The carbon footprint of global tourism. **Nature Climate Change**, v. 8, n. 6, p. 522-528, June 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0141-x>.

MARGONI, C. C. Turismo científico: conhecimento produzido em viagens. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R. (org.). **Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização**. 1. ed. Barueri: Manole, 2015. cap. 9, p. 163-173.

PIGGOTT-MCKELLAR, A. E.; MCNAMARA, K. E. Last chance tourism and the Great Barrier Reef. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 25, n. 3, p. 397-415, 2017.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 7263, p. 472-475, Sept. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1038/461472a>.

SCHWEINSBERG, S.; WEARING, S.; LAI, P. Host communities and last chance tourism. **Tourism Geographies**, v. 23, n. 5-6, p. 945-962, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616688.2019.1708446>.

O processo de turistificação em Territórios Insulares - O caso de Fernando de Noronha: uma revisão sistemática da literatura

Clarissa Dal Molin Calado
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Bruna Ranção Conti
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: turistificação; territórios insulares; Fernando de Noronha.

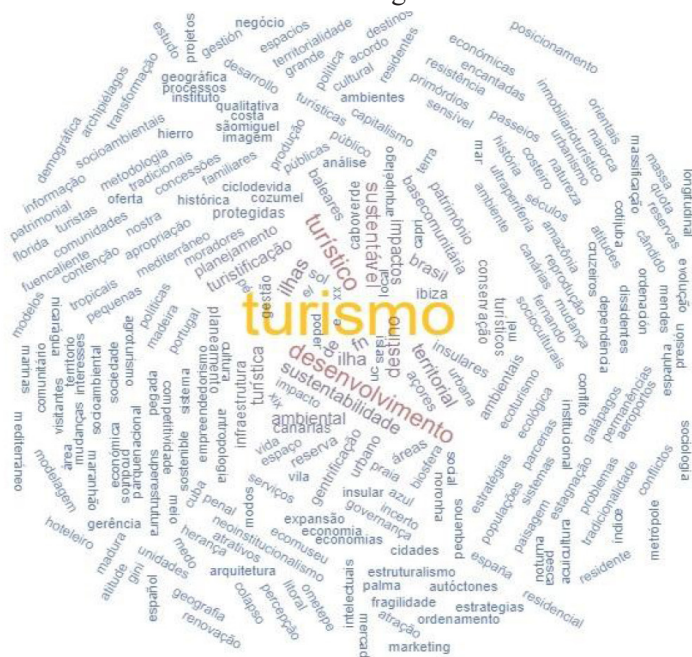
Este trabalho tem como objetivo apresentar a revisão sistemática de literatura (RSL) sobre o processo de turistificação em territórios insulares, especialmente na Ilha de Fernando de Noronha/PE. A finalidade das revisões sistemáticas é identificar eventuais lacunas de investigação na pesquisa existente, consistindo em um método de identificação, avaliação e interpretação de um objeto específico (Sonego; Echeveste, 2016).

Os métodos utilizados na elaboração desta RSL foram: (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca da literatura em três bases de dados; (3) seleção dos artigos de acordo com a temática proposta; (4) avaliação da qualidade metodológica, levando em consideração a correlação com o objetivo da pesquisa; (5) criação de tabelas para seleção e extração dos dados; (6) síntese dos dados de acordo com categorias e de interesse para a análise bibliométrica; (7) análise qualitativa dos artigos para compor a amostra final da RSL.

Para a presente RSL foi realizado o levantamento de artigos científicos publicados em periódicos brasileiros e estrangeiros; nos idiomas português, inglês e espanhol; sem um recorte temporal; nas seguintes bases de dados: Publicações de Turismo (PT), *Redalyc* e *Web of Science* (*WoS*). Houve a utilização de protocolos específicos para cada base, ou seja, na base PT foi feita uma busca usando as palavras-chave “turistificação”, “territórios insulares” e “Fernando de Noronha” de maneira individual, pois a PT não possui uma busca avançada. Já nas outras bases, por obterem protocolos mais específicos, os termos puderam ser conjugados em pares, tais como: “turistificação *and* arquipélago”; “turistificação *and* ilha/insular” e “turistificação *and* Fernando de Noronha”. Somente artigos que atenderam aos critérios da pesquisa foram selecionados. Os

Sobre a análise dos periódicos, o somatório chegou a 25 revistas de 11 nacionalidades diferentes. Dentre elas, destaca-se o Brasil com um total de 35 artigos publicados. Sobre a autoria dos artigos, foram identificados um total de 126 autores e/ou coautores, sendo 66 estrangeiros e 60 brasileiros. As universidades brasileiras se destacam com 24 instituições tendo artigos publicados por autores brasileiros e estrangeiros, seguidas das universidades espanholas com 11 universidades e as portuguesas com 9 universidades.

Figura 1 – Nuvem de palavras com os termos de maior frequência nas “palavras-chave” dos artigos.



Já a categorização dos artigos científicos por temática desempenha um papel fundamental na organização e na compreensão do vasto campo da pesquisa acadêmica. Foi possível agrupar os artigos por tópicos específicos, permitindo uma análise mais precisa e aprofundada. Esta categorização foi realizada após a leitura integral dos artigos, que possibilitou ainda a análise das metodologias empregadas.

16

Os artigos foram categorizados como: 1) Turistificação: artigos que retratavam a turistificação em diversos tipos de lugares e territórios, discutindo suas causas e consequências; 2) Fernando de Noronha / Ilha / insular / arquipélago: artigos que abordavam a temática do turismo em territórios insulares e os casos de turistificação em ilhas, além de tratarem diretamente as questões no arquipélago de Fernando de Noronha; 3) Impactos / Reflexos: artigos que abordavam os impactos socioambientais do turismo nas comunidades receptoras, o olhar dos residentes, os reflexos ligados ao processo de turistificação, que podem ser positivos ou negativos; 4) Parques Nacionais: artigos que trouxeram reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos dentro de parques nacionais, ou a relação de poder entre agentes e moradores. Esses temas interconectados oferecem reflexões cruciais sobre como a turistificação afeta os territórios insulares e seu desenvolvimento.

No que diz respeito à análise das metodologias empregadas nos artigos selecionados, esta análise envolveu uma avaliação das técnicas de coleta de dados, procedimentos de pesquisa, e análises estatísticas utilizadas pelos autores, além das regiões mais citadas/estudadas. Os artigos foram separados em dois tipos de estudos: 48 empíricos e 28 teóricos; sendo 55 de natureza qualitativa, 3 quantitativos e 17 artigos de natureza quantiqualitativa.

Os locais mais citados na RSL são: Fernando de Noronha que está presente em 14 artigos; as Ilhas Canárias presente em 7 artigos; Açores e Ilha Grande, que aparecem em 5 estudos cada; Cozumel em 4 artigos; e Cabo Verde, Ibiza e Ilhas Baleares em 3 estudos cada um. O arquipélago de Fernando de Noronha é composto por 21 formações rochosas, entre ilhas, ilhotas e rochedo, que ocupam uma área de aproximadamente 26 km², dos quais 17 km² correspondem à ilha principal, única habitada, conforme dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, distante 545 km de Recife (PE). Administrativamente, a ilha é dividida em duas áreas composta por Unidades de Conservação (UCs): o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR), gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que compreende cerca de 70% do arquipélago. É uma área de proteção integral onde somente é permitida a visitação turística controlada, atividades de pesquisa e educação ambiental. A outra é a APA (Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo), que corresponde a 30% do território, sendo uma UC de uso sustentável onde encontra-se a presença humana com pousadas, empreendimentos turísticos, moradias, hospitais, escolas e prédios públicos.

O turismo em Fernando de Noronha teve início na década de 1970, porém com crescimento acentuado a partir da década de 1980, devido à criação do Parque Nacional Marinho. Entre 2001 e 2013, a ilha recebeu em torno de 60 mil turistas por ano. Desde então, houve um crescimento e, em 2016, foram registrados cerca de 90 mil visitantes no ano. Vale destacar que, por ser uma região de proteção ambiental, o local possui legislação específica. Assim, o turismo na ilha precisa lidar com restrições ambientais impostas pelo ICMBio, o que interfere na dotação de infraestrutura básica para atender tanto aos turistas quanto aos moradores (Parnamar, 2017).

A reflexão que se faz sobre a análise da RSL é que, compreendido como um fenômeno de natureza sociocultural e econômica, a dinâmica do turismo influencia o desenvolvimento das áreas onde está inserido e, ao longo dos últimos 20 anos, tem reconfigurado os territórios onde se inserem, gerando consequências decorrentes de diversas esferas, tais como as dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais. Tais mudanças, por sua vez, contribuem para uma variedade de efeitos no dia a dia dos habitantes, que precisam se ajustar às novas lógicas da criação do ambiente que são promovidas tanto por agentes externos quanto por produtores do turismo que atuam no território.

Referências bibliográficas

FRANCISCO, Eduardo de Rezende. RAE-eletrônica: Exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo. v. 51 n. 3, p. 280-306, maio/jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902011000300008>.

PARNAMAR. **Conselho de Turismo se preocupa com o descontrolado da vinda de turistas para a ilha**. Fernando de Noronha, 8 dez. 2017. Disponível em: <https://www.parnanoronha.com.br/single-post/2017/12/08/conselho-de-turismo-se-preocupa-com-o-descontrole-da-vinda-de-turistas-para-a-ilha>.

SONEGO, Monique; ECHEVESTE, Márcia Soares. Seleção de métodos para modularização no desenvolvimento de produtos: revisão sistemática. **Production**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 476-487, abr./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6513.138413>.

Legados socioecológicos como potencial atrativo turístico no Parque Nacional da Tijuca, RJ

Vicente Leal E. Fernandez

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Eloise Silveira Botelho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Alexandro Solórzano

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Palavras-chave: ecoturismo; personagens invisibilizados; transformação da paisagem; patrimônio integral; Maciço da Tijuca.

O Parque Nacional da Tijuca – PNT abriga dentro de seus limites um importante fragmento de Mata Atlântica, composto em grande parte por uma floresta secundária que retém sob seu dossel múltiplas marcas deixadas pelo ser humano ao longo do tempo (Solórzano; Brasil-Machado; Oliveira, 2021). Diversas resultantes socioecológicas se deram a partir do uso desse ecossistema por populações passadas que buscavam condições de existência, deixando marcas que podem ser entendidas como legados socioecológicos, ou seja, produto da relação histórica entre populações passadas com o seu meio (Oliveira, 2007).

Apesar de estarem dispostos na paisagem em abundância e de diversas formas, a existência destes legados passa despercebida pelos visitantes do PNT que, em contrapartida, consideraram que temas referentes à história da floresta podem ser um atrativo a mais para esta UC (Fernandez, 2022). Esta categoria, a de atrativo turístico, constitui matéria-prima com que se pode planejar o turismo, agregando equipamentos, serviços e infraestrutura, e que motiva a demanda o deslocamento para vivenciar uma experiência fora do seu cotidiano habitual (Barreto, 1997; Boullón, 2002). Complementarmente à noção de atrativo turístico, Almeida (2009) entende potencial turístico como condições objetivas que compõe a oferta turística associados a aspectos normativo-institucionais que possibilitam o planejamento com vistas à implementação de atividades, equipamentos e serviços turísticos.

A partir das definições de atrativo turístico e sua relação com o planejamento do turismo, é importante destacar que o PNT é listado, juntamente com outras instituições, no “Guia Planeta Rio de Janeiro Científico da cidade do Rio de Janeiro”, que tem por objetivo aproximar a sociedade com espaços e instituições por meio do turismo e da visita para a valorização da ciência (Fundação Planetário, 2023). Nesse sentido, cabe mencionar que o uso público em áreas protegidas tem como um dos objetivos a pesquisa científica e o lazer, a recreação e o ecoturismo, podendo ter associado as práticas de turismo científico, uma vez que são campos de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento, onde são realizadas expedições e visitas científicas (Pires, 2002). Neste caso, é importante que estejam associados ao conhecimento popular e envolvimento da população local, o que pode representar um desafio, em muitos casos (Quirós-Arias, 2017).

Mas no caso do PNT, o desafio que se impõe é: como aproveitar os legados socioecológicos como atrativo para compor o produto turístico do PNT para potencializar o turismo científico nesta UC, uma vez que estes não tem sido plenamente aproveitados, segundo Fernandez (2022)? Com isso, o presente trabalho tem como objetivo identificar potenciais atrativos turísticos baseados em legados socioecológicos presentes no PNT.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre atrativos turísticos, buscando dar embasamento teórico sobre este conceito e as possíveis aplicações junto aos legados socioecológicos. Em complemento, combinamos a pesquisa documental histórica e estudos referentes à área, com investidas de campos exploratórios.

Foram identificados quatro potenciais atrativos turísticos impressos na paisagem do Maciço da Tijuca, sendo três vestígios físicos: antigas carvoarias, ruínas e caminhos calçados de pedra; e um vestígio biológico: figueiras (*Ficus spp.*) remanescentes. Desde meados do século XVII até início do século XX, o carvão vegetal foi produzido desde os maciços costeiros do Rio de Janeiro até trechos de florestas periurbanos e rurais no Sudeste do Brasil (Oliveira; Fraga; Berck, 2011). Com diversas finalidades, o carvão vegetal confeccionado nas florestas tinha como destino desde os fogões domésticos até a indústria, tendo seu consumo mais significativo em termos de volume proveniente da construção civil, mais especificamente a arte da cantaria (Solórzano; Brasil-Machado; Oliveira, 2021). Este carvão era proveniente de locais como o Maciço da Tijuca (Oliveira; Fraga; Berck, 2011), que em meio às suas trilhas ainda guardam vestígios dessas carvoarias na forma de platôs no relevo.

Como alguns pontos de produção de carvão encontravam-se em áreas de difícil acesso, os carvoeiros possivelmente construíram casebres próximos às carvoarias para pernoitar em meio aos dias de trabalho (Oliveira; Fraga; Berck, 2011), deixando na paisagem vestígios de seus abrigos, agora em ruínas. Outras construções podem apresentar maior grau de conservação, como no caso de algumas ruínas de antigas fazendas de café do século XIX. Durante alguns anos, muitos nobres europeus se refugiaram em diferentes recantos da Mata Atlântica carioca, deixando para trás suas antigas casas, algumas reaproveitadas até os dias de hoje, outras abandonadas no interior da floresta em ruínas.

Os caminhos calçados de pedra estão atrelados ao sistema de caminhos antigos utilizado para escoamento do café, carvão, alimentos e outros produtos. Em alguns trechos, esses caminhos necessitaram de melhorias, como calçamentos de pedra, que parecem estar associadas à viabilidade do trânsito de animais de carga, como as mulas, principalmente a partir de meados do século XVIII e XIX com o aumento de circulação decorrente da cultura do café (Fernandez, 2022). Devemos levar em conta o contexto histórico da criação desses caminhos, já que não existia o maquinário de que dispomos hoje. Ou seja, são caminhos que em sua construção demandaram um enorme esforço e um considerável contingente de mão de obra (Kropf; Oliveira; Lazos Ruíz, 2020).

No processo de produção do carvão era feita uma escolha seletiva dos indivíduos que seriam cortados, onde algumas árvores não foram cortadas por motivação logística, enquanto que outras acabaram poupadas do corte por seu valor simbólico, como no caso das figueiras, estimada tanto pela cultura judaico-cristã quanto na cultura afrodescendente (Svorc; Oliveira, 2012). Protegidas por seu simbolismo, as figueiras foram excluídas do processo de seleção das melhores madeiras para serem utilizadas na produção do carvão. Assim, podemos dizer que por conta do seu valor religioso, muitas figueiras presentes no Brasil são mais antigas do que o restante da comunidade arbórea que as cercam, sendo remanescentes na paisagem. Essa simbologia se materializa no PNT ao observarmos exemplares de figueiras que superam em muito os demais indivíduos arbóreos no seu diâmetro do caule e sua altura total (Svorc; Oliveira, 2012). Dessa maneira, percebemos que o legado cultural passa a ter importância não só religiosa, mas também ecológica (Oliveira, 2007) e agora potencialmente turística.

Esperamos que a proposição de uma nova categoria de atrativo turístico baseada nos legados socioecológicos sirva não apenas como mais uma forma de atração do público para o PNT, mas que também atue como uma forma de proteger essas marcas pretéritas, assim como a história dos personagens envolvidos. Com isso, a presente pesquisa aparece como um importante aliado para os estudos de turismo científico, propiciando aos usuários do PNT mais uma experiência turística baseada em evidências científicas sobre história e cultura, auxiliando no processo de reconhecimento de personagens invisibilizados, criando uma maior aproximação do público com a floresta e abrindo possibilidades para uma Educação Socioambiental que valorize os processos históricos e socioecológicos de co-construção das paisagens florestais do Rio de Janeiro. Em complemento os legados socioecológicos enquanto atrativo turístico podem nos auxiliar a combater a visão distorcida de que o bioma da Mata Atlântica é composto por florestas prístinas e intocadas, ao mesmo tempo em que reconhece o papel e a importância de determinados grupos no seu processo de transformação ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Marcelo Vilela de. Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 541-561, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v20i3p541-561>.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.
- FERNANDEZ, Vicente Leal E. **Geografia Histórica dos caminhos do Maciço da Tijuca**: um subsídio para compreensão das dinâmicas sócioecológicas. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- FUNDAÇÃO PLANETÁRIO. **Guia Planeta Rio de Turismo Científico da cidade do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, 2023.
- KROPF, Marcela Stüker; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; LAZOS RUÍZ, Adi Estela. Sujeitos ocultos na paisagem: desvelando a cultura material e o trabalho humano. **Estudios Rurales**, Buenos Aires, v. 10, n. 19, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.48160/22504001er19.89>.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata Atlântica, paleoterritórios e História Ambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2007.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FRAGA, Joana Stingel; BERCK, Dean Eric. Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 286-315, jul./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2011v8n2p286>.
- PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Senac São Paulo, 2002.
- QUIRÓS-ARIAS, Lilliam. Tourism and territory in natural protected areas. Santa Rosa National Park: from national monument to conservation of the tropical dry forest. Guanacaste Conservation Area, Costa Rica. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, n. 58E, p. 137-183, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15359/rgac.58-2.5>.
- SOLÓRZANO, Alexandro; BRASIL-MACHADO, Ana; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Land use and social-ecological legacies of Rio de Janeiro's Atlantic urban forests: From charcoal production to novel ecosystems. **Royal Society Open Science**, London, v. 8, n. 6, 201855, June 2021. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsos.201855>.
- SVORC, Rita de Cássia de Paula Freitas; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Uma dimensão cultural da paisagem: história ambiental e os aspectos biogeográficos de um tabu. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 140-160, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74287>.

Patrimônio Paleontológico e o turismo: uma forma de divulgação científica no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí

Gabriela Dias Duarte
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Palavras-chave: patrimônio paleontológico; divulgação científica; turismo; Itaboraí.

Itaboraí é um município da região metropolitana do Rio de Janeiro, fundado em 1672. Sua emancipação ocorreu em 1833 enquanto a freguesia foi elevada à condição de vila. Sua história de origem está relacionada a Vila de Santo Antônio de Sá, Vila São João de Itaborahy e Vila de Santo Antônio de Macacu, logo extintas.

A cidade conta com 8 distritos: Itaboraí, Cabuçu, Itambi, Manilha, Pacheco, Porto das Caixas, Sambaetiba e Visconde de Itaboraí. Atualmente, o município faz parte da região turística chamada “Caminhos da Mata”, conhecida dessa forma por conter atrativos naturais, ambientais e históricos, além da sua preservação ambiental.

No distrito de Cabuçu, existe um bairro chamado São José, considerado um dos bairros mais importantes do município, devido às descobertas de fósseis do Paleoceno e Pleistoceno (moluscos, vertebrados) na bacia de São José de Itaboraí. Também foram encontrados Marsupiais do período Terciário e Eremotherium do Quaternário (2 milhões de anos).

Logo em 1990, a Prefeitura percebeu que o local poderia se tornar uma área de utilidade pública para fins de pesquisas, ciências, arqueologia, paleontologia, geologia, educação e turismo. Em 1995 foi criado o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, com objetivos de preservar a história e seu patrimônio Paleontológico local.

A partir da criação do Parque Paleontológico, as questões educacionais e científicas foram elaboradas, como também visitas turísticas com o objetivo de apresentar o parque e expandir o conhecimento sobre a bacia e seus patrimônios por ser um local que abriga o conhecimento científico, o parque atrai diversos visitantes, pesquisadores e alunos para mostrar sua importância.

A bacia de São José é preenchida por rochas calcárias ricas em fósseis, além de contar com uma fauna continental dos mamíferos, possui uma enorme importância, apresentando as espécies

da fauna pleistocênica, como: mastodontes (família dos mamutes) a tartaruga e a preguiça gigante, consideradas como pertencentes ao Pleistoceno Médio, devido à maior profundidade e extensão temporal das Américas (Beltrão, 2008).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí como um patrimônio paleontológico, utilizando o turismo como uma estratégia de divulgação científica para a sociedade. A metodologia utilizada consiste num estudo de caso complementado por pesquisa bibliográfica, a fim de contribuir com a reflexão da discussão.

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí possui atribuições paleontológicas, arqueológicas, geológicas e históricas. A paleontologia é definida como uma ciência que se dedica à “compreensão da vida passada” (Anelli, 2002; Cassab, 2004; Fairchild, 2008). Em relação ao Parque, é importante ressaltar que a descoberta dos fósseis (organismos ou vestígios da vida) na região, tem ligação com os da Patagônia, não tendo outros representantes nas Américas (Maurício, 2000). Por esses fatores históricos da vida pré-histórica também são considerados patrimônios, por ser e ter registros passados, necessitando de conservação e preservação.

Neste sentido, o Patrimônio Paleontológico pode ser definido como a soma dos elementos e estruturas geológicas, constituídos por vestígios de animais e vegetais em períodos pré-históricos (Strapasson; Nitsche; Gomes, 2015). Possui elementos geológicos (bacia calcária) e arqueológicos (presença do homem pré-histórico), devido aos artefatos líticos, como: facas e perfuradores que foram encontrados no local.

Após a apresentação breve do Parque, ficou evidente que ele possui suma importância para o patrimônio paleontológico do Brasil, com isso ações de educação ambiental são feitas com escolas no local, e atividades e pesquisas. A questão da sociedade e a necessidade de conhecer e ter a ciência envolvida traz uma valorização e reconhecimento do patrimônio paleontológico, dependendo dos estudos e da interpretação levada ao público para entender o seu valor cultural e científico (Viana; Carvalho, 2019).

De forma geral a exposição à sociedade a esses patrimônios desperta um processo de sensibilidade com a sua conservação e o saber científico (Viana; Carvalho, 2019). Uma das estratégias é o turismo, o ato de deslocamento para a visita pode atribuir e desenvolver conhecimento científico a partir do interesse despertado, além de determinar a importância da conservação. Neste caso, o turismo pode ser utilizado para a atividade e ressaltar a importância do conhecimento local (Manosso, 2012). A divulgação científica está atrelada na sociedade com uma forma de democratização da informação e da reflexão do pensamento científico, essas atividades e formas de divulgar o conhecimento, gera uma capacidade de compreensão de ações que impactam a vida e tendo uma discussão de um saber que fica restrito apenas a pesquisadores.

A divulgação científica e o turismo necessitam de um planejamento especializado em trazer rotas, atividades e interações criadas para gerar uma conscientização e participação das

pessoas nas pesquisas científicas que são elaboradas. A visita planejada exatamente com esse objetivo pode ampliar a democratização do conhecimento e o reconhecimento pelo patrimônio paleontológico.

Além da atividade turística, a divulgação científica no Parque (Ver Figura 1) desenvolve eventos, feiras, olimpíadas, seminários, visitas técnicas, trilhas e divulgação nas mídias sociais, e deveria também ampliar ao virtual, com visitas online para a divulgação, com a finalidade de atrair visitantes e turistas de outras cidades, pois a educação patrimonial acontece com ações educativas no próprio município, mas o seu alcance para outras cidades ainda parece ser precários, questões de mobilidade urbana podem dificultar o acesso a visitantes e turistas de outras cidades.

Figura 1 – Parque Paleontológico de São José de Itaboraí



Fonte: Itaboraí (c2019).

O parque é um patrimônio localizado no município de Itaboraí. A questão central do trabalho é afirmar ele como patrimônio paleontológico e utilizar a atividade turística como uma forma de divulgação científica. Foi verificado que no espaço são desenvolvidas ações, trilhas e encontros científicos com escolas locais, mas parece que o visitante, turista de outra cidade tem uma adesão baixa devido à falta de conhecimento da existência do parque, logo é necessária uma implementação que divulgue mais o parque como um patrimônio paleontológico e sua importância não só para o Brasil, mas também para as Américas, pois detém de valores de suma importância. Neste caso, a consciência coletiva das pessoas irá despertar quando a prefeitura e órgãos públicos encarregados em divulgar melhor a região elaborando os roteiros e, descrevendo a sua importância, para atrair visitantes e turistas ao local e divulgar o conhecimento científico.

Referências bibliográficas

ANELLI, L. E. **O passado em suas mãos**: guia para coleção de réplicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

BELTRÃO, M. C. Ruínas do convento de São Boaventura- vila de Santo Antônio de Sá: sítio arqueológico fazenda Macacu. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, v. 169, n. 439, p. 101-112, abr./jun. 2008.

CASSAB, R. C. T. Objetivos e Princípios. *In*: CARVALHO, Ismar de Souza (ed.). **Paleontologia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. p. 3-11.

FAIRCHILD, T. R. **De Volta ao passado**: Paleontologia e paleontólogos. 2008. Disponível em: https://igc.usp.br/geologia/de_volta_ao_passado.php. Acesso em: 27 out. 2023.

ITABORAÍ. Prefeitura Municipal. **Parque Paleontológico de São José**. c2019. Disponível em: <https://visite.itaborai.rj.gov.br/parque-paleontologico-de-sao-jose/>. Acesso em: 27 out. 2023.

MANOSSO, F. C. **Potencialidades da paisagem na região da Serra do Cadeado, Paraná**: abordagem metodológica das relações entre a estrutura geoecológica, a geodiversidade e o geoturismo. 2012. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

STRAPASSON, E. F. V. L.; NITSCHKE, L. B.; GOMES, B. M. A. O Patrimônio paleontológico como potencial turístico no município de Mafra, SC. *In*: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 12., 2015, Natal, RN. **Anais [...]**. São Paulo, SP: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 2015.

VIANA, M. S. S.; CARVALHO, I. S. **Patrimônio Paleontológico**. Rio de Janeiro: Interciência, 2019. v. 1.



Desenvolvimento Territorial, Geotecnologias, Indicações Geográficas e Turismo



A autopercepção do trabalhador: condições de trabalho no turismo na cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19

Victor Hugo Geovú Esposito

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Aguinaldo César Fratucci

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: turismo; trabalhador; condições de trabalho; satisfação; Covid-19.

Os estudos referentes às relações entre trabalho e trabalhador estão presentes ao longo dos anos após a Revolução Industrial, acompanhando as mudanças sociais e trabalhistas até os dias atuais. Autores como Lafargue (1883) e Villermé (1840) já abordavam as condições de trabalho dos operários e a inserção da máquina na rotina das fábricas no período da Revolução Industrial, relatando situações precárias e uma constante disputa entre trabalhadores e donos de capital para atender as grandes buscas pelo aumento da produção. Já na atualidade, o filósofo Byung-Chul Han (2010) relata o novo papel do trabalhador no mercado de trabalho, em que exerce a função de vítima e agressor, ao demandar cada vez mais de si mesmo. O estudo da relação trabalho e trabalhador também está presente no campo do turismo, com autores como Baum e Hai (2020) e Silva, Silva e Santos (2021) abordando a interferência da pandemia de Covid-19 para os trabalhadores da área.

No cenário pandêmico, percebeu-se uma mudança nos direitos dos turistas e trabalhadores da área do turismo, em que restrições às viagens - domésticas e internacionais - com o intuito de frear o avanço do vírus tiveram impacto direto no setor e na vivência proporcionada. Com isso, as condições de trabalho e o acesso a empregos remunerados no setor foram afetados, tendo como causa a diminuição do fluxo turístico nos variados destinos.

Nesta pesquisa, buscou-se compreender as possíveis influências da pandemia de Covid-19 na percepção dos trabalhadores do turismo sobre suas condições de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Referente à metodologia, a pesquisa propõe um estudo exploratório, por meio da aplicação de entrevistas estruturadas aplicadas de forma *on-line* e presencial, direcionado para os

trabalhadores do turismo da cidade do Rio de Janeiro, no período entre outubro de 2021 e março de 2022.

Visando ampliar ainda mais a compreensão das mudanças causadas no período pandêmico, foram utilizados os dados de outra pesquisa exploratória realizada pelo grupo de pesquisa Turismo, Gestão e Territórios, da Universidade Federal Fluminense, da qual fizeram parte os autores deste trabalho. O objetivo daquele estudo foi alcançar a caracterização dos trabalhadores do turismo em escala nacional e validar o formulário elaborado para futuras pesquisas, no ano de 2019. Para esta comparação, foram utilizadas apenas as informações referentes ao município do Rio de Janeiro, com o intuito de relacionar algumas variáveis que englobam o trabalhador nos cenários pré e pós pandemia.

Embora os relatos de diversos respondentes apontem para mudanças negativas no cenário pandêmico, quando alterações na dinâmica do trabalho levaram a condições de trabalho mais precárias, aumento da carga de trabalho exercida e introdução de características como o trabalho remoto - em muitos casos sem as adaptações necessárias, essa percepção não se confirmou ao analisar-se a satisfação dos questionados nas pesquisas de 2019 e 2021/2022.

Apesar de presente, a mudança não é expressiva, ao demonstrar que há alteração de apenas 1,08% dos respondentes que atribuíram notas altas (7 à 10) à satisfação em 2019 (74,91%) e em 2021/2022 (73,83%), sendo o decréscimo pequeno ao se ter como base os relatos negativos de trabalhadores do setor e o embasamento teórico referente à pandemia, embora o número de respondentes que atribuíram nota máxima (10) tenha subido drasticamente, com um aumento de 23%. Por outro lado, houve uma redução dos questionados que atribuíram notas baixas (0-4) à satisfação, com 9,23% em 2019 e cerca de 6% em 2021/2022.

De acordo com os dados obtidos, é perceptível que houve um aumento considerável de respondentes que trabalham em outra área além da principal (aumento de 30,9%) em comparação à 2019. Logo, pode-se concluir que a pandemia de Covid-19 provocou mudanças na rotina dos trabalhadores ao, muitas vezes, demandar a atuação em mais de uma área para suprir as necessidades causadas pelo cenário pandêmico e pelas restrições impostas visando frear o avanço da contaminação.

Referente à remuneração dos respondentes, de acordo com os dados obtidos, é possível observar que houve um aumento do número de trabalhadores que recebem remuneração até 3 SM. Em contrapartida, houve uma redução daqueles que recebem acima de 3 SM, com exceção daqueles que recebem entre 6 SM e 10 SM (aumento de 2,5%).

Ao final, foram relacionados os dados referentes ao tipo de vínculo empregatício dos respondentes das pesquisas de 2019 e de 2021/2022. A partir dos resultados, é possível observar, por meio dos relatos de desemprego causado pela pandemia, que muitos trabalhadores migraram de situações de trabalho assalariado / CLT para o microempreendedorismo individual (MEI) e

para o trabalho informal. Os dados obtidos corroboram com as ideias expostas por Baum e Hai (2020) e identificadas na parte teórica da pesquisa, em que os autores relacionam os impactos da pandemia ao acesso a empregos remunerados na área do turismo, em um cenário que a retomada gradual das atividades turísticas não garantiria, de forma acurada, na devolução dos direitos e condições dos trabalhadores do setor.

A partir dos resultados obtidos tornou-se perceptível que a pandemia de Covid-19 acarretou diversas mudanças para a área do turismo e para os trabalhadores dos variados setores que a compõem. Embora essa realidade pudesse ser percebida facilmente, torna-se importante o processo de pesquisa para que seja possível verificar, de fato, quais aspectos sofreram transformações e em que nível elas foram percebidas pelo trabalhador.

Foi possível observar, ao relacionar os respondentes de 2019 e 2021/2022, um aumento de trabalhadores que atuam em mais de uma área como decorrência da pandemia. Além disso, ao analisar a variável da renda, torna-se perceptível o aumento de trabalhadores com rendas até 3 SM, enquanto houve uma diminuição dos que recebem acima de 3 SM - com exceção dos que recebem entre 6 SM e 10 SM - indicando a ampliação de situações de rendas mais baixas no mercado de trabalho em comparação com o cenário pré-pandêmico.

Ainda que o nível de satisfação do trabalhador se mantenha estável entre as pesquisas - com um aumento daqueles que atribuíram nota máxima para a satisfação - tornam-se evidentes as mudanças causadas pela pandemia, afetando diretamente o trabalhador do turismo e sua realidade no mercado de trabalho. A mudança na situação do vínculo empregatício dos trabalhadores respondentes na pesquisa de 2019 e 2021/2022 demonstra possíveis alterações causadas pela pandemia. De acordo com os dados obtidos, houve uma migração de trabalhadores assalariados / CLT para empresários, sócios e proprietários, autônomos contribuintes, microempreendedores individuais e profissionais liberais e para o mercado informal, como uma possível resposta ao desemprego encontrado no mercado de trabalho do setor turístico causado pelas consequências da pandemia e pelas medidas restritivas implementadas para frear o avanço do vírus, diminuindo a circulação de pessoas e, conseqüentemente, de viagens e eventos realizados.

Portanto, percebe-se que as mudanças causadas pela pandemia estão presentes nas vivências do trabalhador, alterando sua satisfação e sua percepção do trabalho exercido, por meio de condições de trabalho, em muitos casos, precárias e pela falta de reconhecimento. Logo, indica-se o acompanhamento de pesquisas acerca dessas alterações e da percepção do trabalhador nos momentos de retomada das atividades de turismo e lazer, em que é necessário observar se à medida em que ocorre o retorno efetivo do turismo haverá também o retorno dos direitos do trabalhador.

Referências bibliográficas

BAUM, T.; HAI, N. T. T. Hospitality, tourism, human rights and the impact of COVID-19. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 32, n. 7, p. 2397-2407, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJCHM-03-2020-0242>.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015 [2010].

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 1. ed. São Paulo: EDIPRO, 2016 [1883].

SILVA, I. C. M.; SILVA, M. H.; SANTOS, M. L.. Condições de trabalho em casa durante a pandemia: uma análise do discurso do sujeito coletivo dos trabalhadores do setor de agências de turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2200, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2200>.

VILLERMÉ, R. L. **Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie**. 1840.

Escopo de estudo de oportunidade para o desenvolvimento de um projeto turístico esportivo com enfoque secundário no cenário Fluminense

Airton Gustavo Viana da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: esporte; desenvolvimento; negócios.

Introdução

Os grandes eventos esportivos ocorridos no Brasil, com enfoque no Rio de Janeiro, evidenciam que “beleza” natural e necessidade em apresentar algo “qualquer” a nível internacional apenas não devem fundamentar o desenvolvimento de um empreendimento e negócios. Apresentando com destaque as áreas olímpicas subutilizadas, “desmontadas” e a inexistência de eventos internacionais e até mesmo local que fomentem um mínimo uso racional para tais instalações pós eventos como etapas de ligas mundiais, torneios mundiais e até jogos das seleções brasileiras, neste contexto o mero marketing não se faz suficiente.

Quando pensamos em investimento privado para atendimento a estes grandes eventos temos como exemplo o fato de que diversas destas instalações estão “largadas” e devem ser objeto de exemplo quanto a falta de um mínimo de racionalidade para o respectivo desenvolvimento. Visto que uma mera onda e especulações não fundamentaram sequer a finalização destas obras e intuitivamente o pós evento em razão da inexistência de sucessores para a continuidade de investimento e operação .

Nesta construção de uma verdade inconveniente atual elencamos a baixa diversificação de investidores em esporte com destaque ao principal, futebol, como a predominância de casas de aposta (ordem de 10 (dez) diferentes para um mesmo jogo/evento) e o afastamento de negócios tradicionais e típicos como cerveja, telecomunicações, energia e veículos. Quando pensamos em fundamentos para o desenvolvimento de projeto turístico com enfoque a eventos esportivos secundários no cenário Fluminense a certeza momentânea é a não realização de grandes eventos para os próximos anos e uma especulação com geração incertezas negativas como crescente e aumento no conflito de interesse ganham destaque como o caso do Clube de Regatas Vasco da Gama e o uso do Estádio de São Januário.

Cenário com a aplicação de uma lupa

A falta de boas perspectivas locais gera oportunidades e a necessidade de uma melhor análise em razão da liquidação de operações e o desinteresse pelos iniciais desenvolvedores. Exemplo disto são os preços “atrativos” e a possibilidade de negócios que deveriam ter sido desenvolvidos para os grandes eventos (Olimpíadas e Copa do Mundo).

De modo aplicado, o Estado do Rio de Janeiro possui apenas 2 (dois) times em esportes profissionais coletivos não futebol, com um mínimo de histórico, continuidade e público médio por evento na ordem acima de 1 (um) mil espectadores: basquete masculino e vôlei feminino os quais “raramente” jogam nas arenas olímpicas. Entretanto, são ao menos 10 (dez) arenas olímpicas disponíveis: Maracanãzinho, Arenas Carioca 1, Carioca 2, Carioca 3, Arena do Tênis, Velódromo, Jeunesse Arena, Arena Deodoro, Riocentro, Sambódromo, Marina da Glória, Estádio da Lagoa, Campo de Golfe e Deodoro Parque.

Quando pensamos em esporte elencamos como de grande interesse para o cenário fluminense inicialmente o vôlei de praia (areia) e a enormidade concentração de atletas e países (seleções) com residência no Rio de Janeiro para treino em períodos de inverno europeu (ordem acima de 100 (cem)), com destaque aos países nórdicos e escandinavos; futsal; futebol de areia; handebol; tênis e *beach* tênis; *skate*; *surf*; além do vôlei e basquete.

O vôlei de praia, seguido pelo futebol de areia e beach tênis tem forte destaque pela estrutura disponível (se comparado com a necessidade de desenvolvimento de espaços *indoor* aquecidos para a realização de treino em locais congelantes no continente europeu), profissionais para a realização de treino (o alto nível do Brasil em certos aspectos faz com que atletas que seriam da seleção nacional de diversos países sequer consigam treinar com o time nacional Brasileiro), custo e risco do próprio negócio como lesões desencadeia o Rio de Janeiro como a primeira praia de vários atletas de alto rendimento ao redor do mundo, assim como a de vários juvenis ou postulantes a grandes atletas em um futuro próximo.

Futsal e handebol são os esportes das escolas, mas com a falta de perceptiva profissional leva a perda e não desenvolvimento de várias promessas. Enquanto que vôlei e basquete foram os esportes desenvolvidos sob a perspectiva midiática que juntamente com o futebol são os únicos com regularidade nas transmissões televisivas. O *surf* e o *skate*, marginalizados, passaram por um processo de estruturação e desenvolvimento, gerando excelentes resultados profissionais e boas perspectivas de desenvolvimento.

O tênis é um esporte fora de uma curva tradicional, isto porque é caro (em termos econômicos - \$), exigente de infraestrutura específica e própria para o desenvolvimento desde o início e com difícil adaptação, longa duração e altamente exigente física e mentalmente para o praticante. Entretanto, a criação de ambiente e o desenvolvimento de um bom sistema esportivo fez que houvesse uma “popularização” deste e a atração não apenas local e a realização de uma série de eventos internacionais de relevância na América Latina.

Proposta

A proposta de gestão privada de uma arena olímpica por um “pequeno” mostra-se algo temeroso, mas algum grande ator o fará e gerará a necessidade de desenvolvimento de estruturas secundárias que não houve para os grandes eventos da década passada. Imaginemos um evento de tênis com duração de 2 (duas) semanas e 128 atletas, considerando fatores ambientais, adaptativos, a necessidade de treino simultâneo ao horário dos jogos e o segredo esportivo. Logo, não há locais no Rio de Janeiro que comporte estes atletas de modo a proporcionar a todos a equidade da oportunidade do pleno gozo da sua capacidade.

Quando pensamos nos esportes coletivos o cenário não melhora porque as delegações não podem treinar numa mesma quadra simultaneamente, o fato de várias competições não ter caráter eliminatório e a duração ser da ordem de 1 (um) mês. Trazendo para o caso concreto, temos como exemplo as preliminares para as Olimpíadas Paris 2024 onde uma delegação hipotética está hospedada em Copacabana, treinando na Barra da Tijuca, realizando procedimentos médicos e físicos no Centro e jogando no Maracanãzinho sem estrutura especial análoga a realizada nas Olimpíadas para transporte e logística.

Assim, pensar no conceito americano de QG (Quartel General) de modo a atender este público na região periférica da capital fluminense de modo completo mostra-se necessário, mas como seria a aplicação orçamentária e o desenvolvimento do negócio?

Negócio

O modelo *airbnb* trouxe vários empreendimentos denominado “cama e café” os quais apresentam problemas econômicos e operacionais se comparado com as estruturas dos hotéis. Por outro lado, os hotéis têm problemas em atender atletas e delegações por (regra) não dispor de local para treinamento como quadras para o alto rendimento, bem como a exclusividade. Enquanto que em razão dos grandes eventos no Rio de Janeiro houve a perda da oportunidade de desenvolvimento de centros de performance para atletas no Rio de Janeiro.

Atualmente, há diversas ofertas que trazem oportunidades com preço baixo e redução da burocracia para desenvolvimento de projetos com a finalidade de atender atletas na ativa e em recuperação física e mental de modo secundário aos eventos profissionais ou times. Assim, a proposta do presente trabalho é fomentar o desenvolvimento deste negócio.

No cenário Fluminense, hospedar-se em Copacabana, treinar na Barra da Tijuca, realizar procedimentos médicos e físicos no Centro do Rio de Janeiro e jogar no Maracanãzinho sem estrutura especial análoga a realizada nas Olimpíadas para transporte despense ao menos 4h de transporte e logística diária, além do estresse, falta de privacidade, perda de segredo e aspectos corriqueiros do Rio de Janeiro. Pensando neste fato a seleção da Alemanha na Copa do Mundo de Futebol em 2014 aplicou a lógica aqui proposta e concentrou-se em Santa Cruz Cabralia

na Bahia, ressaltando que centros de treinamento de seleções brasileiras no Estado do Rio de Janeiro não estão localizadas na Capital como exemplo Vôlei em Saquarema, Tiro com Arco em Maricá, Futebol em Teresópolis e em competições realizam rotineiramente os traslados.

Portanto, não se trata de inventar a roda mas de reanalisar e desenvolver novas formas de fazê-la girar e para tal os editais públicos e venda de imóveis por banco se mostram interessantes visto as ofertas a partir de R\$1000, aceitação, necessidade e interesse pelo cliente com pagamento antecipado e coparticipação no investimento, demanda pela realização de diversos eventos profissionais na cidade do Rio de Janeiro, sinergia com recuperação de atletas e uso em datas comemorativas como espaço turístico “convencional”.

Logo, a proposta de trabalho é o desenvolvimento de modelo de negócio na região periférica da cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana de modo a atender delegações e atletas que venham participar de competições profissionais, apresentando como objeto secundário a recuperação de atletas lesionados de times profissionais, bem como serviços turísticos em datas especiais e comemorativas considerando a possibilidade de adequação e otimização da operação com conflitos solucionáveis.

Considerações finais

O que será feito com as arenas olímpicas é uma incógnita mas há o fato da desvalorização de operações que foram pensadas para atender os grandes eventos, oportunidade de desenvolvimento e o interesse em um mínimo desenvolvimento do esporte profissional fluminense, além do histórico, o crescimento de alguns esportes por meio de ação privada e o entendimento e conhecimento pela flexibilidade por delegações em relação a capital fluminense. Logo, estudos e negócios periféricos mostram-se oportunos de modo a desenvolver negócios e angariar oportunidades como a desencadeada por eventos profissionais esportivos.

Referências bibliográficas

- BRAGA, Laurisson Neto Araújo. **Estudo na área de empreendedorismo em quadra de areia visando à sustentabilidade financeira e à satisfação dos clientes**. 2022. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharel em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia – GO, 2022.
- ORLANDO, Silvia Simoni; NASSIF, Vania Maria. A influência das arenas esportivas na criação e sobrevivência de micro e pequenos negócios. **Revista Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 33, n. 98, p. 20-35, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol33n98.3748>.
- RANCY, Sandro Camilo Rocha. Proposta para uma arena multiuso em Cascavel, Paraná. **Revista Competitividade e Sustentabilidade – ComSus**, Paraná, v. 7, n. 2, Edição Especial, p. 447-467, 2020. DOI: <https://doi.org/10.48075/comsus.v7i2.21078>.

Experiências Turísticas Transformativas na Comunidade Indígena Raposa I, Roraima

Romário Loffredo de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Manoela Carrillo Valduga

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Osiris Ricardo Bezerra Marques

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: experiência turística; comunidade indígena; etnoturismo; turismo científico; pesquisa-ação.

A comunidade indígena Raposa I se localiza no município de Normandia, a cerca de 240 km de Boa Vista, capital de Roraima. Seu território serve como lar para o povo Macuxi, que teve a posse de suas terras assegurada em 2005, por meio da Portaria nº 534, do Ministério da Justiça. Ao longo dos anos, os Macuxi apresentam uma economia de base extrativista no que se refere à alimentação e aos insumos necessários para a confecção das panelas de barro e outros artesanatos que garantem a subsistência de aproximadamente 1500 indígenas da comunidade. A prática turística foi implementada entre as atividades da comunidade em 2019, por meio do etnoturismo, modalidade orientada para a imersão na cultura e tradições locais (Santos, 2020), em parceria com órgãos como o Departamento de Turismo de Roraima (DETUR) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

A comunidade foi selecionada pelo Ministério do Turismo para participar do projeto Experiências do Brasil Original (EBO), com execução da Universidade Federal Fluminense. O objetivo do projeto é ampliar e diversificar a oferta turística brasileira, por meio da inserção de produtos e serviços ofertados por comunidades tradicionais, especialmente indígenas e quilombolas, no mercado brasileiro. Entre os requisitos para participação no projeto, as comunidades precisavam receber turistas previamente, preferencialmente no modelo de turismo de base comunitária, em que existe protagonismo por parte da população local no planejamento e operação das atividades turísticas (Neiman; Barros-Freire, 2020).

Essa decisão teve o intuito de promover a imagem da sociobiodiversidade brasileira, valorizando aspectos culturais como rituais sagrados, danças e músicas típicas, gastronomia, entre outras tradições; bem como aspectos naturais relacionados a paisagem dos territórios, a fim de garantir métodos alternativos de renda e a inclusão desses produtos no mercado turístico brasileiro. Para tanto, o projeto foi dividido em cinco etapas, sendo elas: (1) Diagnóstico participativo; (2) Oficinas de experiências turísticas transformativas (ETT); (3) Qualificação; (4) Validação das experiências; e (5) Divulgação e apoio a comercialização (Valduga *et al.*, 2023).

Ao se considerar a criação e aprimoramento de experiências turísticas ofertadas pela comunidade indígena por meio do projeto EBO, o objetivo desta pesquisa é o de descrever a elaboração de experiências turísticas transformativas como forma de preservação cultural e desenvolvimento local. A metodologia utilizada para alcançar tal propósito é de abordagem qualitativa, baseada na técnica de pesquisa ação (Thiollent, 1992), que busca causar transformações enquanto são desenvolvidas formas de executar as atividades cotidianas, referentes ao objeto de estudo, de forma aprimorada, valorizando seus saberes e modos de fazer. Para o autor, a técnica requer a participação coletiva tanto do pesquisador quanto dos envolvidos no estudo de forma o mais interativa possível, a fim de garantir o sucesso das discussões sobre aquilo que se propõe transformar.

As experiências turísticas apresentam potencial para causar transformações nos indivíduos que a praticam, evoluindo os estudos no campo das experiências turísticas memoráveis para as experiências turísticas transformativas (Silva, 2023). As ETTs vêm sendo definidas como aquelas que expõem os turistas a contextos que fogem ao seu cotidiano, obrigando-os a responder criativamente a situações desafiadoras, ajustando sua mentalidade, comportamento e estilo de vida em relação ao mundo (Phillips, 2019).

O interesse em implementar esse tipo de experiências em uma comunidade indígena é o de sensibilizar os visitantes não indígenas, por meio da valorização e preservação da cultura e modo de vida desses povos e, conseqüentemente, estimular a revalorização dos povos originários do Brasil, historicamente desvalorizados e subjugados. A comercialização dessas experiências também apresenta potencial para gerar renda extra na comunidade, tendo em vista o fluxo turístico que pode vir a adquirir com a devida divulgação do turismo (Valduga *et al.*, 2023).

No contexto da Comunidade Indígena Raposa I, após a realização da etapa de diagnóstico participativo pela equipe executora do projeto (UFF), que ocorreu por meio de técnicas como levantamento documental, observação de campo, caminhadas transversais e entrevistas, foram levantados os principais pontos fortes e a melhorar em relação ao turismo na comunidade. Entre os pontos fortes foram ressaltadas práticas tradicionais como o artesanato das panelas de barro e tranças de darruana; a gastronomia típica que tem como prato principal a *Damurida*, um ensopado de peixe apimentado geralmente servido com farinha; a dança e ritual típico chamado *Parixára*; práticas que podem ser consideradas de cunho esportivo, como a pesca e o arco e flecha, utilizados

pelos indígenas para adquirir alimentos; além dos aspectos naturais como serras, trilhas, lagos e cachoeiras, que permitem aos visitantes usufruir do contato com a natureza e fugir do cotidiano urbano, comum a maior parte da sociedade ocidental.

Esses pontos fortes foram trabalhados em Oficinas de Experiências conduzidas pela equipe executora do projeto (UFF), que estabeleceu determinados parâmetros para a organização e planejamentos das futuras ETT. O passo a passo para a criação das experiências foi dividido em 15 atributos, sendo eles: nome; objetivo; local; descrição; público-alvo; recursos necessários; sentidos estimulados; responsáveis pela execução; parcerias; o que está e não está incluído; tempo de duração; número mínimo e máximo de participantes; preço; divulgação e comercialização; disponibilidade; dicas.

No decorrer das oficinas, a comunidade local foi instruída sobre como usufruir das características locais como a cultura e paisagem para desenvolver ou aprimorar as experiências ofertadas aos turistas. O atributo ‘objetivo’, por exemplo, foi guiado pelos seguintes questionamentos: qual o propósito da atividade? O que eles sentirão após a realização da atividade? Qual será o aprendizado adquirido? Que memória ficará da atividade? O que o visitante terá ganhado ao final da atividade? Que transformação gerará ao participar dessa experiência?

Sobre os pontos a melhorar, foram identificados três características cruciais a serem trabalhadas com a comunidade, sendo elas: (1) Marketing digital, tendo em vista a falta de presença on-line da comunidade; (2) Boas práticas em relação a hospitalidade e educação ambiental, considerando a necessidade de buscar formas de apresentar a cultura local aos visitante, respeitando a cultura e modo de vida alheios; e (3) Precificação, ao atentar-se a falta de flutuação nos preços das experiências, bem como a desatualização dos custos envolvidos na formação das experiências. Esses pontos foram trabalhados com a comunidade posteriormente, durante as oficinas de qualificação, conduzidas por parceiros locais do DETUR.

A penúltima etapa do projeto, denominada Validação das Experiências, consistiu em uma nova visita ao campo, para avaliar a operação das ETT criadas ao longo do projeto e validá-las para a próxima etapa, referente à divulgação e apoio a comercialização. Durante a validação, observou-se o quanto as práticas e aspectos da cultura Macuxi foram adicionados ao roteiro das atividades, assim como a capacidade dos participantes de se posicionarem na história e evolução da comunidade, a fim de alcançar o objetivo de valorização e preservação de sua cultura.

A principal ETT desenvolvida na comunidade Raposa I foi denominada ‘Panela de barro: A alma do povo Macuxi’ e teve como objetivo ‘Proporcionar uma experiência relacionada a principal prática cultural do povo Macuxi, permitindo que os turistas aprendam a fazer as suas próprias painelas de barro’. A experiência consiste em uma demonstração das etapas que envolvem a confecção de uma panela de barro, acompanhada da história tradicional de busca pelo insumo que, inicialmente, era realizado exclusivamente pelas mulheres da comunidade. Após a contação de história e demonstração, os turistas são convidados a “pôr a mão na massa” e confeccionarem

suas próprias panelas. Posteriormente, quando o barro se encontra seco, é necessário polir as panelas para que se tornem lisas e, na sequência, elas são levadas ao fogo para o processo de ‘queima’, quando as panelas são finalizadas.

Outras dez ETT foram criadas na Comunidade Raposa I que em breve serão divulgadas pelo Mtur através de feiras nacionais e internacionais de turismo, além da divulgação de catálogos e material audiovisual sobre as experiências criadas. Entre as limitações da pesquisa, ressalta-se a falta de uma validação do fator transformativo das experiências por parte de turistas que não estejam envolvidos no projeto, tendo em vista que a equipe executora é formada exclusivamente por determinados membros da UFF em conjunto com um representante do Mtur. Para estudos futuros, sugere-se a ampliação do número de comunidades analisadas e a avaliação realizada por turistas que tenham visitado as comunidades após a execução do projeto.

Referências bibliográficas

NEIMAN, Z.; BARROS-FREIRE, J. M. de. Percepção local acerca da aplicabilidade do Ecoturismo de Base Comunitária na RESEX Corumbau (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 488-515, ago./out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.10727>.

PHILLIPS, B. **Learning by Going: Transformative Learning through Long-term Independent Travel**. Wiesbaden: Springer, 2019.

SANTOS, E. R. **Etnogeografia Macuxi: o lugar na memória da Comunidade Indígena Raposa I, Estado de Roraima**. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/handle/prefix/743>. Acesso em: 21 out. 2023.

SILVA, L. C. S. **Experiências Turísticas Transformativas e oscilações do bem-estar: Viajando em meio à disseminação da Covid-19**. 2023. 127 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. [S. l.]: Cortez, 1992.

VALDUGA, M. C.; OLIVEIRA, R. L.; SANT’ANNA, E. S.; MARQUES, O. R. B. Experiências turísticas memoráveis em ambientes rurais: pesquisa-ação com empreendedores da Rota do Queijo – Terroir Vertentes, Minas Gerais, Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 25, n. 2, p. 198-218, maio/ago. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v25n2.p198-218>.

O papel do “turismo de política” no fenômeno de mobilidade de políticas

João Freitas

Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO)

Thiago Allis

Universidade de São Paulo (USP)

Jéssica Sewaybricker Ribeiro

Universidade de São Paulo (USP)

Luma Mundin Costa

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

Palavras-chave: turismo de política; mobilidade de políticas; mobilidades.

O objetivo deste paper é explorar conceitualmente o papel do "turismo de política" no fenômeno de mobilidades de políticas. Em outras palavras, debateremos se e em que medida o fluxo de políticos, arquitetos, urbanistas, pesquisadores, empresários, lobistas - entre outras categorias de pessoas envolvidas com políticas - contribuem para que políticas sejam replicadas aos alhures.

Reconhecemos que as viagens para ‘ver uma política *in loco*’ (cf. González, 2011) engendram uma série de atividades como conversas com políticos locais, visitas a lugares influenciados pela política em questão, desenvolvimento de acordos e parcerias, e até mesmo a mera oportunidade de conhecer outros lugares. Por outro lado, a recente pandemia de COVID-19 gerou uma redução drástica das viagens, o que não impediu que as políticas de combate à doença e seus múltiplos impactos se espalhassem muito rapidamente por todos os continentes. Sem pessoas viajando não há "turismo de política"; as políticas passaram a se mover quase que exclusivamente por canais que prescindem do contato face-a-face.

A mobilidade de políticas diz respeito à transferência e adaptação de políticas “bem-sucedidas”, de um ambiente para outro, isso pode incluir a importação/exportação de políticas de um país, estado ou cidade. Para McCann e Ward (2011), o conceito de mobilidade de políticas compreende que a formulação de políticas é tanto relacional como territorial: se movimenta e

se fixa simultaneamente, explorando “os processos, práticas e recursos reunidos para construir, mobilizar e territorializar o conhecimento político” (Baker; Temenos, 2015, p. 825). Este fenômeno é consequência do desejo de governos, organizações internacionais, instituições e órgãos públicos ou privados em replicar experiências bem-sucedidas de outros lugares (McCann; Ward, 2011), o que ganha ainda mais força em um contexto neoliberal de competitividade entre cidades (cf. Harvey, 2019; Ward, 2011).

O Paradigma das Mobilidades (Sheller; Urry, 2006) nos ajuda a compreender que esses processos não ocorrem de maneira independente. Dinâmicas sociais e regimes de mobilidade, em diferentes escalas, são acionadas por indivíduos e instituições que impulsionam tais deslocamentos, seja por meio da transferência de documentos, relatórios, pelo deslocamento físico de governantes, pesquisadores, empresários, consultores e outros atores, ou quando se instalam em um espaço e tempo específico, sofrendo modificações substanciais (Freire-Medeiros; Freitas, 2020; Jajamovich; Silvestre, 2023).

O conhecimento político, as práticas, ideias e modelos são deslocados de uma cidade para outra, tracionados por atores que agem local e globalmente (McCann, 2008). Trata-se de um fenômeno já bastante estudado, descrito por diferentes metáforas que buscam sempre retratar como essas políticas se movimentam: difusão, transferência, circulação, aprendizagem. Optamos por usar a noção de “mobilidade de políticas”, em detrimento das demais, por esta privilegiar a ideia de espaço relacional, provendo uma imagem de lugares interconectados (Massey, 2005). Investigar mobilidades de políticas significa investigar estas relações, como elas se transformam e como promovem transformações no lugar em que aportam.

No contexto das mobilidades de políticas, é crucial compreender a reprodução, os processos e as transferências de políticas, considerando que as políticas circulam devido ao interesse e benefício dos atores envolvidos nessa circulação. O próprio movimento é um elemento de validação da política, pois, em tese: políticas bem-sucedidas se movem (Coli, 2019).

González (2011) explora o conceito de “*urban policy tourism*” para se referir especificamente a viagens exploratórias curtas para outras cidades realizadas por profissionais que dialogam com o tema urbano e que tenham como objetivo aprender sobre alguma transformação que esta cidade tenha empreendido e que tenha gerado efeitos positivos. A autora aciona esse conceito para explicar o caso de Bilbao e Barcelona, que recebem um expressivo número de turistas motivados para ver *in loco* essas políticas de renovação urbana tidas como bem-sucedidas e com elas aprender. Peck (2003, p. 229, tradução nossa) menciona o “turismo de política” como um meio de “proliferar, ampliar e lubrificar canais transfronteiriços de transferência de política”.

McCann (2011, p. 118, tradução nossa) aponta que cidades que se tornaram destinos populares e costumam receber muitos visitantes interessados nas políticas locais acabam por “desenvolver protocolos e narrativas empacotadas para lidar com seus visitantes de uma forma eficiente para os anfitriões e também edificante e agradável para os convidados”. Tal como nas viagens de lazer, o turismo de política também envolve práticas de circulação e observação

mediada da cidade. Baker e McGuirk (2019) tratam o turismo de políticas como "*study tours*", buscando, assim, dialogar mais diretamente com as pesquisas sobre passeios guiados.

Do ponto de vista prático, formuladores de política e políticos lidam com alguns desafios para a realização dessas viagens, pois demandam tempo e dinheiro e são complicadas de serem organizadas. Além disso, a opinião pública nem sempre reage favoravelmente ao uso de dinheiro público para viagens, e há restrições em relação ao que e como se pode aprender durante essas excursões (Cook; Andersson, 2018).

O conceito de "turismo de políticas" é um importante mecanismo para o fenômeno de mobilidades de políticas, que ajuda a explicar esta realidade em que modelos e políticas têm se mostrado cada vez mais móveis. Um conjunto amplo de atores viajam com interesses relacionados a políticas, como os formuladores de políticas, consultores, arquitetos, urbanistas, empresários, lobistas e também pesquisadores - um ponto de contato com o conceito de turismo científico, objeto do presente simpósio.

A expertise de think tanks, consultores, mediadores e formuladores de políticas fazem parte do cotidiano da governança atualmente (McCann; Ward, 2011). O turismo de políticas é apenas um dos canais para que as políticas se movam. As políticas de combate a Covid-19 se moveram intensa e rapidamente em um contexto em que as viagens foram impedidas. Reuniões remotas, chamadas de vídeo, lives, compartilhamento de documentos se encarregaram pelo movimento dessas políticas. Nota-se que, apesar desses canais se mostrarem bastante efetivos para a mobilidade de políticas, eles parecem não substituir as viagens para esses fins - o que será investigado em oportunidade futura.

Referências bibliográficas

- BAKER, Tom; MCGUIRK, Pauline. "He came back a changed man": The popularity and influence of policy tourism. **Area**, v. 51, n. 3, p. 561-569, Sept. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/area.12505>.
- BAKER, Tom; TEMENOS, Cristina. Urban policy mobilities research: Introduction to a debate. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 39, n. 4, p. 824-827, July 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12252>.
- COLI, Luis Régis. Difusão, Mobilidade internacional de políticas e perspectivas contra-hegemônicas: consensualismo, resistência e planejamento urbano. **InSitu: Revista Científica do Programa de Mestrado Profissional em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 9-28, jan./dez. 2019.
- COOK, Ian R.; ANDERSSON, Ida. Tour guides and the hosting of policy tourism: Show and tell in Vällingby and Växjö. In: GLOBALA FLÖDEN OCH LOKALA PRAKTIKER: Policymobilitet i Tid Och Rum (Arsboken Ymer). Stockholm: Svenska Sällskapet för Antropologi och Geografi, 2018. p. 111-132.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; FREITAS, João. Rio, Cidade Inteligente? Mobilidade de políticas e políticas de mobilidade no contexto dos megaeventos. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 201-224, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/irei.2020.54461>.

GONZÁLEZ, Sara. Bilbao and Barcelona ‘in Motion’. How Urban Regeneration ‘Models’ Travel and Mutate in the Global Flows of Policy Tourism. **Urban Studies**, v. 48, n. 7, p. 1397-1418, May 2011.

HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism: A Theory of Uneven Geographical Development**. London: Verso, 2019.

JAJAMOVICH, Guillermo; SILVESTRE, Gabriel. Movilidad de políticas urbanas. In: ZUNINO SINGH, Dhan; JIRÓN, Paola; GIUCCI, Guillermo (ed.). **Nuevos términos clave para los estudios de movilidad en América Latina**. [S. l.]: Teseo, 2023.

MASSEY, Doreen. **For Space**. London: Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

MCCANN, Eugene. Expertise, truth, and urban policy mobilities: Global circuits of knowledge in the development of Vancouver, Canada's ‘four pillar’ drug strategy. **Environment and Planning A**, v. 40, n. 4, p. 885-904, Apr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1068/a38456>.

MCCANN, Eugene. Urban Policy Mobilities and Global Circuits of Knowledge: Toward a Research Agenda. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 101, n. 1, p. 107-130, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/00045608.2010.520219>.

MCCANN, Eugene; WARD, Kevin. Urban assemblages: territories, relations, practices and power. In: MCCANN, Eugene; WARD, Kevin (ed.). **Mobile urbanism: Cities and policymaking in the global age**. Minneapolis: University of Minnesota, 2011. p. xiii-xxxv.

PECK, Jamie. Geography and public policy: mapping the penal state. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 2, p. 222–232, Apr. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1191/0309132503ph424pr>.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The New Mobilities Paradigm. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 38, n. 2, p. 207-226, Feb. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1068/a37268>.

WARD, Kevin. Entrepreneurial Urbanism, Policy Tourism, and the Making Mobile of Policies. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (ed.). **The New Blackwell Companion to the City**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2011. Chapter 63, p. 726-737. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781444395105.ch63>. Acesso em: 24 out. 2023.

Promoção das Indicações Geográficas Agroalimentares por meio de Eventos Científicos

Maria Jaqueline Elicher

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Joice Lavandoski

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Bruna Ranção Conti

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Dan Gabriel D’Onofre

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Palavras-chave: eventos; turismo científico; indicação geográfica; desenvolvimento.

A relação entre as Indicações Geográficas (IGs) e o turismo tem apresentado características que podem ser identificadas como sendo experiências de Turismo Científico (TC). Este, por sua vez, pode ser definido, numa visão mais atual, como estratégia para a proteção das áreas naturais e conscientização ecológica; oportunidade de ampliação de canais para a captação de recursos financeiros para o desenvolvimento da ciência; e ferramenta pedagógica e de acesso a informações qualificadas e críticas sobre os aspectos concernentes a uma viagem ou a um deslocamento; características as quais são essenciais para a geração da motivação e a realização das experiências turísticas (Räikkönen *et al.*, 2019).

Nesta pesquisa, as experiências serão apresentadas a partir da organização de eventos científicos, que tem a pretensão de divulgar os aspectos que envolvem a criação e o desenvolvimento de uma IG e, conseqüentemente, a sua divulgação e comercialização. A IG pode ser definida como uma forma de proteção que relaciona produtos, atributos de qualidade e o local de origem. Do ponto de vista legal as IGs são uma categoria de propriedade industrial (que por sua vez é um ramo da propriedade intelectual), assim como as marcas, patentes e modelos de utilidade. No caso de uma IG registrada, a proteção é para o uso do nome geográfico, ou seja, só podem usar o nome os produtores localizados na região e para produtos que atendam às especificações definidas, aquilo o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria (Brasil, 2023).

Nesse sentido, aponta-se que a proposta elaborada por Mascarenhas e Wilkinson (2014) visando o fortalecimento das IGs enquanto estratégia de desenvolvimento dialoga com a promoção de eventos, posto seu caráter transversal enquanto ação e instrumento de formação/educação voltado a inter e transdisciplinaridade. Para estes autores, a valorização de produtos com IG, além do desenvolvimento de mercados consumidores interno e internacional para tais, demandam uma ação sinérgica em três níveis, a saber:

a) da cadeia produtiva, com a negociação de alianças verticais e horizontais; b) do setor IG, por meio da sua organização, visando ao aperfeiçoamento, adequação e promoção desses signos distintivos em âmbito nacional e internacional; e c) do Estado, por meio do suporte a essas iniciativas, da promoção do conceito em nível nacional e da promoção dos produtos no mercado internacional (Mascarenhas; Wilkinson, 2014, p. 105).

Este artigo propõe a inserção de uma quarta dimensão, a dos eventos como instrumento de promoção das IGs e, conseqüentemente, do fomento à prática do TC. Os eventos têm a função de promover, de forma ampla, os territórios e seus produtos, para além das fronteiras locais de configuração de uma IG.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar como os eventos se manifestam enquanto estratégia de desenvolvimento e promoção das cadeias produtivas das Indicações Geográficas Agroalimentares, e podem, por sua vez, contribuir para a prática do TC.

Os eventos enquanto estratégia de marketing podem ser entendidos como o conjunto de ações planejadas com o objetivo de alcançar resultados previamente definidos perante um público específico (Britto; Fontes, 2002). A promoção de eventos/acontecimentos planejados é de particular interesse para a área de turismo, sobretudo em função do seu importante papel como atração; fonte geradora de receitas econômicas e efeito multiplicador; e redução da sazonalidade para um local ou município (Brenol, 2007; Britto; Fontes, 2002). Nesse sentido, eles são vistos, por entidades públicas e privadas, também como uma estratégia de marketing para os destinos turísticos. Os eventos, além de serem um atrativo turístico em si, também podem ser entendidos como um subproduto, ou seja, servindo de apoio para a comercialização ou divulgação de produtos e/ou de serviços e suprimindo necessidades de mercado em matéria de entretenimento, lazer, conhecimento, descanso e tantas outras motivações (Brenol, 2007; Britto; Fontes, 2002), como a do Turismo Científico.

Neste trabalho importa definir, pontualmente, os eventos de caráter científico. Baseado na classificação de Britto e Fontes (2002), eles envolvem os eventos enquadrados em “encontros técnicos e científicos”, e são aqueles que tratam de assuntos científicos em um dado campo ou área de conhecimento, com o objetivo de expor trabalhos, resultados de estudos e experiências relevantes no âmbito da pesquisa desenvolvida. Os tipos de eventos científicos mais comuns são: conferência, seminário, simpósio, painel, jornada, palestra, etc. Vale ressaltar que os eventos que visam promover/discutir IGs, transversalmente, cumprem uma função de TC na medida em que possibilitam ao interessado aprofundar os conhecimentos sobre determinadas marcas, sobre

as características do território onde foi produzido, sobre as condições socioculturais em que se originaram, dando um sentido educativo à prática turística.

O estudo segue a metodologia exploratória, descritiva e qualitativa, baseado em dados secundários e consiste em um mapeamento dos eventos associados a produtos agroalimentares em territórios que possuem IGs na região Sudeste do Brasil, embora os eventos aconteçam em diferentes regiões do país (Tabela 1). Foram realizadas buscas em *website* oficiais de associações e de empreendimentos de produtos com IGs Agroalimentares; de prefeituras municipais e respectivas Secretarias de Turismo (SP, RJ, MG, ES); de entidades ligadas a obtenção do registro, ex: Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e Serviço Braileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); além da verificação nos calendários, estadual (SC, RJ, MG, ES) e nacional de eventos. Considerou-se eventos a partir de 2005, ano em que se obteve a primeira IG na região Sudeste. A Tabela 1 apresenta o resultado da coleta de dados.

Tabela 1 – Mapeamento dos eventos científicos relacionados às IGs agroalimentares da região Sudeste do Brasil

Nome da IG	Nome do Evento Programado	Local	Data de Realização
Várias IG's (Brasil)	Evento Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas	Belo Horizonte, MG	29 e 30 de outubro de 2014
Várias IG's (Brasil)	II Evento Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas	Florianópolis, SC	31 agosto a 2 de setembro de 2016
Várias IG's (Brasil)	III Evento Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas	Belo Horizonte, MG	9 a 11 de agosto de 2018
Várias IG's (Brasil e Mercosul)	Seminário de Indicações Geográficas – Acordo Mercosul e União Européia	Não identificado	10 e 11 de março de 2020
Várias IG's (Brasil)	IV Evento Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas	Brasília, DF	8 e 9 de dezembro de 2021
Várias IG's (Brasil e França)	Workshop Brasil-França - Selo Nacional e Europeu de Indicações Geográficas	Online	08 de Agosto de 2021
Várias IG's (Brasil)	V Evento Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas	Curitiba, PR	8 a 10 de dezembro de 2022
Alta Mogiana (Café)	VIII Fórum de Qualidade	Franca, SP	4 de abril de 2023

Fonte: Elaboração própria (2023)

Esses eventos envolveram na organização, promoção ou apoio, entidades públicas como o INPI, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI); e/ou entidades privadas como o Sebrae e as Associações

responsáveis pelas IGs. Percebe-se cinco edições do evento “Evento Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas”, sendo realizado em locais/cidades diferentes, entre os anos de 2014 a 2022, e não seguindo uma data fixa para a sua realização.

Por serem eventos científicos, o público participante atende, geralmente, a um perfil dirigido (isto é, que têm afinidade com o tema) e/ou específico (definido em função da identidade, marca e características do evento), os quais podem compreender, nestes casos de eventos científicos, pesquisadores, empresários, gestores públicos e interessados pela IG.

A partir do exposto, percebe-se que a promoção de IGs de produtos agroalimentares da região Sudeste por meio de eventos científicos vem acontecendo de forma nacional e até internacional, e não regionalizada. Assim, é evidente a sinergia de entidades públicas e privadas estaduais, nacionais e internacionais na promoção desses produtos, em linha com as três dimensões de Mascarenhas e Wilkinson (2014). Outra evidência da pesquisa, é a ausência, pelo menos direta, da participação e/ou envolvimento das universidades, centros e instituições de pesquisa na organização de eventos. Esse aspecto não era esperado nos resultados. Contudo, demonstra um espaço a ser explorado por acadêmicos por meio de eventos científicos que discutam a temática e, nesse sentido, o Turismo Científico enquanto uma possibilidade (quarta dimensão proposta).

Estudos futuros podem ampliar o escopo geográfico de mapeamento dos eventos usando como base as 80 IGs agroalimentares registradas no país (Brasil, 2023). Nesse sentido, a análise apresenta limitações de recorte temporal e geográfico. A primeira dimensão, a da cadeia produtiva, que exige negociação de alianças verticais e horizontais, ou seja, união de produtores, associações e Estado na direção da promoção e discussão sobre os aspectos que envolvem as IGs, nos parece ainda frágil e carente de avanços. Novos estudos podem indicar com mais clareza como esta dimensão pode contribuir nos avanços das IGs no país. Portanto, o Turismo Científico, aparece como estratégia bastante promissora para o fortalecimento desse setor em crescente desenvolvimento e ainda com grande potencialidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?** Brasília, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 8 out. 2023.

BRENOL, R. **Manual de eventos**. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

BRITTO, J.; FONTES, N. **Estratégia para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

MASCARENHAS, G.; WILKINSON, J. Indicações geográficas em países em desenvolvimento: potencialidades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 103-115, abr. 2014. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/918>. Acesso em: 8 out. 2023.

RÄIKKÖNEN, J.; ROUHIAINEN, H.; GRÉNMAN, M.; SÄÄKSJÄRVI, I. Advancing environmental sustainability through nature-based science tourism: The potential of universities. **Matkailututkimus**, Joensuu, v. 15, n. 1, p. 67-87, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33351/mt.79852>.

A Cartografia Social Participativa dos Territórios Turísticos de Ilha Grande - PI: identidade e pertencimento

Luzinete Gaspar da Silva

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Raiane da Fonseca Sales

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Moisés Francisco Antão de Alencar

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Mateus Rocha dos Santos

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Edvania Gomes de Assis Silva

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Heidi Gracielle Kanitz

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Francisco Pereira da Silva Filho

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Palavras-chave: comunidade; território; mapeamento; cartografia social.

Este estudo aborda sobre a importância da cartografia social participativa realizado por meio de um projeto desenvolvido através do Programa Institucional da Bolsa de Iniciação à Extensão (PIBIEX) da Pró-reitoria de Extensão (PREX) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) entre 2021 a 2022.

Este teve como objetivo elaborar, construir e divulgar a Cartografia Social Participativa dos Territórios Turísticos município de Ilha Grande - PI, a qual possui um contingente populacional de 9.274 habitantes, densidade demográfica de 71, 51 hab/km², distribuídos em uma área territorial de 132,318 km², situado às margens do rio Parnaíba e dos igarapés urubu, baixão, morros, brejo

e periquito (IBGE, 2022). Este cenário contém uma abundância de recursos hídricos em sua superfície, com expressiva biodiversidade de fauna e flora de valor econômico e ecológico como peixes, crustáceos, carnaúba, aninga, entre outros. A localidade está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA), com predominância de comunidades ribeirinhas, sendo está uma das vias de acesso para o Delta do Parnaíba, onde recebe diversos turistas nacionais e internacionais com intuito de conhecer a Unidade de Conservação (UC). É neste lugar que o segmento do turismo e a atividade da pesca artesanal sustentam e impulsionam a criação de empregos e renda no município.

Por ser contemplado por estas características, este município tem também uma grande representatividade no segmento do turismo, pois é a partir do Porto dos Tatus, que partem os passeios, visitas e outras atividades das práticas cotidianas da população local, empresas do trade turístico, para o Delta do Parnaíba. Em virtude disso, é oportuno o desenvolvimento desse estudo, através da colaboração dos agentes sociais, com base na identificação dos atrativos turísticos e sua localização geográfica. As reuniões, rodas de conversas, palestras com a comunidade local fizeram parte da construção e elaboração do mapa social de Ilha Grande o qual o chamamos de Mapeamento Cartográfico Social Participativo. Para Gorayeb (2015), o que tem despertado o interesse de comunidades, é que a Cartografia Social se configura como um instrumento que possibilita mapear os seus territórios e de defender seus interesses, assegurando seus direitos, e busca de materialização dos seus anseios. Neste contexto, a cartografia social visa elaborar documentos, junto aos agentes sociais, com o intuito de fazer um levantamento de todas as atividades que se manifestam dentro do território, com a finalidade de preservar o patrimônio socioeconômico e cultural das comunidades. Essas iniciativas podem contribuir para a busca de melhorias que alicercem as particularidades desses grupos.

O autor Acselrad (2010) diz que cartografia social não se limita somente no espaço geográfico, mas também nas atividades ligadas ao seu uso, considerando os diferentes interesses das comunidades, o que caracteriza os atores sociais e seu território. O empoderamento social gerado a partir da interação desses indivíduos na construção da cartografia social mostra o quanto eles são pertencentes àquele determinado espaço que ocupam, apontando as suas necessidades a serem solucionadas ou compreendidas.

Para delineamento do mapeamento cartográfico participativo de Ilha Grande, foi evidenciada a participação dos atores representativos das comunidades tradicionais, por serem importantes na construção do diálogo e conexão de saberes das atividades dos atores e suas práticas cotidianas. Para isso, foram separados os atores sociais em grupos específicos, assim definidos: Grupo 1 – Associações de Pesca e Agricultura, Atores do Turismo; Grupo 2 – Catadores de Caranguejo, Marisqueiras, Manjubeiros, representantes das Associações de Moradores; Grupo 3 – Artesãos (palha, barro), cultura e artes em geral.

Desse modo, os procedimentos metodológicos se definiram por quatro etapas: a) Levantamento bibliográfico e documental; b) Planejamento das atividades; c) Realização das Oficinas do pertencimento com os atores sociais e, d) Elaboração e Execução do mapa da cartografia social participativa dos territórios turísticos.

De forma geral, a comunidade está inserida direta e indiretamente na cadeia produtiva do turismo no município, e possui uma significativa importância para a geração de emprego e renda dos residentes, que buscam na geografia do lugar a produção de seu sustento e a movimentação e criação frentes de trabalho, a partir das atividades turísticas que acontecem dentro da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba.

As oficinas de pertencimento na elaboração do mapa realizado com os atores sociais, apontaram que as vivências socioculturais e turísticas que são desenvolvidas dentro do território de Ilha Grande apontaram suas identidades e potencialidades sociais, culturais e ambientais.

Figura 1 – Oficina do pertencimento



Fonte: Projeto PIBIEX (2022/2023)

Figura 2 – Oficina do mapeamento cartográfico

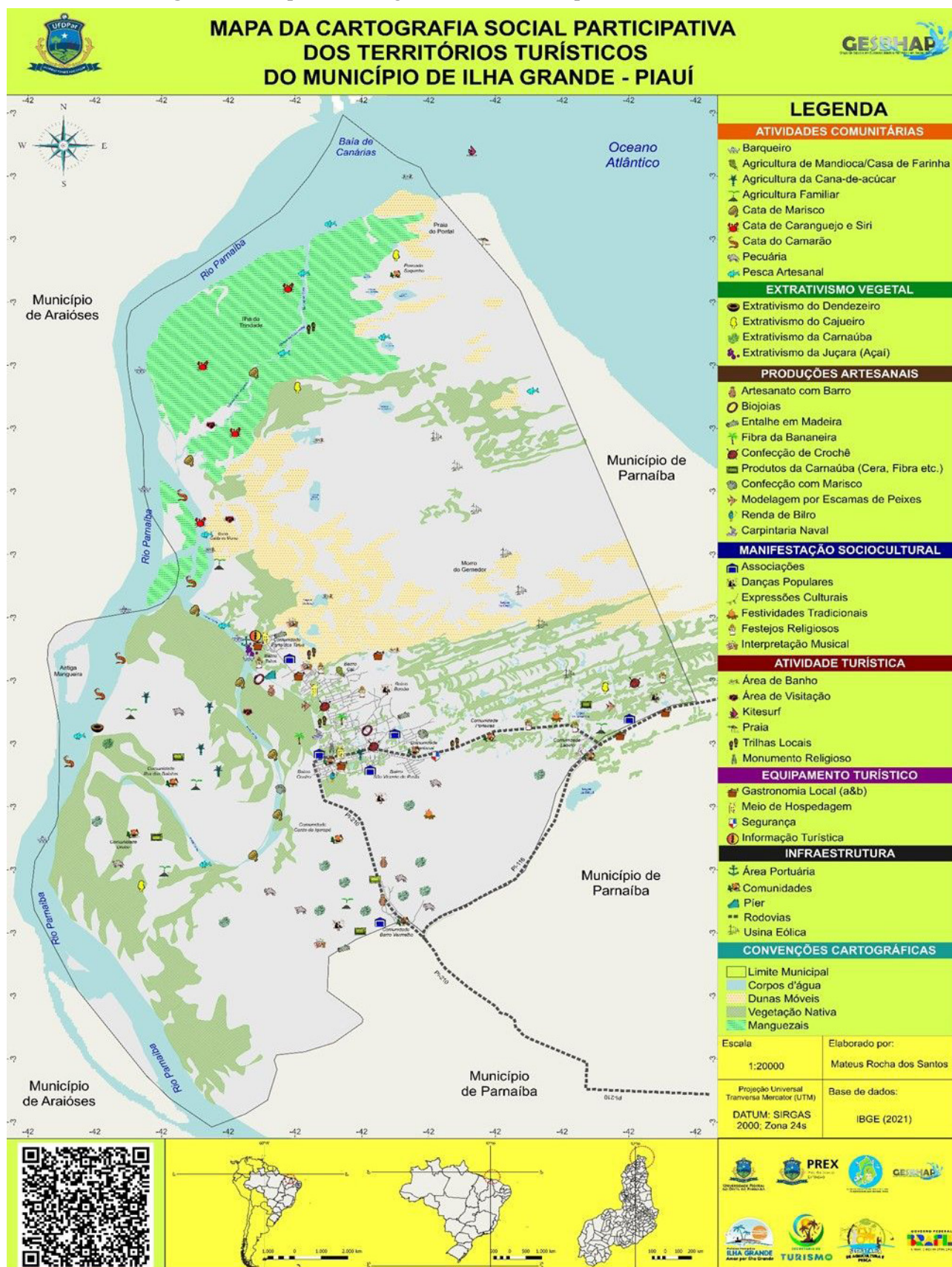


Fonte: Projeto PIBIEX (2022/2023)

Após a realização das oficinas e delimitação das atividades apontados pela comunidade, o mapa da cartografia social participativa de Ilha Grande foi apresentado à comunidade e ao município (Figura 3).



Figura 3 – Mapa da Cartografia Social Participativa de Ilha Grande – PI



Fonte: Santos (2022-2023)

Portanto, o mapa da cartografia social participativa de Ilha Grande, sinalizou um marco importante no município através do mapeamento cartográfico que se tornou um forte instrumento de defesa dos direitos da comunidade, mostrando toda a riqueza e importância que essas atividades e seus atores têm no seu território.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. *In*: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 85-111.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V. Princípios básicos de cartografia e construção de mapas sociais: metodologias aplicadas ao mapeamento participativo. *In*: GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V. da (org.). **Cartografia Social e Cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. p. 9-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/ilha-grande/panorama>. Acesso em: 21 abr. 2023.

LANDIM NETO, F. O.; PAULINO, P. R. O; RIBEIRO, A. M. M. A cartografia social como instrumento de especialização dos conflitos territoriais no campo: o caso da região da Chapada – Apodi/RN. **Ambiente & Educação**: Revista De Educação Ambiental, v. 21, n. 2, ed. especial V CBAAAGT, p. 60–71, 2016.

SILVA, E. G. A (org.). **Meio Ambiente, Comunidades e Turismo**: experiências e diálogos de saberes. Parnaíba: EDUFPI: SIEART, 2016.

SILVA, E. G. A (org.). **Meio Ambiente, Patrimônio e Turismo no Estado do Piauí**. Parnaíba: EDUFPI: SIEART, 2019.



Educação, Divulgação Científica e Popularização da Ciência



Expedições do Cefet/RJ e suas contribuições para o turismo científico na trilha do Morro Meu Castelo (Castelinho) - Petrópolis, RJ

Tainara Guimarães de Rezende

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Ana Carolina Marques Correa Monken Vieira

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Fernando Amaro Pessoa

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Marcelo Faria Porretti

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Marcelo Soares Salomão

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Palavras-chave: turismo científico; trilhas; interpretação ambiental.

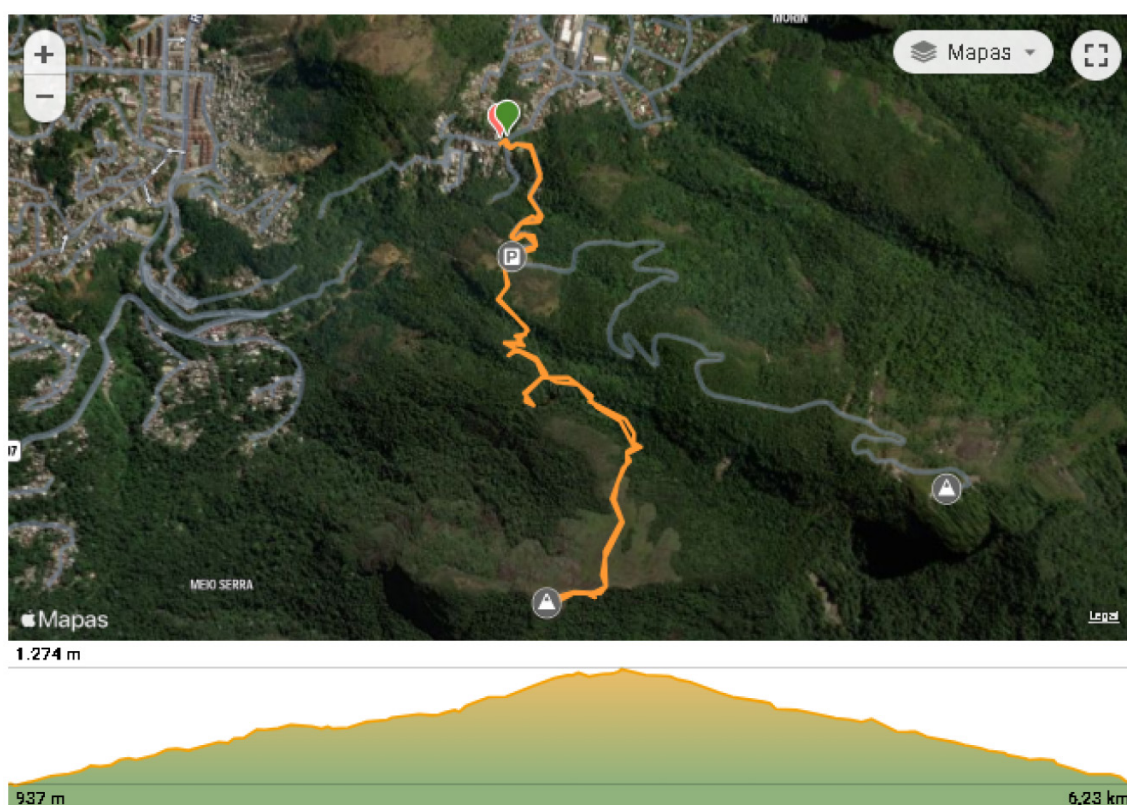
O presente trabalho possui como objetivo analisar as atividades realizadas pelo projeto Expedições do Cefet/RJ (<https://www.instagram.com/expedicoescefet/>), desenvolvido desde 2015 na unidade Petrópolis do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), e suas contribuições para o turismo científico. O projeto promove, através da educação e interpretação ambiental, atividades de aventura, geoturismo e percepção/gestão de riscos em trilhas, a fim de estender para além da teoria conceitos ligados a temática, subsidiando, assim, estudos científicos através de coletas de dados oriundas de observações, vivências e discussões nesses espaços, além da divulgação dos estudos e pesquisas já existentes.

Neste contexto, a partir de uma revisão bibliográfica e detalhamento de atividades já realizadas pelo projeto, busca-se identificar como elas contribuem para o turismo científico ou possuem o potencial para esse tipo de turismo. O intuito é correlacioná-las com o turismo científico, que pressupõe práticas turísticas ligadas à geração de conhecimentos científicos em várias áreas de estudo (Leandro; Trevisan, 2021).

A trilha do Morro Meu Castelo, ou popularmente conhecida como Castelinho, é muito frequentada por um público bem diversificado, principalmente por estar próximo ao centro urbano do município e por ser de fácil acesso e orientação. Tal fato despertou o interesse em abordar temas que fossem relevantes, como o uso do espaço como instrumento de ensino e a gestão do uso público e de riscos em trilhas urbanas.

A trilha possui uma extensão (ida e volta) de aproximadamente 6km, com 340 metros de ganho de elevação e com altitude máxima de 1.245m em seu topo, conforme informações extraídas do aplicativo de navegação *Wikiloc* (Figura 1).

Figura 1 – Trilha do Castelinho.



Fonte: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/trilha-103827413> .

A trilha faz parte do setor Serra da Estrela, que foi incorporado ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso) na expansão de 2008, quase 70 anos após a criação do parque. A trilha fica localizada em uma zona de uso extensivo da unidade de conservação, que é definida segundo o art. 7º, inciso III do decreto federal nº 84.017, de 21 de setembro de 1979: “aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas”. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo.” (Brasil, 1979). Sendo assim, o zoneamento citado permite e incentiva tanto uso público quanto ao uso recreacional, pedagógico e científico, usos estes integrados durante as atividades do projeto Expedições.

Nestas atividades, os participantes aprendem na prática e de maneira multidisciplinar questões sobre a bio, geo e sociodiversidade existente e observada a partir da trilha por meio da

interpretação ambiental. Assim, os alunos traziam para debate assuntos que estavam relacionados com suas observações durante o percurso e mediadas pelos professores que os estimulavam a encontrar as respostas por meio de uma observação criteriosa da paisagem.

Figura 2 – Diálogos e aprendizados na trilha.



Fonte: Acervo do Expedições do Cefet/RJ.

Em uma das pesquisas organizadas pelo projeto, Oliveira *et al.* (2018) discorreram sobre os desafios da gestão do uso público e gestão de riscos em uma trilha urbana, a partir do estudo de caso do Castelinho, com base em idas a campo para observação do visitante na trilha e aplicação de questionários para conhecer o público que frequenta a área. Com isso, diversos apontamentos foram registrados, como a carência de manejo de conservação, de educação ambiental, de planejamento e estruturação da trilha. Tal processo vai ao encontro com as premissas do turismo científico, que tem sua definição como prática na qual o visitante pode ter uma participação passiva ou ativa na criação ou compartilhamento do saber (Leandro; Trevisan, 2021).

Em 2020, as atividades na trilha contribuíram para um estudo sobre questões ambientais na interdisciplinaridade entre a geografia e a educação física, juntamente com outras atividades propostas em diferentes trilhas da cidade (Porretti; Pessoa; Assis, 2020). O objetivo era, por intermédio de relatos de experiências individuais dos participantes postas em relatórios, demonstrar a experiência de uma proposta pedagógica interdisciplinar na prática corporal de aventura de montanhismo no Cefet/RJ Petrópolis, ressignificando conteúdos e processos de ensino-aprendizagem a partir de aspectos que de alguma maneira influenciavam os campos pessoais, físicos, escolares e emocionais dos praticantes.

Já em 2021, a trilha foi protagonista em um estudo sobre toponímia associada à geodiversidade no Parnaso (Santos *et al.*, 2021), apresentando a discussão sobre interpretação ambiental, topônimos e suas representações a partir de documentos cartográficos e na percepção de frequentadores do local. Neste estudo, os resultados obtidos foram variados, mas grande parte

dos respondentes aludiram o topônimo à semelhança dos blocos no topo da trilha com um castelo de rochas (Santos *et al.*, 2021).

E mais recentemente, parte da equipe do Expedições participou de umas das edições de outubro de 2023 do Globo Repórter, levando a equipe do programa para conhecer o Castelinho e mostrar como a educação ambiental também pode ser desenvolvida fora das salas de aula (Figura 3).

Figura 3 – Equipe durante a gravação do episódio do Programa Globo Repórter sobre a Serra dos Órgãos (<https://globoplay.globo.com/v/12028594/>).



Fonte: Acervo do Expedições do Cefet/RJ.

Tanto o Castelinho quanto outros espaços naturais na cidade são potencializadores como ferramentas para ensino-aprendizagem, e principalmente como espaços para se desenvolver o turismo científico. Iniciativas como o projeto Expedições são catalisadores destes processos, contribuindo para a inserção de forma natural de alunos no campo acadêmico e crítico sobre como se produz esses espaços e das possibilidades de estudos que podem emergir dessas relações.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 set. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D84017.html. Acesso em: 22 de out. 2023.

LEANDRO, G. ; TREVISAN, G. V. Turismo Científico: A pesquisa como oferta turística. **Anais da Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus São Francisco do Sul**, São Francisco do Sul, v. 1 n. 9, Anais da IX FEPEX, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/fepexfs/article/view/2357/1819>. Acesso em: 08 out. de 2023.

OLIVEIRA, F. F. R. *et al.* Desafios da Gestão do uso público e gestão de riscos em uma trilha urbana: o caso do turismo no morro Meu Castelo, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. *In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU*, 2018, Foz do Iguaçu, PR. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, 2018.

PORRETTI, M. F. ; PESSOA, F. A.; ASSIS, M. R. Montanhismo: um relato de experiência da interdisciplinaridade entre educação física e geografia. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, p. 61-67, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36453/2318-5104.2020.v18.n1.p61>.

SANTOS, B. C. *et al.* Meu Castelo ou Castelinho? Um estudo sobre a toponímia associada à geodiversidade da trilha do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. *In: SIMPÓSIO DE GESTÃO AMBIENTAL E BIODIVERSIDADE*, 10., 2021, [s. l.]. **Anais [...]**. Três Rios: ITR/UFRRJ, 2021. DOI: <https://doi.org/10.29327/160139>.

Darwin e o turismo científico cultural na zona norte do Rio de Janeiro

Carla de Lima Batista

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Simone Pinheiro Pinto

Museu Ciência e Vida - Fundação Cecierj (MCV-Cecierj)

Mônica Santos Dahmouche

Museu Ciência e Vida - Fundação Cecierj (MCV-Cecierj)

Palavras-chave: divulgação científica; Charles Darwin; turismo; ciência e patrimônio.

O Turismo científico pode ser amplamente estudado no Rio de Janeiro dada a forte relação entre ciência e tecnologia no local. O município do Rio de Janeiro tem no turismo uma de suas atividades econômicas principais, dados recentes mostram que ele está entre as cinco cidades que tiveram o maior crescimento do PIB do Turismo no mundo. Dentre o vasto patrimônio cultural da cidade, destacam-se: praias, lagoas, mangues, construções arquitetônicas, formações rochosas, obras de arte, crenças e gastronomia. De acordo com o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, o Rio de Janeiro foi a primeira área urbana do mundo a receber o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural. Assim, pontos turísticos como Pão de Açúcar, Corcovado, Floresta da Tijuca, Jardim Botânico, dentre outros, são alvos potenciais para incentivar projetos que visem a proteção e preservação do patrimônio natural e cultural, e a promoção do turismo.

Esses locais são pontos turísticos consagrados no Rio de Janeiro e fazem parte do imaginário popular do turista comum associado à cidade. No entanto, eles podem ser explorados com alguns recortes do turismo, como por exemplo, o turismo cultural e científico. A visita de cientistas como Einstein (Tolmasquim; Moreira, 1996) e Marie Curie (Esteves; Massarani; Moreira, 2007) a esses locais em suas passagens pelo Brasil deixam traços que agregam notoriedade aos sítios. Neste trabalho, nos debruçamos sobre os aspectos do turismo científico, especialmente aqueles associados ao legado de Charles Darwin, no Rio de Janeiro, fruto de um TCC de especialização em Divulgação da Ciência, cujo produto era o projeto de criação de um site para promoção do turismo científico associado à Charles Darwin.

O naturalista britânico Charles Robert Darwin aos 22 anos de idade, em sua viagem pelo mundo, a bordo do navio Beagle, permaneceu no Rio de Janeiro no período compreendido entre abril e julho de 1832, coletando material botânico e zoológico. Durante sua estadia, Darwin se encantou com a biodiversidade, observou as paisagens, o clima, os animais e formações rochosas. No entanto, ficou indignado com o tratamento desumano que os negros escravizados recebiam na época.

A literatura possui registros da passagem de Darwin na cidade do Rio de Janeiro por meio de fotos e obras de arte (Esteves, 2019). É possível fazer um contraponto com as imagens dos anos seguintes e contemporâneas com um olhar antropológico e paralelamente à divulgação da passagem dele por diferentes pontos turísticos, combinando conhecimento científico com educação ambiental. Malgrado a passagem de Charles Darwin pelo Brasil venha sendo explorada em diversas plataformas como artigos científicos, teses, monografias e até mesmo como projeto de extensão e divulgação de ciência, como por exemplo, o célebre projeto Caminhos de Darwin, que resgata os caminhos trilhados pelo naturalista e os traços de sua passagem pelo litoral do estado, ainda há muito a ser explorado no município do Rio de Janeiro. Embora haja dados sobre a presença de Darwin especialmente na zona sul do Rio de Janeiro, poucos tratam suas visitas à zona norte, regiões que atualmente são de maior fragilidade social, e exploram as menções sobre suas observações e achados como naturalista, nesses espaços.

De acordo com Conti, Elicher e Lavandoski (2021, p. 3) podemos entender turismo científico como “uma possibilidade prática voltada à produção da ciência, ou seja, é a realização da prática turística associada à produção do conhecimento científico, em diferentes áreas do saber”. O turismo científico pode ser visto como um desdobramento do turismo cultural, mas também como aquele que promove o processo de elaboração do conhecimento científico a partir de experiências turísticas realizadas com o objetivo de fazer observações, coletar dados e informações com finalidades científicas (Margoni, 2015). Os trabalhos de campo podem ser encarados como turismo científico por envolver diversos atores, como por exemplo, pesquisadores e estudantes. No entanto, neste trabalho vamos tratar o turismo científico como mais próximo do cultural e por isso chamaremos de turismo científico cultural. O turismo científico cultural é bastante próximo do lazer cultural. Assim sendo, para que o turismo científico cultural possa ser fonte de lazer com aprendizado e seja um campo de reflexão e democratização de saberes, é necessário lançar um olhar mais profundo sobre a temática que gera o ponto turístico.

Ainda que, no Brasil, não haja muitos discursos acadêmicos envolvendo o turismo científico cultural, de modo geral, a cidade do Rio de Janeiro tem potencial para essa modalidade de turismo, tendo em vista que o município está cercado de caminhos que contam a história da ciência no país. Um exemplo desses caminhos é o complexo de São Cristóvão e redondezas marcado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e Observatório Nacional, Museu Nacional e Fundação Oswaldo Cruz, instituições centenárias que marcam a ciência nacional (Cazelli *et al.*, 2022).

Darwin desembarcou no Rio de Janeiro em 5 de abril de 1832. Mesmo antes de descer do Beagle, ficou fascinado com as paisagens e as montanhas ao adentrar a Baía de Guanabara. O naturalista permaneceu por três meses na cidade, tendo oportunidade de visitar e percorrer várias vezes determinados locais. Estes locais são considerados produtos turísticos de consumo de bens culturais, tais como: Praça XV, Enseada de Botafogo, Pão de Açúcar, Corcovado, Jardim Botânico, Quinta da Boa Vista, Floresta da Tijuca e Igreja da Penha. Neste trabalho, vamos nos concentrar na experiência do naturalista na Igreja da Penha. Para além das restrições de espaço, optamos por explorar esse conteúdo por ser o menos explorado na literatura.

A história da igreja da Penha remete ao ano de 1635. Segundo o website da Basílica, o dono das terras, Sr. Baltazar, como era conhecido, possuía grande extensão de terra na região e tinha como hábito subir em um grande penhasco para observar as plantações de sua propriedade. Em uma dessas subidas ele se deparou com uma serpente, muito assustado, em um ato de fé, clamou por Nossa Senhora, o Sr. Baltazar atribuiu a ela a aparição do lagarto, que surgiu para lutar e aniquilar a serpente que o ameaçava. Como prova de sua devoção e imensa gratidão à santa, Sr. Baltazar construiu uma capela em homenagem a ela, no alto do penhasco.

A devoção à Nossa Senhora da Penha logo foi difundida pelos moradores e com o passar do tempo, a movimentação foi se intensificando. Em 1817, um casal prometeu à santa esculpir uma escadaria para facilitar o acesso dos devotos, caso conseguisse dar à luz a um filho. Assim que a graça foi alcançada, em 1819, a escadaria ficou pronta, com 382 degraus.

No dia 7 de junho de 1832, Charles Darwin registou em seu diário sua visita:

Cavaleguei com o sr. Bolger até a capela de Nossa Senhora da Penha, uma das atrações da região. A estrada passava pela parte norte e de trás da cidade, que cobre um espaço muito maior do que eu havia imaginado. Os subúrbios são imundos e cercados por pântanos cobertos de mangue. A maré os invade ocasionalmente, e isso basta para causar uma putrefação contínua da matéria vegetal e animal, muito perceptível para o nariz. A terra em torno da baía é geralmente disposta assim — como Macacu, por exemplo — e, por conta disso, insalubre. À medida que seguíamos nessa direção, nada era menos interessante que o campo. A capelinha de Nossa Senhora é alegre e construída em uma das montanhas nuas arredondadas de gnaisses tão comuns neste país. Algumas centenas de degraus levam até o topo, de onde se tem uma vista ampla da enseada e de suas ilhas. Na volta, cavalgamos até o palácio de São Cristóvão. Ele tem uma aparência grandiosa à distância, devido a suas dimensões grandes e regulares e às cores brilhantes das paredes. Fiquei muito impressionado pela beleza do prédio do lado direito: não esperava ver nada tão elegante no Brasil. O portão, que o duque de Northumberland enviou como uma cópia daquele na casa de Sion, fica na beira de uma montanha em que não há trilhas; ainda assim ele é altamente ornamental (Darwin, 2009, p. 25, tradução de Bernardo Esteves).

Esse lugar, como descreve Darwin, onde a arte, ciência e fé se misturam, precisa ser compartilhado com a população a fim de alcançar não só o público religioso e turistas, a comunidade científica, bem como a comunidade local. Embora o site da basílica tenha informações turísticas não há menção à passagem de Darwin, nem tampouco registros de acervos históricos no museu que está em construção.

O legado histórico associado à ciência deste local é pouco conhecido e divulgado, porque muito embora a igreja esteja rodeada por uma extensa área verde e sua imponência possa ser vista por todos que chegam ao Rio de Janeiro, é também cercada por um complexo de comunidades consideradas perigosas, que podem dificultar o acesso da população. Nesse sentido, pode-se inferir que a pouca visitação e até mesmo sua divulgação esteja ligada à ausência de políticas de segurança pública que garantam a segurança de turistas, fiéis e visitantes locais. No que tange à acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, a Basílica possui três bondinhos com entrada gratuita que começam no início da ladeira e vão até o Santuário.

O turismo científico ainda tem muito a ser explorado no Rio de Janeiro, apesar do turismo já ser consolidado no local por suas belezas naturais. A Divulgação Científica é uma forma de contribuir com a população para promover a apropriação de eventos, fatos e conceitos científicos jogando luz sobre as metodologias científicas e fragilizando o negacionismo científico. Fazer ciência é também preservar o patrimônio natural e cultural, facilitando a valorização da própria cultura é racionalmente compreender a história e se apropriar desses espaços para construção de seu repertório.

Referências bibliográficas

- CAZELLI, S.; DAHMOUCHE, M. S.; MANO, S.; FERNANDES COSTA, A.; GOMES, I.; DAMICO, J. S. Conhecer para contar: o público de museus de ciência do Rio de Janeiro. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 379-408, 2022. DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2022v15n2p379-408>.
- CONTI, B.; ELICHER, M.J.; LAVANDOSKI, J. Revisão Sistemática da literatura sobre o Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, e-1981, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.
- DARWIN, C. **Diário do Beagle**. Tradução: Bernardo Esteves. Rio de Janeiro: Capítulo 2. 2009.
- ESTEVES, B.; MASSARANI, L.; MOREIRA, I. La visite de Marie Curie à Rio de Janeiro en 1926 et la presse brésilienne. **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 134-148, jul./dez. 2007.
- MARGONI, C.C. Turismo científico: conhecimento produzido em viagens. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R. (ed.). **Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização**. São Paulo: Manole, 2015, p. 163-173.
- TOLMASQUIM, A. T; MOREIRA, I. C. Um manuscrito de Einstein no Brasil. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 124, set./out. 1996.

Pesquisa-ação no turismo: uma revisão de literatura (2019-2023)

Paula Gomes de Alcantara Peres
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Giovanna Victoria de Carvalho da Silveira
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Eduardo Silva Sant'Anna
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: revisão de escopo; pesquisa bibliográfica; metodologia científica; revisão de literatura.

Pesquisa-ação é uma modalidade de pesquisa que reúne métodos e técnicas academicamente consagrados para realizar uma intervenção prática e socialmente relevante para a resolução de um problema (Thiollent, 2018; Tripp, 2005). Este tipo de pesquisa desafia a suposta separação convencional entre pesquisadores e pesquisados, subvertendo o pesquisar “sobre” um grupo social pelo pesquisar “com” o grupo social (Barbier, 2002). Embora no turismo esse tipo de abordagem seja menos usual do que em outras áreas do conhecimento (Veal, 2018), como na educação, psicologia social e serviço social, a pesquisa-ação pode ser útil na apreensão e resolução de problemas sociais, ambientais e gerenciais, especialmente no âmbito de parcerias entre universidades, o poder público e comunidades locais. Nesse sentido, urge-se reconhecer, organizar e sintetizar a produção científica já existente que lança mão da pesquisa-ação para identificar padrões e delinear caminhos de futuros estudos.

O objetivo deste trabalho é relatar os resultados preliminares de uma revisão da literatura iberoamericana no campo do turismo que utiliza a pesquisa-ação como abordagem metodológica. Optamos por abarcar neste resumo o recorte temporal dos últimos cinco anos (2019-2023) e nos concentrar em uma caracterização geral dos artigos, incluindo a natureza das ações empreendidas, temáticas, contextos espaciais e metodologias. Para isso, empreendemos uma revisão de escopo da literatura disponível na base de dados Publicações de Turismo, da Escola de Artes, Comunicação e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo. Seleccionamos a referida base porque ela

concentra o maior número de revistas acadêmicas do turismo na América Latina e região ibérica. Uma revisão de escopo é uma abordagem sistemática para mapear, analisar e sintetizar a pesquisa existente em uma área específica de estudo, a fim de explorar a amplitude e a diversidade de um tópico, identificar lacunas de pesquisa e definir áreas em que o conhecimento está disperso ou incompleto (Munn *et al.*, 2018).

Entre os dias 4 e 15 de outubro, conduzimos uma busca na base Publicações de Turismo com os termos “pesquisa-ação”, “investigação-ação” e “action-research” nos títulos, resumos e palavras-chave. Essa busca resultou em 54 documentos, que foram registrados em uma planilha Google Sheets. O propósito da planilha foi organizar as informações relevantes dessas publicações para, então, realizar a seleção final. Registramos o ano, título, autores, resumo, revista, local onde foi realizada a pesquisa e a metodologia informada no resumo. Com base nessas informações, foi possível identificar os artigos que seriam incluídos ou excluídos da revisão. O primeiro critério adotado foi o recorte temporal dos últimos cinco anos, estabelecido com a finalidade de retratar a literatura mais recente e atualizada da pesquisa-ação no turismo. Os 54 documentos abrangiam publicações de 2006 a 2023. Do total, 30 artigos foram publicados entre 2019 e 2023 e passaram para a segunda fase de seleção. Embora a palavra-chave “pesquisa-ação” constasse em algum campo nos 30 documentos, oito artigos foram excluídos por não relatarem pesquisas do tipo ação, mas estudos de caso, etnografias ou ensaios teóricos. Três textos foram excluídos por não terem nenhuma ligação com turismo e um documento foi excluído por ser um texto de editorial acadêmico e não uma pesquisa empírica. Dessa forma, a seleção final de artigos constituiu-se de 18 documentos para leitura completa dos artigos e análise das ações, contextos espaciais dos estudos e metodologias.

A pesquisa-ação pode assumir diferentes feições e modalidades. Algumas são mais orientadas à solução de problemas técnicos pontuais, podendo ser encomendadas por institutos e implementadas pesquisadores (Tripp, 2005). Outras abordagens são mais social e politicamente comprometidas, podendo ser caracterizadas como críticas, socialmente comprometidas ou emancipatórias (Thiollent, 2018; Tripp, 2005). Um primeiro interesse desta revisão de literatura sobre a pesquisa-ação no turismo foi constatar as ações empreendidas nos estudos, uma vez que existe uma gama de contextos em que o método pode ser aplicado. A análise indutiva dos textos resultou em quatro categorias que revelam o tipo de ação realizada, sendo elas: formação de pessoas (n=6), planejamento participativo (n=6), desenvolvimento de produtos turísticos (n=4) e melhoria de processos (n=2).

A maioria dos artigos relata intervenções voltadas à formação de pessoas e ao planejamento participativo do turismo junto às comunidades locais. Quando empregada com uma finalidade de formação de pessoas, a pesquisa-ação está associada ao desenvolvimento humano, modalidade bastante frequente na educação (Tripp, 2005). Nos artigos consultados, as ações foram conduzidas com o propósito de desenvolver recursos didáticos para geoeducação, formação de

guias de turismo, educação antirracista e empoderamento feminino. A segunda maior parcela dos estudos narra ações vinculadas ao planejamento participativo em comunidades locais. O que é comum em todas essas pesquisas é o foco na promoção do turismo sustentável, seja através da regulamentação de empreendimentos comunitários, do diálogo plural, da cooperação público-comunitária, da diversificação da oferta turística, do desenvolvimento de atividades alternativas, ou do acompanhamento de projetos comunitários.

Quatro estudos constituem o grupo de artigos que tiveram como ação principal o desenvolvimento produtos turísticos. Esses produtos variam entre experiências turísticas memoráveis com agricultores familiares, circuitos turísticos culturais e a implementação de uma trilha em uma comunidade quilombola. Por fim, na categoria “melhoria de processos”, dois estudos compartilham um foco na melhoria de processos e na qualidade de serviços relacionados ao turismo por meio da implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade ou o desenvolvimento da metodologia MAPITUR para a criação de bancos de dados geoespaciais relacionados à oferta turística, fazendo uso de ferramentas de baixo custo.

Do ponto de vista da distribuição geográfica dos artigos, a maioria relata pesquisas que ocorreram no Brasil (n=10). Os demais se concentram principalmente em países latinoamericanos, como México (n=4), Argentina (n=1), Colômbia (n=1) e Equador (n=1). Um artigo relata pesquisa-ação desenvolvida na Espanha. Os contextos das pesquisas podem ser agrupados em quatro categorias principais: unidades de conservação, áreas rurais, comunidades quilombolas e contextos educacionais. Em um grupo, temos as áreas de conservação e ecoturismo, incluindo o Parque Nacional da Chapada das Mesas no Maranhão, a Área de Proteção Ambiental do Morro do Cachambi no Rio de Janeiro e o Ecotur Yahuiche na Sierra Norte de Oaxaca, México. Outro grupo abrange instituições educacionais e redes de ensino, como a Rede Municipal de Educação Básica de Jacinto Machado/SC e a Universidade Autônoma de Yucatán, México. Há também um foco em comunidades e projetos comunitários, como a Comunidade quilombola de Caiana dos Matias na Paraíba, as 53 comunidades nas regiões do Baixo e Médio Amazonas no Brasil, e o Grupo Yuumsil K'áax no México, que se dedica ao turismo rural comunitário. Além disso, existem áreas geográficas específicas que são objeto de estudo, como os municípios do norte da Colômbia, Cabildo na Argentina e Búzios, RJ, Brasil.

Os estudos de pesquisa-ação abrangem uma ampla gama de técnicas, algo esperado pela própria natureza da pesquisa-ação (Thiollent, 2022) e presente em revisão da literatura similar sobre pesquisa-ação no campo das Ciências Sociais Aplicadas (Leite; Lemos, 2022). As pesquisas bibliográfica e documental aparecem de forma contundente na maioria dos estudos, como fontes de informação relevante para ganhar familiaridade com os contextos comunitários e geoespaciais. Como pesquisa-ação se concentra na imersão ativa nos ambientes de pesquisa, muitos estudos relatam a observação participante como técnica de pesquisa situada em atividades de conservação, reuniões, caminhadas e trilhas guiadas. O registro de interações por meio de filmagens e a análise

dessas interações fornecem dados qualitativos valiosos. A coleta de dados é enriquecida com trabalho de campo semanal, o que contribui para a reestruturação de trilhas e mapeamento de áreas de risco. Os resultados destes estudos são aplicados na criação de trilhas geopoéticas e na implementação de iniciativas de ecoturismo e conservação. Entrevistas semiestruturadas, conversas com informantes-chave e oficinas participativas também são utilizadas nos artigos.

No geral, os estudos analisados demonstram a diversidade e a flexibilidade das técnicas empregadas, que incluem observação, coleta de dados, análise e, em muitos casos, ações práticas para aplicar os resultados da pesquisa. No entanto, em alguns casos, a aplicação das ações não é tão evidente, levantando questões sobre a natureza da pesquisa-ação. Lodi, Thiollent e Sauerbronn (2018) propõem uma estrutura composta por quatro fases distintas para a pesquisa-ação, sendo elas: exploratória, analítica, ativa e avaliativa. Apesar da clareza das fases estabelecidas pelos referidos autores, verificou-se que, na maioria expressiva dos artigos analisados, os delineamentos metodológicos não parecem estar rigorosamente definidos, o que se repete em relação à delimitação precisa das etapas da pesquisa-ação.

Esta breve revisão caracterizou alguns aspectos temáticos e metodológicos da literatura que emprega o método da pesquisa-ação nos últimos cinco anos. Constatamos a diversidade de temas, o comprometimento social e políticos das ações empreendidas e a diversidade metodológica. Também identificamos certa imprecisão no emprego do termo pesquisa-ação, especialmente nos textos excluídos, e pouca clareza na descrição das etapas da pesquisa-ação nos artigos incluídos na revisão. Por se tratar de uma caracterização preliminar da literatura, este resumo possui limitações. Futuramente, pretendemos aprofundar as características metodológicas dos artigos, incluindo como os artigos descrevem a relação entre pesquisadores e grupos sociais, aspectos éticos, limitações e ampliar o recorte temporal para apreender com mais fidelidade o retrato dessas pesquisas no turismo, especialmente na América Latina.

Referências bibliográficas

BARBIER, R. **A pesquisa ação**. Brasília: Liber livro Editora, 2002.

LEITE, A. L.; LEMOS, D. da C. Utilização da pesquisa-ação no campo das ciências sociais aplicadas. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 64-91, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.345.114473>.

LODI, M. D. F.; THIOLLENT, M. J. M.; SAUERBRONN, J. F. M. Uma Discussão Acerca do Uso da Pesquisa-ação em Administração e Ciências Contábeis. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 57-68, jan./abr. 2018. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i1.14175.

MUNN, Zachary *et al.* Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC medical research methodology**, v. 18, 143, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez editora, 2022.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>.

VEAL, A. **Research methods for leisure and tourism**. 5. ed. Harlow: Pearson Editora, 2018.

História & Neurociências: conexões preliminares para o Turismo Científico a partir do Guia de Centros e Museus de Ciências da América Latina e do Caribe

Carla Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Vera Lúcia Bogéa Borges

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chave: turismo científico; neurociências; centro e museus de ciências; neuroturismo.

No mundo atual marcado pelo enfrentamento das ideias criacionistas - baseadas na crença religiosa na qual a humanidade, toda a vida na Terra e no Universo são frutos da criação de um ser sobrenatural -, a realização de eventos que tenham a ciência como motivação são essenciais nessa trincheira de resistência. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral: Contribuir no debate sobre turismo científico que envolve a relação entre história e neurociências, especificamente pela análise do Guia de Centros e Museus de Ciência da América Latina e do Caribe (Massarani *et al.*, 2023). Já os objetivos específicos são: (a) Identificar aspectos históricos das neurociências que podem ser objetos do turismo científico; (b) Compreender as neurociências como objeto do turismo científico, notadamente no que pode contribuir para as neurociências no turismo, ou o que vem sendo nomeado de neuro turismo.

A justificativa se fixa no fato do mundo da objetividade da ciência, da produção de fatos e das discussões sobre os territórios dos valores individuais proposta por Schall, Fernandes e Castelfranchi (2019) ser o ponto nevrálgico sobre um debate chave ao exercício da cidadania, qual seja: o papel das ciências enquanto prática e vivências cotidianas, seja no ambiente de residência (origem) ou nos destinos turísticos visitados.

De cunho exploratório e descritivo, de natureza qualitativa, esta parte da pesquisa conta com levantamento bibliográfico para a composição de um referencial teórico em perspectiva interdisciplinar, seguido de uma coleta e organização de dados secundários.

A leitura dos clássicos é fundamental para a compreensão precisa da evolução das ideias em ciência, uma vez que permite entender que algumas questões que consideramos como novas

ou originais têm referências anteriores e que podem ser consideradas seminais (Feitosa, 1999). Embora Charles Robert Darwin (1809-1882) não tenha uma relação direta com o nascedouro das Neurociências, como ciência moderna nos séculos XIX e XX, esse foi importante cientista que apresentou uma explicação prática do fenômeno da evolução (Altman, 2015).

As reflexões de Darwin foram traduzidas para vários idiomas sendo que, em 1872, ele lançou a obra intitulada "A expressão das emoções no homem e nos animais" a partir das manifestações por meio das expressões. O autor defendeu que algumas de nossas expressões são resquícios primitivos comuns tanto dos seres humanos quanto de outros animais. Assim, esse estudo foi precursor na reflexão dos aspectos biológicos do comportamento que pode ser considerado como uma das vertentes dos estudos atuais sobre emoções, dos quais as neurociências se ocupam (Altman, 2015).

De outro lado, mais específico sobre o sistema nervoso, o interesse pelos assuntos do cérebro remontam a antiguidade, contudo as pesquisas modernas sobre o sistema nervoso na perspectiva das Neurociências enquanto disciplina contemporânea implica reconhecer o papel de marcos históricos mais recentes na história das ciências, tais como: a Doutrina Neuronal, com Santiago Ramón y Cajal e o debate estabelecido com Camilo Golgi, o que possibilitou a ambos o prêmio Nobel no início do século XX (Rooney, 2018).

Ainda, no século XX, os avanços tecnológicos em neuroimagem permitiram uma virada relevante em termos históricos das próprias neurociências enquanto conhecimento científico aplicado. Isto, pois foi possível começar a estudar cérebros a partir de exames funcionais, como através de ressonância magnética (Rooney, 2018). Observa-se que os avanços das neurociências permitem também o amadurecimento de várias alianças interdisciplinares, tais como: Neuropsicologia, Neuroeconomia, Neuromarketing, e mais recentemente tem-se o Neuro Turismo. Portanto, surgem os problemas: (1) Como que Centros e Museus de ciências da América Latina e do Caribe podem ser objetos do turismo científico? (2) De que forma esses centros e museus de ciências - que abarcam as neurociências ou algo específico sobre o cérebro humano - podem contribuir para as perspectivas específicas sobre a neurociências no turismo, ou o que vem sendo nomeado de neuro turismo?

Caracterizando os objetos de estudo, nota-se que de acordo com o Guia de Centros e Museus de ciências da América Latina e do Caribe (Massarani *et al.*, 2023), esta publicação destaca 1.896 espaços distribuídos por diversos países, incluindo o Brasil. Quando se busca por termos tais como: (a) Neuro; (b) Cérebro são encontrados um total de 6 (seis) centros ou museus de ciências. A Figura 1, com suporte do QGis 3.8 Zanzibar apresenta a distribuição geográfica destes no território, convidando a um roteiro de turismo científico voltado às neurociências.

Figura 1 – Museus e Centro de Ciências na perspectiva das Neurociências



Fonte: Elaboração própria utilizando suporte QGis 3.8 e dados do Guia de Centros e Museus de Ciências da América Latina e do Caribe (Massarani *et al.*, 2023)

A partir da Figura 1 fica evidente que aqueles que buscam estudar ou pesquisar questões de interfaces com as Neurociências, incluindo o Turismo e Neurociências tem uma possibilidade de itinerário de visitação implicando três países (Brasil, Peru e México), através dos quais é possível vivenciar temas relativos aos estudos do sistema nervoso. A cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado homônimo, localizado na Região Sudeste do Brasil apresenta duas ofertas, o Espaço de Ciências Interativas (ECI) e o Museu de Neurociências (MN), o que posiciona este destino como alvo para aqueles que se interessam pela temática das Neurociências na América Latina e Caribe.

Ainda contextualizando com o referencial teórico conceitual sobre turismo científico, ressalta-se que apesar de não haver consenso entre os pesquisadores e demais setores sobre o Turismo Científico, Conti, Elicher e Lavandoski (2021) identificam duas correntes de estudos: (1) pelo segmento de mercado e podendo estar associada a outros subtítulos como, por exemplo, o turismo cultural, o turismo de eventos ou, ainda, o ecoturismo; (2) como alternativo e/ou sustentável, com destaque para observações e coleta de dados. Por outro lado, o Neuroturismo não é um segmento, e sim um novo paradigma ou disciplina, capaz de avançar a epistemologia do turismo, mas que pode ter nestes centros e museus de ciências trabalhos de campo que possibilitem a discentes explorar mais as relações entre o turismo, e notadamente o próprio turismo científico e as neurociências (Fraga; Rodrigues, 2021).

Os objetivos deste estudo preliminar foram cumpridos, pois a partir da Figura 1 é possível contribuir decisivamente para o debate sobre turismo científico na perspectiva da relação entre história e neurociências. O percurso metodológico percorrido em busca de um referencial teórico conceitual pode ser delimitado a turismo e neurociências numa futura oportunidade, buscando temas mais específicos tais como a busca no mesmo guia por termos sobre: emoção, memória, atenção, criatividade, inteligência, comportamento, cognição dentre outros. Contudo, conclui-se que este primeiro passo fortalece a interface das Neurociências (e os respectivos centros e museus relativos a esse conhecimento científico) para avanços mais gerais implicando toda e qualquer interface entre neurociências e outras disciplinas tais como Psicologia, Marketing, Economia etc.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, M. 1859 – Charles Darwin publica ‘A Origem das Espécies’. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, nov. 2015. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/1859-charles-darwin-publica-a-origem-das-especies/>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, e-1981, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.
- FEITOSA, M. A. G. Resenha: Darwin, o comportamento humano e as emoções. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 265-267, set./dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000300010>.
- FRAGA, C.; RODRIGUES, A. Chapter 3 New clues for tourism planning and management from consumer neuroscience. In: PAPPAS, N.; FARMAKI, A. (ed.). **Tourism Dynamics: new perspectives and changing directions**. Oxford: Goodfellow Publishers, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.23912/9781911635932-4940>.
- MASSARANI, L.; LIMA, M. de S.; PATIÑO-BARBA, M. L.; AMORIM, L.; REIS, R. A.; RAMALHO, M. (org). **Guia de Centros e Museus de Ciências da América Latina e do Caribe 2023**. Rio de Janeiro: Fiocruz-COC, 2023. 648 p. ISBN 978-65-87465-68-5.
- ROONEY, A. **A história da neurociência**. São Paulo: M.Books do Brasil Editora, 2018.
- SCHALL, B.; FERNANDES, V.; CASTELFRANCHI, Y. “Não estou aqui para discutir aspectos religiosos”: a defesa do criacionismo com argumentos tecnocientíficos. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 197-220, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872019v39n3cap09>.

Cuidado Digital: um desafio para a comunidade acadêmica do Turismo

Nilma Silva Rezende dos Santos
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: cuidado digital; turismo; divulgação científica; tecnologia.

A relevância dos estudos do Turismo é inquestionável ao considerarmos os múltiplos efeitos que decorrem desse fenômeno complexo. De acordo com Rejowski (2010, p. 225), “[...] quanto mais rápido e diversificado o desenvolvimento de uma área, maior a necessidade de pesquisas sobre a sua produção científica”. Porém, a pesquisa científica no Brasil para o turismo é relativamente recente, com o primeiro curso superior sendo criado em 1970 (Rejowski, 1994). Assim, esta comunidade acadêmica não conta com o mesmo volume de outras áreas mais tradicionais em termos de: publicações de livros; cursos e pesquisadores.

Como resultado, as plataformas digitais se mostram convidativas para a difusão do conhecimento produzido. No entanto, a ocupação virtual por parte de pesquisadores e instituições tem trazido novos desafios pela conjuntura em que diversas problemáticas ligadas a controle, privacidade e vigilância se apresentam (Bruno, 2004). Perante o avanço das tecnologias correspondentes de coleta, análise e extração de dados online, critica-se, sobretudo, um modelo extrativista gerido por algoritmos que expõe nossa vulnerabilidade aos interesses capitalistas das *Big Techs* (Cheney-Lippold, 2017; Zuboff, 2023).

A opacidade no funcionamento dessas dinâmicas também levariam instituições, professores e alunos a se tornarem partícipes enquanto mediados pelas plataformas em seus esforços para a produção e difusão de conhecimento online, por vezes como trabalho acadêmico não remunerado. Outras discussões em curso abordam ainda as demandas de regulamentação das grandes plataformas, considerando efeitos nocivos como a disseminação de desinformação. Recentemente, o atual Ministro da Justiça, Flávio Dino, expressou seu apoio à regulamentação (Agência Senado, 2023) por meio do Congresso Nacional durante uma audiência pública da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD).

Encarar o impacto ambiental associado é outro desafio, devido às grandes quantidades de recursos naturais envolvidos neste debate (Freire-Medeiros; Mello, 2011). Igualmente, o reconhecimento de que os dados consequentes das interações online não são neutros, mas carregam vieses daqueles que os criaram (Pasquinelli; Joler, 2020) fortalecem a preocupação com a perpetuação de preconceitos e injustiças sociais nessas esferas. Tarcizio Silva (2019) tem apresentado exemplos preocupantes da presença de racismo algorítmico nas tecnologias de reconhecimento facial, dentre outras discriminações em código. Importa ainda destacar que os processos que promovem engajamento e visibilidade online (Bruno, 2004) também atuam na modulação das experiências dos próprios pesquisadores no desenvolvimento e comunicação de suas pesquisas.

Logo, diante das várias camadas de dependência das grandes plataformas, é necessário questionar ainda os efeitos das constantes presenças online na própria formação subjetiva dos pesquisadores expostos a essas lógicas. Assim, esse artigo tem como objetivo convidar a comunidade acadêmica do turismo a refletir sobre a produção de conhecimento dentro deste contexto em que plataformas digitais influenciam as relações, os modos de atenção e percepção dos usuários. A partir de pesquisa bibliográfica, discutiu-se os desafios que surgem dessa conjuntura e, a fim de inspirar novas reflexões e ações para a comunidade acadêmica do turismo, buscou-se também, por meio de uma pesquisa no Instagram, a identificação e mapeamento de iniciativas que enfrentam a hegemonia dos regimes de funcionamento das grandes plataformas e apresentam narrativas voltadas à uma preocupação com justiça e equidade no âmbito digital.

Portanto, reconheceu-se neste trabalho que a racionalidade algorítmica reforça o processo de extração de valores, mas também abre insurgências diante das contradições discutidas. Faustino e Lippold (2023) nos lembram que em sua proposta anticolonial, Fanon (1959) defendeu a apropriação de tecnologias introduzidas pelos colonizadores, conforme o uso do rádio na Revolução da Argélia, como forma de resistência dos grupos colonizados. Fanon (1959) postulou que os revolucionários argelinos adaptaram esse meio de comunicação para seus próprios fins, como medida de defesa e articulação.

Dessa mesma forma, embora inegáveis os desafios apontados pela literatura na concentração de poder das grandes plataformas, foram mapeadas iniciativas no contexto nacional pertinentes à discussão (Quadro 1). Tais ações apontam caminhos interessantes a fim de que pensemos novas possibilidades sensíveis de cuidado no ambiente digital. As informações de descrição foram reproduzidas de acordo com o modo pelo qual os próprios projetos se apresentam em suas redes sociais.

Quadro 1 – MAPEAMENTO DE INICIATIVAS NO CONTEXTO DE CUIDADO DIGITAL

Iniciativa	Descrição
Casa Fluminense	Espaço para construção coletiva de políticas para a promoção de igualdade e o aprofundamento democrático no Rio de Janeiro
Cocozap	Participação social, incidência e geração cidadã de dados sobre saneamento básico em favelas.
CODA Amazônia	Rede colaborativa que revela as transformações do território brasileiro, por meio da produção de mapeamento e relatórios sobre desmatamento, hidrografia e queimadas.
Coding Rights	Organização feminista que contribui para os debates sobre o desenvolvimento, implementação e regulação de tecnologias a partir de uma perspectiva coletiva, transfeminista, decolonial e antirracista de direitos humanos.
Data Privacy Brasil	Organização que promove a cultura de proteção de dados e direitos digitais.
Data_labe	Laboratório que promove a democratização do conhecimento por meio da geração análise e divulgação de dados com foco em raça, gênero e território a partir do complexo da Maré - RJ.
Infocria	Coletivo de Educação Tecnológica Popular que promove inclusão digital e tecnológica em Imbariê, Duque de Caxias, e na Baixada Fluminense, RJ.
Instituto Da Hora	Organização sem fins lucrativos fundada por mulheres negras e indígenas para descentralizar o conhecimento científico, potencializar narrativas antirracistas na tecnologia e emancipar os direitos digitais no Brasil.
Instituto Nupef	Organização social brasileira para promoção do uso seguro das tecnologias de informação e comunicação.
Internet Lab	Centro independente de pesquisa focado em internet e direitos humanos.
Jararacalab	Laboratório de tecnopolíticas urbanas vinculado ao Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da PUCPR.
LAPIN	Centro independente de pesquisa e ação voltado para os desafios sociais, éticos, e jurídicos que as tecnologias digitais trazem a uma sociedade global conectada.
O Panóptico	Projeto do Centro de Estudo de Segurança e Cidadania – CESeC que monitora a adoção da tecnologia de reconhecimento facial pelas instituições de segurança pública do Brasil.
Observatório do Marajó	Organização não governamental de criação de tecnologias sociais para lideranças, comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhas na Ilha do Marajó – PA.
PretaLab	Plataforma criada pelo Olabi que conecta mulheres negras que são ou gostariam de ser da tecnologia, por meio dos seus ciclos formativos, rede de profissionais, mercado de trabalho, consultorias e estudos.
PrograMaria	Startup focada na formação e no engajamento de mulheres na área de tecnologia.
Studio Krya	Empresa de educação tecnológica e soluções culturais afroreferenciadas.

Fonte: Levantamento de iniciativas a partir de pesquisa no Instagram ao longo de 2023.

Assim, conclui-se que a busca por novos olhares que discutam a dependência e o uso das plataformas digitais, além da compreensão mais profunda da opacidade de suas dinâmicas algorítmicas podem contribuir para um uso mais responsável e crítico da tecnologia, além de fortalecer iniciativas que visam avanços em equidade social. Nesse sentido, a compreensão de que os dados online carregam culturas e vieses é essencial para avançarmos no entendimento de como as tecnologias e os algoritmos operam e refletir sobre nossas responsabilidades enquanto pesquisadores de turismo que, cada vez mais, nos apropriamos desses territórios informacionais em nossas práticas acadêmicas.

A noção de cuidado digital envolve, portanto, o reconhecimento das limitações de segurança nesses ambientes, as múltiplas desigualdades de grupos sociais distintos e as possibilidades de criação que possam oferecer suporte em diferentes contextos para enfrentamento dos monopólios no universo digital. Nesse sentido, pautas de regulação governamental e vários debates importantes estão em andamento, no entanto, é fundamental que sejam conduzidos de maneira crítica e abrangente. Afinal, a urgência nessas questões não necessariamente se beneficia de respostas apressadas, pois a complexidade dos aspectos estruturais que atravessam o debate apresentam desafios significativos que exigem buscas por soluções que incluam diversos atores e vozes. Logo, é fundamental que a comunidade acadêmica do turismo assuma uma participação ativa nessas discussões, dada a relevância destacada das dinâmicas digitais para o turismo.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA SENADO. Regulação das plataformas digitais é ‘desafio inevitável’, diz ministro da Justiça. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 13 set. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/13/regulacao-das-plataformas-digitais-e-2018desafio-inevitavel2019-diz-ministro-da-justica>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 110-124, jul. 2004. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2004.24.3271>.

CHENEY-LIPPOLD, John. **We are data**: algorithms and the making of our digital selves. New York: New York University Press, 2017.

FANON, Frantz. **Sociologie d’une Révolution (L’An V de la Révolution Algérienne)**. Paris: François Maspero, 1959.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: Por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Entrevista com John Urry. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 203-218, jan./jun. 2011.

PASQUINELLI, Matteo; JOLER, Vladan. O manifesto Nooscópio: Inteligência Artificial como Instrumento de Extrativismo do Conhecimento. Tradução Leandro Módolo e Thais Pimentel. **Lavits**, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://lavits.org/o-manifesto-nooscopio-inteligencia-artificial-como-instrumento-de-extrativismo-do-conhecimento>. Acesso em: 15 ago. 2023

REJOWSKI, Mirian. Pesquisa em Turismo nas universidades brasileiras. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 49-66. 1994. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v5i1p49-66>.

REJOWSKI, Mirian. Produção científica em turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 224-246, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v21i2p224-246>.

SILVA, Tarcizio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 6., 2019, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Lavits, 2019. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism. *In*: LONGHOFER, Wesley; WINCHESTER, Daniel. **Social Theory Re-Wired**. New York: Routledge, 2023. p. 203-213.

O papel do esporte no Turismo Científico do Rio de Janeiro: desenvolvimento social e econômico

Carlos Henrique de Vasconcellos Ribeiro

Universidade Santa Úrsula (USU)
Instituto para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura (IDEC)

Cláudia da Silva Mendes

Instituto para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura (IDEC)

Diego Ramos do Nascimento

Instituto para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura (IDEC)

Karine Barcelos

Instituto para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura (IDEC)

Palavras-chave: turismo esportivo; turismo científico; divulgação científica; eventos; esporte.

Introdução

O Turismo Científico tem conjugado ao redor de si temas como Educação, Eventos e Viagens Científicas, Desenvolvimento Socioeconômico, Geoturismo e Turismo de Natureza (Conti; Elicher; Lavandoski, 2021).

Assim, dado o caráter interdisciplinar da área, os eventos acadêmicos relacionados ao Esporte podem acrescentar mais um elemento de discussão sobre pesquisas que visam problematizar os meios de valorização territorial, a formação de mão de obra local e os produtos e serviços advindos da cultura esportiva da região onde estão inseridos, conforme apontado em uma das categorias de análise do estudo de Conti, Elicher e Lavandoski (2021).

Em cidades como o Rio de Janeiro – onde o esporte é um dos elementos que compõem o cenário turístico da cidade ao longo do ano –, é necessário refletir sobre as condições para alavancar o turismo científico da área. Além disso, a Cidade foi premiada por duas vezes consecutivas pela World Travel Wards como a melhor da América do Sul para o turismo de esportes nos anos de 2020 e 2021 (Brasil, 2023).

Há potencial para se discutir sobre a capacidade do esporte de reunir pessoas que gostariam de assistir, participar de eventos e utilizarem os equipamentos públicos e privados para o hábito

do exercício físico. É necessário criar demandas de prestação de serviços nessa área, com desdobramentos para o conhecimento sistematizado das áreas de pesquisas científicas. Como exemplo, dados do Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro apontam que 48,7% das viagens pessoais realizadas com o intuito de lazer, tiveram como atrativo principal a categoria sol e mar (Brasil, 2023). Essa é uma das características de cidades à beira-mar como o Rio de Janeiro.

Apesar do potencial econômico e social do turismo esportivo, ainda são escassos ambientes de discussão onde a troca de experiências serve de pauta para a demonstração dos potenciais do desenvolvimento econômico e social dessa segmentação turística. É necessário mostrar as parceiras, os estudos e as pesquisas dos diferentes entes envolvidos, tanto com fins de alavancar o crescimento desse setor de prestação de serviços, quanto de avaliação dos impactos sobre o emprego e a geração de renda.

O objetivo desse resumo expandido é problematizar como o turismo científico esportivo pode contribuir para desenvolver os aspectos sociais e econômicos em cidades como o Rio de Janeiro.

As perguntas que orientam esse trabalho são:

Como os eventos acadêmicos do esporte contribuem para o desenvolvimento social e econômico das cidades?

Quais eventos esportivos fazem parte do calendário turístico da cidade e poderiam incluir eventos científicos?

Onde estão as oportunidades para alavancar o turismo científico esportivo?

Desenvolvimento

Eventos científicos como o da figura 1, a seguir, são exemplos do que tem sido realizado para agregar conhecimento e práticas bem-sucedidas.

O referido evento teve o propósito de discutir as condições para que o turismo esportivo fosse alavancado, a partir das condições dos equipamentos públicos e da formação de mão de obra qualificada deixada pela passagem dos megaeventos esportivos na cidade. Organizadores de provas esportivas, poder público e rede hoteleira participaram, emitindo suas perspectivas e sugestões. Coube à Universidade patrocinadora do evento a sistematização e publicação dos temas e conclusões (Ribeiro, 2021).

A relação entre universidade, empresa e governo tem no modelo teórico da hélice tríplice uma produção considerável, e tem sido expandida nas esferas da educação física, do esporte e do lazer, sobretudo com a preocupação de produzir impactos sociais e econômicos às camadas da população mais vulneráveis (Ribeiro, 2022).

Figura 1 – Evento Acadêmico sobre Turismo Esportivo



Eventos como corrida de rua, ciclismo e esportes de praia tais como futevôlei, handebol de areia, vôlei de praia, *beach tennis*, *stand up paddle*, canoa havaiana e exercícios funcionais, entre outras, são exemplos da prestação de serviços que colaboram por fomentar eventos esportivos regulares na cidade.

Visitar os museus esportivos dos grandes clubes cariocas e os equipamentos públicos deixados pela passagem da Copa do Mundo Fifa 2014 e as Olimpíadas Rio 2016 precisam fazer parte não apenas do circuito turístico, mas precisam ser também analisados do ponto de vista econômico e social (DaCosta *et al.*, 2008; Miragaya *et al.*, 2017).

É fundamental aproveitar a presença de atletas de esportes individuais, equipes e seleções nacionais, bem como suas comissões técnicas, além dos líderes de organizações esportivas de renome internacional que visitam a cidade. Dessa forma podemos promover atividades que não apenas registrem essas experiências, mas também contribuam para o avanço do conhecimento na área por meio de pesquisas (Mataruna-Dos-Santos; Pena, 2017).

Seja para praticar, assistir um evento ou visitar um local, a literatura da área demonstra que há um incremento em estudos que verifiquem os impactos das viagens esportivas ao redor do mundo (Bezerra; Curvello; Zouain, 2019; Ribeiro, 2014).

Integrar essas competições com atividades acadêmicas, eventos que incluam workshops, conferências e simpósios onde os pesquisadores podem apresentar seus estudos, debatendo tocos emergentes e estabelecendo conexões com diversas áreas e contribuindo com novas perspectivas

e abordagens nos estudos dos esportes. Esses eventos são uma oportunidade valiosa para gerar conhecimento e fornecer informações aos gestores públicos, auxiliando-os nas tomadas de decisão sobre a importância social e econômica que os eventos esportivos trazem para as cidades que recebem essas competições.

Considerações Finais

As instâncias governamentais e a iniciativa privada têm no esporte um grande elemento de atração turística. Discutir um planejamento de curto, médio e longo prazo que adeque o calendário de eventos esportivos aos eventos acadêmicos da cidade, sobretudo nos períodos do ano em que a cidade capta menos turistas. É necessário ainda que as políticas públicas que envolvem esporte e turismo criem condições para que esses ambientes sejam levados em consideração para guiamiento, tendo em conta seu potencial histórico, cultural e de entretenimento.

O esporte, bem como o turismo científico, apresenta caráter interdisciplinar. Ou seja, interage com outras áreas do conhecimento humano, tais como a medicina, o meio ambiente, a administração e o direito, por exemplo. Eventos relacionados à medicina esportiva (fazendo referência ao turismo de saúde), à preservação ambiental (turismo de natureza), a administração esportiva e o direito esportivo são formas de compreender o fenômeno, em suas múltiplas possibilidades.

Finalmente, é preciso que eventos acadêmicos do esporte realizados no ambiente universitário se desdobrem em publicações. De caráter extensionista, esses eventos por vezes podem vir a se perderem com o tempo, caso não gerem registros. Publicar seus resultados é uma forma de divulgação científica, e deixam para as próximas gerações o trabalho de pesquisadores de uma época, além de oferecer à Graduação material teórico complementar para os conteúdos curriculares. Ensino, Pesquisa e Extensão. Os três pilares da Universidade brasileira.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Marcio; CURVELLO, Pedro; ZOUAIN, Deborah. Turismo esportivo de experiência em museus e tours em estádios de futebol. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.19n3.2019.1516>. Disponível em: <https://redalyc.org/articulo.oa?id=115461709006>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro 2021**. Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

CONTI, Bruna Ranção; ELICHER, Maria Jaqueline; LAVANDOSKI, Joice. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo**, São Paulo, v. 15, n 2, e-1981, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1981>. Acesso em: 19 out. 2023.

DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

MATARUNA-DOS-SANTOS, Leonardo José; PENA, Bianca Gama (org.). **Mega events footprints: past, present and future**. Rio de Janeiro: Engenho, 2017. Disponível em: https://library.olympics.com/Default/doc/SYRACUSE/170862/mega-events-footprints-past-present-and-future-as-pegadas-dos-megaeventos-las-huellas-de-los-mega-ev?_lg=en-GB. Acesso em: 15 out. 2023.

MIRAGAYA, Ana; RIBEIRO, Carlos; DaCOSTA, Lamartine; TODT, Nelson (org.). **Fórum de Estudos Olímpicos 2017: Estudos e pesquisas**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 2017. Disponível em: <https://www.coubertinbrasil.com.br/livros/forum-estudos-olimpicos-2017.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

RIBEIRO, Carlos Henrique de Vasconcellos. Quando a Extensão Universitária debate temas emergentes: o caso do Turismo Esportivo. **Revista Extensão & Sociedade**, Natal, v. 12, n. 1, p. 8-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/2178-6054.2021v12n1ID23122>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/23122>. Acesso em: 02 out. 2023.

RIBEIRO, Edilson de Almeida Nogueira. **Hélice tríplice, esporte e educação física: revisão da literatura**. 2022. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/4912>. Acesso em: 09 out. 2023.

RIBEIRO, Nuno André Inverno. **O Turismo Desportivo como estratégia de competitividade para destinos turísticos: o caso da região de Lisboa**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Gestão) – Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/9425>. Acesso em: 05 out. 2023.

Experiências e desafios na organização e participação no XX Seminário ANPTUR 2023: reflexões sobre o turismo científico

Luciana Gomes de Viveiros

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Renan de Lima da Silva

Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Victor Hugo Geovú Esposito

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Aguinaldo Cesar Frattucci

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: ANPTUR; narrativa de experiência; turismo científico.

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada pelos autores durante o XX Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR) 2023. Este relato abrange as atividades de submissão de artigos científicos, a participação ativa dos mestrandos na relatoria das apresentações e a coordenação de equipe, destacando os desafios encontrados ao longo do evento. A metodologia aplicada neste trabalho baseia-se na narrativa das vivências dos autores durante os três dias consecutivos do seminário, realizado de 20 a 22 de setembro de 2023, na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói.

A ANPTUR é a associação que congrega e representa as instituições acadêmicas brasileiras que oferecem programas de pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) em Turismo, Hotelaria, Lazer e áreas correlatas, fundada em 8 de novembro de 2002, e sua missão foca particularmente em questões como: a definição de políticas educacionais, estabelecimento de metas e padrões de excelência no ensino e pesquisa, bem como, a busca por recursos e incentivos para promover o avanço da pesquisa e da educação de pós-graduação na área de Turismo no Brasil (ANPTUR, c2023).

A orientação é a escrita de um relato de experiência que é um “[...] tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da

formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção” (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 65), representa uma tratativa coerente com a relação com a pesquisa contemporânea, em que tanto o evento quanto a experiência científica dos pesquisadores se inscrevem. A orientação epistemológica se assume como processual, contextual e complexa, plural e singular, em alinhamento com a percepção complexa de mundo, Morin (2007), e holística a partir de Crema (1989).

Além disso, percebemos e declaramos através do relato das múltiplas experiências dos autores, a importância de reconhecer novos olhares, a ampliação de olhares sobre a ciência e sobre a ciência do Turismo. Alinhamos isso com o texto Um discurso sobre a Ciência de Santos (1988), em que o autor apresenta a importância de relacionar contextualmente o papel e manutenção de poder que a ciência acaba por gerar, quando percebida a partir de produções apenas hegemônicas e validadas.

Os eventos, são espaços propositivos para esses movimentos, e de fato quando percebemos os movimentos necessários para a existência dos eventos, percebemos que a lógica do movimento desejante se faz presente e é de suma importância para os avanços da ciência. Desse modo, relacionamos metodologicamente, os movimentos das viagens investigativas, como produtoras de narrativas do turismo e essas narrativas de experiência, potenciais produtoras de mais movimentos de viagem investigativa, em movimento recursivo, como proposto por Silva e Baptista (2022).

Tomando as narrativas como dispositivo de pesquisa, relacionamos viagem, e ciência na produção do evento científico em múltiplos olhares, e contamos essa experiência a partir do contato de cada um dos autores com sua experiência, turística e científica nesse evento, considerando dessa forma, o papel dos eventos científicos na produção de Turismo, da Ciência e da Ciência do Turismo.

Segundo Marujo (2014), os eventos têm um papel fundamental do ponto de vista de divulgação e promoção tanto de movimentos turísticos, como de características e aspectos da cultura de um determinado universo existencial. De acordo com o autor, é representativo o papel relacional que se estabelece através da existência dos eventos, de modo que como espaço de socialização, é também lugar de encontro e apreciação de relações socioculturais que potencializam a cultura e o conhecimento dos participantes.

Desse modo, se pode verificar que tanto a produção do evento, quanto a participação no mesmo, é capaz de produzir encontros e avanços, o que aplicado a eventos científicos se torna potente para acadêmicos e cientistas. Ainda assim, os eventos devem ser percebidos em suas dinâmicas multifacetadas complexas, como parte do desenvolvimento turístico, e potencialmente da percepção da própria ciência como viagem investigativa (Silva; Baptista, 2022).

Se entende que, apresentar em forma de narrativas, a prática da experiência turística e científica do evento da ANPTUR, como representação acadêmica da pesquisa e da pós graduação

em Turismo no Brasil, se manifesta como significativo reconhecimento de potência desse evento para quem participa e para quem produz, como demonstra os relatos a seguir.

Após definida a equipe de relatoria, composta por Mestres e Mestrandos com formação acadêmica na UFF, foi realizada uma reunião de treinamento, de forma remota, para alinhamento das atividades a serem desenvolvidas durante o evento. Entre elas, estavam a relatoria das apresentações durante os Grupos de Trabalho (GT's), além de suporte aos coordenadores responsáveis e com os equipamentos a serem utilizados em cada sala.

Consequentemente, a relatoria permitiu também a participação no evento e a possibilidade de assistir as apresentações e debates durante o percorrer da semana. Além da equipe de relatoria, foi criada uma equipe de graduandos, da Faculdade de Turismo e Hotelaria da própria universidade, para auxiliar no evento com possíveis imprevistos e dúvidas de participantes.

Para a programação de 2023, foi realizada uma cerimônia de abertura com a Profa. Dra. Maria Velasco, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo da Espanha. Além disso, foram realizados Workshops especiais durante o evento, além de um Grupo de Trabalho Especial para o prêmio de Mestre Destaque, com as seis melhores dissertações de Mestrado inscritas no evento.

No decorrer do evento, os participantes foram distribuídos em diversas divisões para apresentação e debate dos temas apresentados, sendo elas: Destinos Turísticos, Gestão em Turismo, Hospitalidade, Sociedade e Cultura e Formação e Pesquisa Científica.

Um dos participantes, autor também desse trabalho, teve a oportunidade de apresentar parte da sua pesquisa de doutoramento ainda em andamento. De fato, o objetivo dessa troca em evento científico, principalmente, era validar dispositivos de pesquisa que geram dados, nesse caso especificamente músicas, de maneira a perceber sua apresentação e apreciação em eventos, bem como no texto escrito submetido e aceito pelo evento. Ainda, o texto tratava de universo de saberes de Favela, e representou também a possibilidade de tratar de temas emergentes, em reconhecimento de saberes e realidades muitas vezes renegadas e invalidadas nas ciências que tem reconhecimento hegemônico na atualidade. Esse quadro é apresentado como passível de mutação e importante de ser mudado no texto de Santos (1988), e se entende que o evento científico em questão, foi espaço importante para a produção desse nível de mutação.

Essa participação, representa importância para a percepção da fruição da ciência, em aspectos sensíveis da relação do pesquisador com o universo existencial da sua pesquisa. De maneira sensível, foi possível buscar o reconhecimento para o estudo e seu formato, validando os saberes em característica múltipla e processual, como próprio da orientação científica holística (Crema, 1989) e complexa (Morin, 2007) com a qual se alinha esse estudo e o estudo apresentado no evento.

Através dessas experiências, pôde-se vivenciar e compreender as diversas fases de concepção e desenvolvimento que compõem a organização de um evento científico. Como

resultado, enfatiza-se a relevância da disseminação do conhecimento científico no campo do turismo por meio das submissões apresentadas, a diversidade de áreas interligadas ao turismo, o entrosamento entre os membros da equipe e os seminaristas, bem como a rede de contatos promovida pelo seminário entre a comunidade acadêmica dedicada aos estudos e pesquisas em turismo.

Se acredita, que os múltiplos olhares narrativos apresentados, cumprem o objetivo dessa comunicação, e representam importantes reflexões, ainda que incipientes, sobre o discurso sobre a Ciência apresentado por Santos (1989). Esse estudo, ainda que incipiente e com as limitações impostas por um resumo expandido, se apresenta como significativo traço sensível de narrativas em viagens investigativas, como propositivas e mutacionais de ampliação e apreciação da Ciência.

Dessa forma, se percebe que esse caráter se alinha com uma ciência cada vez mais holística, complexa e consequentemente sensível e atenta aos aspectos subjetivos amplamente negligenciados. Os eventos como a ANPTUR, são importantes dispositivos para processamento e ampliação desses limites da ciência, não negando conhecimentos vigentes e reconhecidos, mas promovendo as potencialidades de múltiplos saberes que tanto tem a contribuir com a ciência.

Referências bibliográficas

ANPTUR, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. São Paulo, c2023. Disponível em: <https://www.anptur.org.br>. Acesso em: 30 out 2023.

CREMA, R. **Introdução à visão holística**: Breve Relato de Viagem do Velho ao Novo Paradigma. São Paulo: Summus, 1989.

MARUJO, N. Turismo e eventos especiais: a Festa da Flor na Ilha da Madeira. **Tourism & Management Studies**, Faro, v. 10, n. 2, p. 26-31, 2014.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-60.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, ago. 1988. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>.

SILVA, R. D. L.; BAPTISTA, M. L. C. Narrativas e ‘com-versações’ de Favela: Dispositivos metodológicos sensíveis e complexos para viagens investigativas em turismo. In: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 19., 2022, Recife. **Anais [...]**. São Paulo: ANPTUR, 2022. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/19/2581.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

A educação patrimonial para as crianças de escolas públicas em Parnaíba/PI

Cleber Teixeira Albuquerque

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Heidi Gracielle Kanitz

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Palavras-chave: educação patrimonial; escolas; identidade; Parnaíba.

A proteção do patrimônio cultural é um desafio local e global, pois está intrinsecamente ligado à identidade, história e memória de uma sociedade. No contexto específico de Parnaíba, no estado do Piauí, a relevância e necessidade de uma educação voltada para o patrimônio, tendo como público as escolas públicas, torna-se ainda mais significativa. Isso se deve ao rico e diversificado patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade que remete a três séculos de história e contribui de maneira singular para a construção da identidade da comunidade local.

O município de Parnaíba está localizado ao norte do Piauí, na região do Delta do Rio Parnaíba, e com uma distância de 339 km da capital do estado, Teresina. Atualmente, o número total de habitantes se aproxima de 153 mil, de acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feito em 2022. Destaca-se no contexto regional por sua atividade comercial e industrial, e o setor de serviços, em especial o Turismo, conquista maior visibilidade desde a criação da Rota das Emoções.

Um dos principais atrativos turísticos do município é o seu Conjunto Histórico e Paisagístico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2011, o qual é composto por seis conjuntos: Santa Casa; Avenida Getúlio Vargas; Praça Santo Antônio; Estação Ferroviária; Praça da Graça e; Porto das Barcas e Galpões Portuários. Essa fragmentação foi definida de acordo com as características arquitetônicas e urbanísticas de cada monumento (Kanitz, 2018).

Apesar desse processo e do reconhecimento da cidade como potencial para o desenvolvimento do turismo cultural, ainda são frágeis os laços de pertencimento, orgulho e valorização da sua história por parte dos munícipes.

Para Medeiros e Surya (2009) o patrimônio é um registro histórico de uma comunidade, o qual frequentemente se perde por falta de incentivo e mudanças na identidade, causadas pelo mundo globalizado. Para Barreto (2010 *apud* Kanitz, 2018), “o patrimônio cultural é um bem coletivo pouco sujeito à apropriação pela coletividade, caso não haja um trabalho de base, fundado no saber.”

Neste cenário, a educação patrimonial vinculada às escolas desempenha um papel fundamental na sensibilização das crianças para a valorização, conservação e promoção desse patrimônio. Ao introduzir os estudantes a esse legado cultural desde o ensino fundamental, investe-se não apenas em sua formação educacional, mas também na preservação das raízes culturais de Parnaíba.

[...] trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos (Medeiros; Surya, 2009, p. 6).

A definição da educação patrimonial, quando ressalta que é um processo permanente e sistemático, reconhece não apenas a importância do patrimônio cultural como uma fonte de conhecimento, mas também enfatiza sua capacidade de enriquecer tanto o indivíduo quanto a coletividade de uma forma constante, adaptada às diferentes realidades e promovendo uma releitura do lugar, por meio do seu patrimônio material e imaterial.

Ademais, a educação patrimonial também tem um impacto positivo na formação de cidadãos mais cientes e engajados. Ao conhecer e valorizar seu patrimônio cultural, as crianças desenvolvem um senso de identidade e pertencimento à sua comunidade, contribuindo, consequentemente, para a construção de uma sociedade mais coesa e solidária.

Por outro lado, essa sensibilização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural pode levar a ações concretas de conservação e proteção, garantindo que as futuras gerações também possam desfrutar desse legado. Em 2015, foi realizada a primeira edição do projeto “Prazer em Conhecer, Orgulho em Preservar” em Parnaíba, com o objetivo de averiguar o significado do patrimônio para estudantes de uma escola pública da cidade a fim de compreender o que os discentes reconheciam como importante para a sua identidade cultural.

Diante desse cenário, foram concebidas estratégias de educação patrimonial com o objetivo de (re)aproximar os alunos de sua história, promovendo a (re)criação de laços de pertencimento com o patrimônio em estudo. Dentre as diversas iniciativas, destacou-se a realização de breves palestras e dinâmicas em sala de aula, a condução de visitas guiadas pelo conjunto histórico e o registro fotográfico da experiência, contribuindo para uma vivência mais significativa e envolvente com o patrimônio explorado (Kanitz, 2018). As fotografias foram orientadas pelos

alunos e alunas participantes, com o suporte de fotógrafos profissionais e o resultado foi exposto na 13ª Semana de Museus, compondo uma mostra fotográfica dos patrimônios culturais da região. Esta mostra também foi disponibilizada para a escola pública expor ao longo do ano letivo, conforme a programação e planejamento pedagógicos da instituição.

Figura 1 e 2 – Registros do Projeto “Prazer em Conhecer, Orgulho em Preservar”.



Fonte: Kanitz (2015).

Diante do resultado percebido na primeira edição do projeto, percebeu-se a necessidade de se debater de forma contínua os conceitos abordados, bem como pensar possibilidades diferentes e criativas de inserir, envolver e despertar nas crianças a importância de conhecerem o seu passado e reconhecê-lo por meio dos testemunhos materiais e imateriais presentes na cidade. A utilização de cartilhas educativas, visitas guiadas, reinterpretação de lendas e contos, peças teatrais ambientadas no século XIX e XX para estimular a imaginação dos estudantes sobre a época de maior desenvolvimento da cidade são algumas das estratégias que podem ser desenvolvidas em edições futuras do projeto.

Por fim, a partir destas estratégias pensadas e aplicadas à realidade das escolas públicas parnaibanas, espera-se contribuir com o conhecimento das crianças acerca do seu patrimônio, memória e identidade, bem como possibilitar que se tornem cidadãos e cidadãs mais informados(as), críticos(as) e comprometidos(as) com a preservação de sua herança cultural, promovendo assim o desenvolvimento pessoal e coletivo em Parnaíba (PI) e região.

Referências bibliográficas

G1 Piauí. População de Parnaíba, PI, é de 162.159 pessoas, aponta o censo do IBGE. **G1**, Piauí, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/06/28/populacao-de-parnaiba-pi-e-de-162-159-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

KANITZ, Heidi Gracielle. Diálogos entre o patrimônio, a educação e o turismo: um estudo sobre o projeto prazer em conhecer, orgulho em preservar. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 20, n. 2, p. 266-278, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v20n2.p266-278>.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

O papel das visitas técnicas na formação do profissional de Turismo: um estudo sobre a visita à Serra da Capivara pelo curso de Turismo da UFDPAr

João Vitor Monte Mota

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Heidi Gracielle Kanitz

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

João Alípio de Oliveira Cunha

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Palavras-chave: turismo pedagógico; Parque Nacional da Serra da Capivara; visita técnica.

A visita técnica do curso de Turismo na Universidade Federal Delta do Parnaíba (UFDPAr) se apresenta como uma prática educativa que busca aproximar o aluno à realidade do campo, de forma profissional, demonstrando o quanto o saber pode ser também aplicado no cotidiano, em conexão com os meios de hospedagem, transporte, alimentação e de outros setores ligados à atividade turística. Ela é considerada uma atividade que contribui de forma significativa no desenvolvimento dos componentes curriculares e nas aulas ministradas. Além de ser um mecanismo de integração entre os estudantes, os educadores e o mundo do trabalho, o que potencializa na prática as disciplinas teóricas (Araújo; Quaresma, 2014).

Deste modo, a educação turística deve proporcionar uma conexão entre as dimensões teórica e prática no processo de aprendizagem do turismo, podendo contribuir para a compreensão de uma determinada realidade, o que aponta para o seu caráter interdisciplinar. Entende-se por visitas técnicas a demonstração do nível de competência dos profissionais da área do turismo numa perspectiva de conhecimento prático fora da sala de aula. Supõe-se ainda que o ambiente de visitação gerará interesse na compreensão dos elementos teóricos dos componentes curriculares e de outros elementos das experiências culturais, ambientais e políticas dos alunos.

A ideia da visita técnica para o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizada entre os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias no estado do Piauí, deu-se a partir do questionamento acerca da oferta limitada de visitas para o curso,

além da possibilidade de desenvolvimento de um ensino de turismo em sítios arqueológicos, posto que a última visita realizada para aquele destino havia sido no ano de 2018. A organização e o planejamento dessa visita durou cerca de 9 meses. Foi decidido que ela aconteceria entre os dias de 26 a 29 de julho de 2023, percorrendo uma distância de aproximadamente 905 km, com uma duração de 14 h 29 min. O roteiro decidido em conjunto contemplou a fábrica da cerâmica, o museu do homem americano, o museu da natureza, a casa da memória, e principalmente, o Parque Nacional da Serra da Capivara, principal atrativo turístico. Discentes do terceiro e quarto período no semestre letivo de 2023.1 integraram a viagem, sendo alguns alunos da disciplina de Patrimônio e Turismo Cultural.

No decorrer das aulas da disciplinas de patrimônio e turismo cultural foi ministrada uma aula voltada para a preparação dos discentes, para que os mesmos pudessem estudar os destinos a serem visitados, e assim, realizar uma breve exposição do sítio arqueológico, apontando para sua importância enquanto paisagens naturais e sua rica herança arqueológica, tornando-o um destino para pesquisadores, estudantes e entusiastas da natureza.

O principal objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos discentes que participaram da visita técnica da Serra da Capivara e identificar quaisquer problemas ou deficiências vivenciadas durante a viagem, analisando fatores como: qualidade das atividades planejadas, transporte, hospedagem e interação com os guias. Para além disso, buscou-se identificar também os principais problemas ou desafios durante a visita técnica, incluindo questões de logística, de segurança ou de comunicação. Foi reunido um feedback usando perguntas abertas para obter insights qualitativos sobre as experiências e sugestões para melhorar futuras excursões. Também foram feitas recomendações com base nos resultados da pesquisa, com o objetivo de melhorar a organização e o planejamento de visitas semelhantes no futuro.

Para obter as respostas, foi aplicado um questionário estruturado aos estudantes matriculados no terceiro e quarto período do curso de Turismo e uma amostra foi selecionada de forma aleatória. A coleta de dados ocorreu após a conclusão da visita técnica à Serra da Capivara, no retorno à universidade. Os dados coletados foram analisados utilizando técnicas estatísticas descritivas, como médias, desvio padrão e análise de frequência, para avaliar o nível de satisfação dos alunos em relação à visita técnica. Além disso, foram analisadas as respostas às perguntas abertas para identificar problemas específicos e sugestões dos participantes. A utilização deste método de recolhimento de dados permitiu uma análise abrangente dos níveis de satisfação dos alunos, bem como possibilitou identificar questões específicas e fazer recomendações para melhorias futuras.

O turismo educacional é uma modalidade de viagem que visa proporcionar aos participantes experiências de aprendizagem significativas fora do ambiente escolar tradicional. Essas experiências geralmente envolvem visitas a locais de relevância histórica, cultural, científica ou natural, como parques nacionais, museus, sítios arqueológicos e outros destinos educacionais. As visitas técnicas, como parte do turismo educacional, são especialmente importantes para

estudantes universitários, pois complementam o ensino em sala de aula, permitindo a aplicação prática do conhecimento adquirido em ambiente acadêmico (Calado *et al.*, 2020). Considera-se a visita técnica uma atividade complementar aos componentes curriculares dos cursos, ou seja, este é um mecanismo de integração entre a universidade e o mundo do trabalho, objetivando a complementação didático-pedagógica das disciplinas teóricas e práticas, bem como a aproximação dos alunos com o ambiente de trabalho (Araújo; Quaresma, 2014).

Segundo Teixeira (2003), é fundamental compreender como a educação vincula-se à sociedade e, a partir daí, como a prática pedagógica constitui-se em instrumento de transformação social. Trata-se de aliar as competências técnicas e acadêmicas ao compromisso social. Freinet (2000), são aulas ao ar livre, cujo objetivo é motivar a construção do conhecimento coletivo pelos alunos. Nessas aulas exploram-se a ludicidade e o prazer das experiências cognitivas construídas em grupo, promovendo-se a aprendizagem mais significativa.

Foi aplicado um questionário via Google Forms com os alunos que participaram da visita à Serra da Capivara, no intuito, de avaliar os pontos positivos e negativos da experiência turística e compreender a visita técnica. Os resultados do questionário forneceram uma visão valiosa sobre a percepção e olhar dos discentes em relação à visita, muitos destacaram aspectos positivos, incluindo a oportunidade de vivenciar a história e a cultura da região, o contato direto com os sítios arqueológicos, a riqueza da fauna e flora local, bem como a interação com os guias especializados que forneceram informações enriquecedoras. No entanto, também foram identificados alguns pontos negativos. Alguns alunos mencionaram a distância da viagem como um desafio, bem como, as condições das estradas. Além disso, alguns sentiram que o tempo disponível para explorar os sítios devastados era limitado, desejando mais tempo para explorar e absorver a história e a paisagem.

Em geral, os resultados do questionário forneceram que a maioria dos alunos valorizou a visita à Serra da Capivara como uma experiência enriquecedora em termos de conhecimento cultural, histórico e profissional. Eles manifestaram interesse em futuras oportunidades de visitas técnicas semelhantes, destacando a importância dessas experiências para seu crescimento acadêmico e pessoal.

Os alunos avaliaram a variedade e a qualidade dos serviços durante a visita técnica. Para os participantes a visita foi uma forma única de aprendizado, onde pôde conjugar as práticas do Turismo com o histórico do patrimônio arqueológico. Sobre isto, é importante destacar a fala de Antônio Neto (2023):

Os museus e espaços visitados apresentaram narrativas ótimas e belas representações. A proteção do patrimônio cultural e natural, juntamente com a importância desses locais para a população local e para o turismo, foi claramente evidenciada. A visita apresentou-me, como estudante, uma compreensão mais profunda da histórica e cultural da região e sua relação com as raízes locais e os setores turísticos.

Dos vinte e nove alunos entrevistados, sete atribuíram à sua experiência no Parque Nacional Serra da Capivara uma nota máxima de 10. Isso sugere que a maioria das pessoas teve uma experiência muito positiva ao visitar o parque. Apenas dois deram 9, indicando que embora a maioria estivesse muito satisfeita, houve um pequeno número de pessoas que gostaram da visita, no geral, a avaliação é bastante positiva, indicando que o Parque Nacional Serra da Capivara parece ser um destino muito popular e agradável para os visitantes, isso pode indicar uma gestão eficiente do parque com boas instalações e trilhas bem conservadas.

Além disso, o trabalho do guia foi considerado fundamental para dar profundidade a experiência e a educação turística, ele foi elogiado por sua profunda compreensão do conteúdo relacionado à Serra da Capivara. Os alunos sentiram que receberam informações valiosas e esclarecedoras durante a visita, o que enriqueceu sua experiência, a maioria dos alunos elogiou a presença de guias especializados que estavam sempre disponíveis para responder a perguntas e partilhar informações adicionais sobre os locais visitados.

Dessa forma, 28 escolheram a opção “Sim” e apenas 1 “Não” relacionada ao domínio sobre o conteúdo abordado pelo guia responsável pela visita ao Parque Nacional da Serra da Capivara. Esse resultado é considerado muito positivo e mostra que a maioria dos visitantes teve uma experiência muito boa em termos de apoio e assistência durante a sua visita ao parque.

Figura 1 e 2 – Registros da turma na visita ao Parque.



Fonte: Autoria própria (2023).

É importante compreender que as atividades desenvolvidas colocam esse método de aprendizado como método didático de ministrar as aulas, para que esses discentes possam ser os protagonistas na sua área de atuação. Portanto, o roteiro utilizado para essa visita técnica mostrou a importância desse espaço para a população local e seus visitantes, pois as visitas técnicas se tornam cruciais para a formação de futuros profissionais na área do turismo. Além disso, é de suma importância a realização destas aulas práticas, pois elas são diferenciadas daquelas que são ministradas em sala de aula, já que os discentes envolvidos na visita conseguem analisar os aspectos culturais, patrimoniais, socioeconômicos e tudo aquilo que possa agregar na sua formação de futuros turismólogos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, G. D.; QUARESMA, A. G. Visitas guiadas e visitas técnicas: tecnologia de aprendizagem no contexto educacional. **Competência**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 29-51, 2014.

CALADO, J. C; FRANÇA, J. G.; GUSMÃO FILHO, L. B.; ASSIS, A. M. R. Turismo pedagógico: favorecimento da aprendizagem no ensino superior a partir do olhar discente. **Revista Vox Metropolitana**, Jaboaão dos Guararapes, n. 3, p. 155-169, ago. 2020.

FREINET, C. **Pedagogia do bom senso**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TEIXEIRA, P. M. M. A educação científica sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica e do movimento CTS no ensino de ciências. **Ciência & educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 177-190, jul. 2003.

O caráter educativo e inclusivo do turismo. A contribuição dos programas de residência pedagógica para a popularização e formação dos professores de turismo.

Renato Ferreira de Azevedo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Palavras-chave: educação; turismo; residência pedagógica; formação de professores.

Introdução

O presente trabalho tem o intuito de acompanhar a participação desse autor no Programa de Residência Pedagógica – PRP da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, onde é residente bolsista (CAPES) de licenciatura em turismo, pelo Consórcio Cederj.

O PRP é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura (CAPES, 2018).

O PRP é uma atividade de formação realizada por um discente matriculado em um Curso de Licenciatura, no âmbito de uma escola-pública da Educação Básica intitulada ‘escola-campo’. A atividade propõe um total de 440 horas que devem ser divididas em três momentos: 60 horas voltadas para a ambientação na escolas (2 meses de cursos de formação e 4 meses de orientação conjunta e elaboração do Plano de Atividades do Residente); 320 horas de imersão na escola (10 meses com 100 horas destinadas à regência de classe); 60 horas de avaliação e sistematização dos resultados (2 meses para elaboração do relatório final, avaliação e socialização dos resultados), segundo o portal da Universidade (UFRRJ, 2023).

Está sendo realizado um estudo de caso com relato de experiência, onde juntamente com os 15 residentes, alocados em 3 núcleos diferentes, a saber: Grande Rio, Bacaxá e Resende, e sob a orientação dos professores preceptores e a coordenação do projeto, realizaremos um relato de como tem ocorrido o trabalho. Estamos acompanhando o desenvolvimento do programa junto às

escolas campo, para confirmar se os objetivos propostos pela CAPES, em relação ao programa, estão sendo cumpridos. Os objetivos são: Fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura; Contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos; Estabelecer corresponsabilidade entre instituição de ensino superior - IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores; Valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula. Poderemos assim mensurar a eficiência do programa na formação do discente.

A cadeia de informações é produzida pelos participantes que atuam nos diferentes níveis do programa. O saber do professor preceptor é o elemento incentivador do discente residente. Essa interação deve receber a lapidação da experiência dos coordenadores do projeto. Para Placco e Souza (2012 *apud* Fontoura, 2017, p. 126), a mediação entre formador e formando tem a função de estimular vários pontos, como: “autonomia, parcerias entre docentes, aprimoramento de relações interpessoais e intergrupais, desenvolvimento de hábitos de estudo por parte dos docentes envolvidos, entre outros”. Esse ciclo de informações é o que produz o conhecimento e impulsiona o projeto. Paulo Freire (1989) afirmou que ninguém sabe tudo, mas também, ninguém não sabe nada. Essa é a verdade que move a educação, o ato de aprender e ensinar está na vida, a troca de conhecimentos a partir da experiência de cada indivíduo.

O edital-06-2023-Prograd-UFRRJ-PRP-2022_24-Residentes é um marco no PRP, porque pela primeira vez houve a inclusão do curso de licenciatura em turismo na modalidade EAD do Consórcio CEDERJ, para participação no certame. Essa ação confere maiores possibilidades para os estudantes de EAD, garantindo-lhes as mesmas oportunidades que são dadas aos estudantes matriculados na modalidade presencial. Essa estratégia vem para contribuir com a popularização da ciência. A importância dessa iniciativa contribui para a diminuição das desigualdades e está aliada ao cumprimento de políticas de inclusão escolar. Ela fala também do espaço dado à diversidade cultural e cognitiva como fator de vida. Facilitar o seu acesso e acolhimento como parte integrante da comunidade escolar pode transformar a realidade de estudantes e educadores.

Desenvolvimento

Através da voz dos participantes estamos analisando como o projeto tem impactado a formação dos discentes residentes (bolsistas e voluntários), e qual tem sido a importância do projeto na formação de sua identidade enquanto futuro professor. É intuito dessa pesquisa, numa fase mais adiante, entender como a formação regular dos futuros professores de turismo privilegiam o caráter educativo do turismo, em oposição ao aspecto unicamente recreativo, que é intrínseco à essa atividade. Sabe-se que é comum a atividade turística apropriar-se da cultura

e do patrimônio cultural, a ponto de mostrar um povo ou um lugar de maneira caracterizada, ou mesmo descaracterizada, com o intuito de vender um produto. A educação turística permite o exercício de uma prática conjunta que integra o lazer com o aprendizado.

O turismo é uma área do conhecimento oriunda das ciências sociais aplicadas e abrange uma grande possibilidade de estudos. O seu caráter multidisciplinar permite estudá-lo a partir de outras áreas e ciências, tal possibilidade fortalece o caráter científico dessa atividade. O foco do turismo é o conhecimento, se viaja para conhecer determinado lugar, praia, patrimônio, portanto essa pesquisa torna-se altamente relevante para o fortalecimento do papel educador do turismo, promovendo a divulgação científica, que é um dos objetivos do PRP. A globalização que o mundo vivencia nas últimas décadas tem acelerado e transformado com frequência, os saberes tradicionais em novos meios de conhecimento. Essa dinâmica tem feito com que o aprender e o ensinar experimentem novos processos, que nem sempre estão solidificados, tal movimento tem prejudicado a formação docente. As metodologias ativas de ensino estão trazendo um novo frescor para a vida escolar, portanto utilizá-las de maneira a gerar resultados produtivos ainda é difícil. Essa dificuldade crítica do professor em ensinar, pode ser fruto da dificuldade que o professor teve de aprender.

O aprender contínuo é essencial em nossa profissão. Ele deve se concentrar em dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente. Sem perder de vista que estamos passando de uma lógica que separava os diferentes tempos de formação, privilegiando claramente a inicial, para outra que percebe esse desenvolvimento como um processo. Aliás, é assim que deve ser mesmo. A formação é um ciclo que abrange a experiência do docente como aluno (educação de base), como aluno-mestre (graduação), como estagiário (práticas de supervisão), como iniciante (nos primeiros anos da profissão) e como titular (formação continuada). Esses momentos só serão formadores se forem objeto de um esforço de reflexão permanente (Nóvoa, 2001).

Baseado nessa afirmação de Nóvoa, pensamos na formação do profissional do turismo.

Considerações finais

Para Nóvoa (2001), embora tenha havido uma revolução no campo da educação nos últimos vinte anos, a formação dos professores ainda é muito insuficiente. Existe uma certa incapacidade para colocar em prática os modelos inovadores. As instituições estão fechadas em si mesmas, ora por um academicismo, ou por um empirismo tradicional e ambos os desvios são criticáveis. Quando o autor fez tal afirmação, se referia às décadas de 80 e 90, hoje pesquisadores continuam fazendo a mesma afirmação.

Esse questionamento é o que tem nos movido dentro do PRP, onde alguns resultados já foram extraídos, como por exemplo, o caso de uma residente que chegou à conclusão de que não possui vocação para o magistério. Essa madura constatação é fruto de um trabalho de desenvolvimento

de habilidades que ocorrem durante as práticas na escola campo. Outro resultado importante foram as várias submissões de trabalhos em eventos científicos. Alunos de graduação que nunca escreveram um artigo, o fizeram no âmbito do programa e tiveram publicações aceitas. Esse fato coopera para o cumprimento do objetivo quinto do programa que é a divulgação científica. Entendemos que a estratégia de popularização da ciência passa pela escola, pela formação dos professores que incentivarão essa prática no futuro.

Referências bibliográficas

CAPES. **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília, 01 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 15 jun. 2023

FONTOURA, Helena Amaral da. Formação de Professores para a Justiça Social: uma reflexão sobre a docência na Residência Pedagógica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 1, p. 120-133, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.7932>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

NÓVOA, Antonio. Antonio Nóvoa: "professor se forma na escola". [Entrevista cedida a] Paola Gentile. **Nova escola**, n. 142, 2001. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/r3R2CnybkVjHsM6pyBUAqGRFHmPFcFrJcYVWPggcmXd3JuUTqtDPzApzBEr3/antonio-novoa-professor-se-forma-na-escola.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023

UFRRJ. **Programa Residência Pedagógica – Licenciaturas – Seleção de Discentes**. Seropédica, 15 fev. 2023. Disponível em: <https://portal.ufrrj.br/programa-residencia-pedagogica-licenciaturas-selecao-de-estudantes/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

A presença do audiovisual em projetos pedagógicos de cursos de graduação em turismo: um olhar para disciplinas de audiovisual e turismo

Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (DEPTUR - UFJF)

Ana Cláudia Neves Antunes

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Palavras-chave: audiovisual; ensino superior de turismo; disciplinas; cursos de graduação em turismo; Brasil.

É possível reconhecer a existência de uma “sociedade da imagem”, em que o principal atributo seria a ênfase nas imagens. Embora Gastal (2005) tenha considerado que a civilização atual seja fortemente influenciada pelo aspecto imagético, há pesquisadores que assinalam haver dilemas e desafios no trato dos aspectos imagético e audiovisual no âmbito da educação (Christofoletti, 2009; Martín-Barbero, 2009; Morin, 2000; Napolitano, 2003), incluindo o ensino superior do turismo (Anjos Júnior, 2021).

Uma vez considerado que muitos destinos turísticos se fazem valer de produções audiovisuais para incentivar maior demanda turística por seus territórios e culturas (Hudson; Ritchie, 2006; Lopes; Nogueira; Baptista, 2017; Nascimento, 2009; Pereira Neto; Schmidlin, 2013; Pratt, 2015; Singh; Best, 2004; Vila, 2015), é oportuno se perguntar, no contexto brasileiro, como o tema do audiovisual tem sido tratado nos cursos superiores de turismo. Até porque há de se considerar que o turismólogo seria um dos profissionais responsáveis por planejar e gerir o turismo em uma dada localidade.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é identificar de que maneiras o audiovisual se faz presente junto às disciplinas dos cursos de graduação em turismo do Brasil. Para tanto, espera-se apreender as principais figuras do tema do audiovisual presentes nos planos de ensino. A justificativa para a concretização deste trabalho reside no diminuto percentual de trabalhos publicados no Brasil capazes de realizar uma análise mais ampla acerca dos usos do audiovisual nos cursos de graduação em turismo.

Esta investigação é de carácter exploratório e natureza descritiva, contando com uma abordagem qualitativa, pautada em um referencial teórico narrativo. A investigação também se faz valer de uma pesquisa documental composta por projetos pedagógicos de cursos superiores de turismo no Brasil. Como método complementar, utilizou-se o software Iramuteq (2020) para identificar as principais figuras presentes nas ementas das disciplinas encontradas ao longo da pesquisa. Importa assinalar que este trabalho é derivado de um projeto de iniciação científica intitulado “A presença de produções audiovisuais nos projetos pedagógicos de cursos de graduação em turismo do Brasil: possibilidades e dilemas”, aprovado em uma instituição pública de ensino superior do Brasil.

Embora a listagem de cursos de turismo ativos no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, do Cadastro e-MEC, apresente 272 cursos de turismo regulares no Brasil, dados oriundos do relatório de área do Turismo, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes 2018, assinalam, por outro lado, a existência de 99 cursos de graduação regulares no país naquele momento. Desse universo de cursos, insta assinalar que o projeto de pesquisa encontrou 91 cursos ativos, porém apenas 47 projetos pedagógicos estavam disponíveis para consulta. Desse total, 15 projetos analisados pertenciam à região Sudeste, 10 à região Sul, 13 à região Nordeste, 4 concernentes à região Centro-Oeste e 6 à região Norte.

Importa assinalar que chama a atenção nos resultados um pequeno número de disciplinas capazes de problematizar audiovisual e turismo. Dos 47 projetos pedagógicos analisados, foi possível identificar apenas 8 disciplinas, a saber: Na região Nordeste, Turismo e Cinema (Eletiva), Turismo e Cinema (Optativa), Turismo e Cinema (Optativa) e Produção Audiovisual em turismo (Optativa); já na região Sudeste, Turismo e Audiovisual (Eletiva), Cinema, Saúde e Viagem (Optativa), Film-Induced Tourism: Influência do Cinema na Escolha de Destinos (Obrigatória), ao passo que na região Sul, se tem a disciplina de Turismo, Cinema e Literatura (Optativa).

Esses dados revelam que o audiovisual e o turismo, nas graduações em turismo, ainda se faz presente de forma discreta (Anjos Júnior, 2021). Como se observa, a despeito de muitos destinos se fazerem valer das produções fílmicas para difundir as suas localidades para turistas (Lopes; Nogueira; Baptista, 2017; Nascimento, 2009; Pereira Neto; Schmidlin, 2013, Vila, 2015), o ensino do turismo no Brasil parece pouco explorar essa possibilidade.

Para além do mapeamento quanto à presença de disciplinas específicas capazes de problematizar, de forma explícita, o audiovisual e o turismo, importa, nesse ínterim, apontar a nuvem de palavras criada a partir das ementas das oito disciplinas analisadas.

Figura 1 – Nuvem de palavras criada a partir das ementas das disciplinas encontradas nos projetos pedagógicos consultados



Fonte: Iramuteq (2020)

É curioso perceber que, ao examinar as ementas das disciplinas encontradas, é possível notar uma reflexão que valoriza o tema do turismo. Ao notar a presença de itens, como “cinematográfico”, pode-se inferir que a denominação turismo cinematográfico se faz presente, embora Gomes, Campos e Pereira (2022) critiquem essa terminologia por entender que ela é muito restritiva. Antes, defendem os autores a denominação do turismo induzido pelo audiovisual, categoria essa mais ampla. Todavia, por ser recente, parece não ter sido contemplada ainda nos planos de ensino. Além disso, chama a atenção a presença dos filmes nacionais, o que seria um indício da valorização do patrimônio cultural brasileiro, algo, aliás, valorado inclusive pelas Diretrizes Curriculares do Turismo (Brasil, 2006).

Por fim, o fato de as disciplinas tratarem de temas, como “roteiros”, “enredo” e “construção” permite visionar uma das possibilidades do audiovisual usualmente pouco explorada nos cursos de graduação em turismo: a problematização e o ensino de aspectos constitutivos das próprias produções audiovisuais, desnaturalizando assim as imagens e problematizando as intencionalidades visadas pelas obras (Anjos Júnior, 2021). Tal trabalho parece ser fundamental para criar junto aos discentes do curso de turismo uma capacidade crítica de ler as imagens e, ao mesmo tempo, se apropriar, ainda que de maneira inicial, de instrumentos importantes, como edição, sonorização, construção de roteiros, para tratar essa linguagem de forma mais crítica e consciente.

É curioso notar que na educação superior em turismo a ligação entre turismo e audiovisual não é aprofundada na maior parte dos projetos pedagógicos analisados. Prova disso é o reduzido número de disciplinas específicas capazes de tratar as possibilidades e as tensões entre os dois temas. E, ao se analisar a constituição das poucas disciplinas existentes nos cursos de graduação em turismo que problematizam audiovisual e turismo, nota-se que o turismo induzido pelo audiovisual é contemplado, estando, assim, em sintonia com a importância que os filmes

assumem para muitos destinos turísticos. Ademais, o fato dessas disciplinas manejarem aspectos constitutivos das produções audiovisuais evidencia a possibilidade de se ultrapassar o uso do audiovisual apenas como suporte para se tratar de conteúdos específicos do turismo. Antes, ele também passa a ser um objeto de análise, reflexão e estudo.

Referências bibliográficas

ANJOS JÚNIOR, E. **O audiovisual na prática de docentes do ensino superior em turismo no Brasil: interfaces e tensões com o lazer**. 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 227, p. 96-97, 28 nov. 2006.

CHRISTOFOLETTI, R. Filmes na sala de aula: recurso didático, abordagem pedagógica ou recreação? **Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 3, p. 603-616, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/871>. Acesso em: 13 out. 2023.

e-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GASTAL, S. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GOMES, C. L.; CAMPOS, J. L.; PEREIRA, J. K. do C. Produções audiovisuais mineiras sob as lentes do turismo: olhares sobre a paisagem e a hospitalidade. *In*: GOMES, C. L.; PERINOTTO, A. R. C. (org.). **Lazer, turismo e audiovisual: tópicos contemporâneos**. Campinas, SP : Mercado de Letras, 2022, p. 46-47.

HUDSON, S.; RITCHIE, J. R. B. Promoting destinations via film tourism: an empirical identification of supporting marketing initiatives. **Journal of Travel Research**, v. 44, n. 4, p. 387-396, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0047287506286720>.

LOPES, R.; NOGUEIRA, W.; BAPTISTA, M. L. C. Imaginário, cinema e turismo: uma viagem por clichês culturais associados ao Brasil, no Filme Rio 2. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 9, n. 3, p. 377-388, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v9i3p377>.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NASCIMENTO, F. M. **Cineturismo**. São Paulo: Aleph, 2009.

NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

PRATT, S. The Borat effect: film-induced tourism gone wrong. **Tourism Economics**, v. 21, n. 5, p. 977-993, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5367/te.2014.0394>.

PEREIRA NETO, F. S.; SCHMIDLIN, I. DE O. M. Turismo induzido por filmes: a imagem do nordeste propagada pelo cinema brasileiro do ponto de vista do estudante de cinema no Ceará. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-31, jul./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v2i2.42>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/9500>. Acesso em: 13 out. 2023.

SINGH, K.; BEST, G. Film-induced tourism: motivations of visitors to the hobbiton movie set as featured in The Lord of The Rings. *In*: FROST, W.; CROY, G.; BEETON, S. (org). **INTERNATIONAL TOURISM AND MEDIA 222 CONFERENCE PROCEEDINGS**. Melbourne: Tourism Research Unit, Monash University, 2004. p. 98-111.

VILA, N. A. De la economía de experiencias al turismo experiencial. Las series de ficción como creadoras de experiencias e inductoras a la visita de destinos turísticos. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Islas Canarias, v. 13, n. 4, p. 959-964, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.065>.

O Observatório do Valongo da UFRJ e o caminho das estrelas na Pequena África

Marcos Gonçalves Ramos

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)
Colégio Pedro II (CPII)
Pró-reitoria de Pós-graduação, Extensão e Cultura (PPOPGPEC)

Profª Drª Maria de Nazaré de Freitas Pereira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chave: Observatório do Valongo; Pequena África; educação científica; turismo científico; astronomia.

O Observatório do Valongo (OV) foi fundado em 5 de julho de 1881, por Manuel Pereira Reis, no Morro do Santo Antônio, no centro da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, com o nome de Observatório Astronômico da Escola Polythécnica. Sua função principal era de ministrar as aulas práticas de Astronomia e Geodésia aos alunos da Escola Polythécnica e aos aspirantes da Escola da Marinha. Em 1910 foi instalado o telescópio refrator Cooke & Sons, comprado da Inglaterra, equipado para fotografia astronômica e medidas astrométricas, sendo à época o maior instrumento em funcionamento no país.

Sua transferência para o Morro da Conceição, na década de 1920, devido ao processo de urbanização da região central da cidade do Rio de Janeiro. Nesta nova localização, foi renomeado como Observatório do Morro do Valongo, pois no terreno para onde foi transferido, havia a Chácara do Valongo. Fatos importantes :

- 1881 – Fundação do Observatório Astronômico da Escola Polythécnica.
- 1924 – Início da transferência do observatório para a Chácara do Valongo
- 1958 – Criação do curso de graduação em Astronomia da Faculdade Nacional de Filosofia, sediado no observatório
- 1964 – Formatura do primeiro aluno graduado em Astronomia
- 1967 – Incorporação do observatório do Valongo à UFRJ como unidade complementar (Observatório do Valongo, 2023).

O acervo do Observatório do Valongo/UFRJ retrata sua fundação no Morro de Santo Antônio, a instalação do curso ainda na Faculdade de Filosofia (Universidade do Brasil), e sua

transferência para o morro da Conceição. E ainda conta com instrumentos científicos que foram adquiridos entre 1880 e 1920, com fotos e documentos desde a criação do Observatório da Escola Politécnica, predecessor do atual OV fundado em 1881.

Desde 1997 o Observatório realiza trabalhos de conservação dos instrumentos e preservação da memória institucional. Em 2007, um convênio institucional com o MAST/MCTI propiciou a restauração e higienização dos instrumentos assim como sua identificação museológica com a criação de fichas técnicas. O acervo foi catalogado na Base Minerva da UFRJ com as descrições completas dos instrumentos. A instituição não oferece o serviço de visitas guiadas para alunos da rede pública e visitantes em geral.

A presente comunicação descreve o projeto piloto de Divulgação Científica orientada a instituições de ensino e pesquisa, a partir da experiência da visita guiada ao Observatório. Atualmente a instituição conta com cerca de 15 professores com cursos de mestrado e doutorado em Astronomia além de desenvolver atividades de extensão e Biblioteca.

O observatório está na área do espaço turístico do roteiro oficial da Pequena África conforme descrição no site da Riotur :

“Pequena África” é o apelido dado pelo sambista Heitor dos Prazeres (1898- 1966) à área abrangida pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na zona portuária do Rio de Janeiro. Ocupada por uma população majoritariamente negra, a região foi recentemente apontada pela revista TimeOut de Londres como uma das mais “descoladas” do mundo, com bares charmosos e lugares fascinantes como o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e a Pedra do Sal, cuja história está intimamente ligada ao tráfico transatlântico de escravizados, à diáspora africana e ao nascimento do samba. Também na região, estão o morro e a favela da Providência, a mais antiga do Rio de Janeiro (Riotur, 2023).

A integração do circuito oficial da região da Pequena África com a visita guiada ao Observatório oferece a oportunidade de uma experiência cultural e pedagógica ao unir os aspectos etnográficos e históricos da região citada com os princípios da educação científica.

Segundo Millar e Osborne (1998), o turismo Científico se caracteriza em três aspectos principais, a saber :

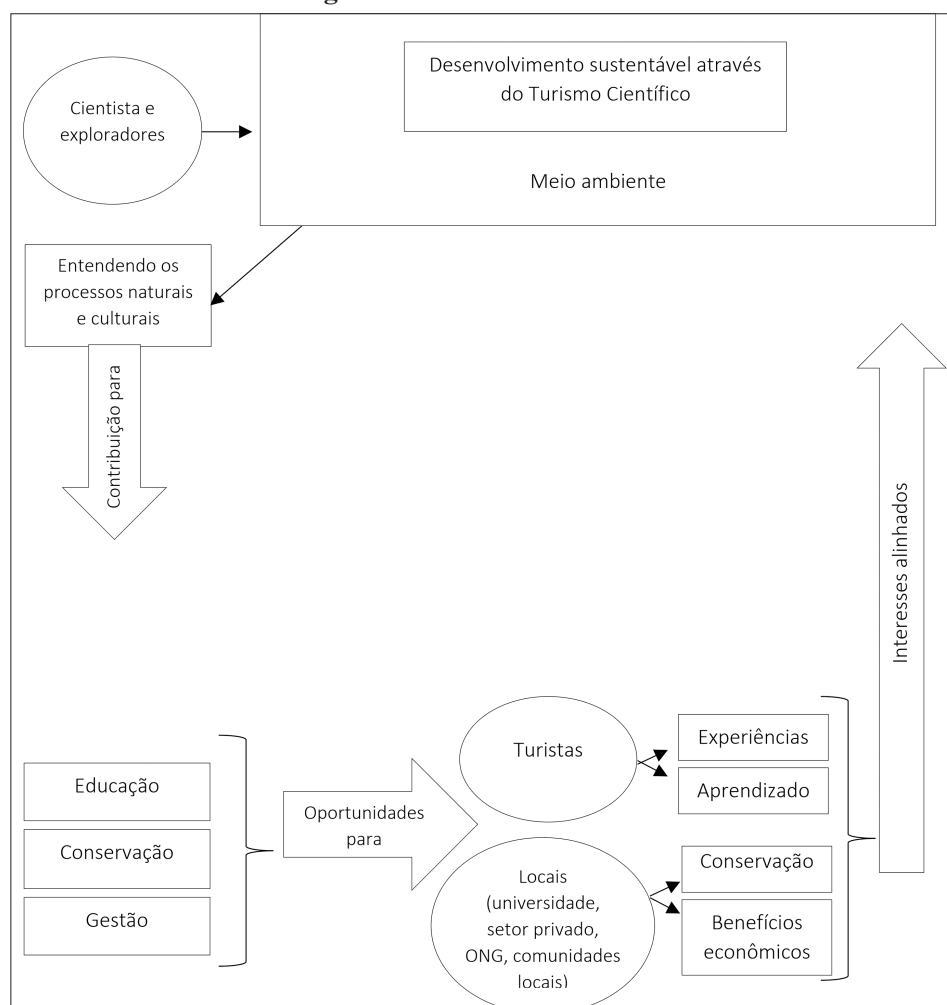
- a) Entendimento do conteúdo da ciência ou conhecimento científico substantivo;
- b) Entendimento dos métodos de pesquisa,
- c) Entendimento da ciência como organização social, que significa consciência dos impactos da ciência nos indivíduos e na sociedade, o turismo Científico complementa a Educação Científica ao longo do ensino formal, destacando conteúdos ligados à ciência e tecnologia com ênfase nos princípios e nas aplicações práticas e sociais da ciência.

Millar e Osborne (1998) admitem o Turismo Científico como uma forma de repensar o impacto do turismo em áreas de grande relevância socioambiental. O modelo proposto por estes autores defende a tese de que as investigações acadêmicas servem de inspiração para a criação de uma nova oferta turística de caráter cultural e formativa.

A integração do circuito de visita guiada ao OV oferece a oportunidade metodológica de unir os aspectos etnográficos e históricos da região da Pequena África com os princípios da educação científica propostos por Millar e Osborne (1998) nos três aspectos citados anteriormente. Este modelo permite investigações acadêmicas e, a partir delas, a criação de uma nova oferta de turismo cultural baseada na interpretação científica. Como exemplo, pode-se citar o Projeto Centro de Turismo Científico da Patagônia, que visa o desenvolvimento de capacidades locais, baseando-se no processo de fortalecimento tecnológico e de capacidades empresariais necessárias à operação de produtos para o TC, incluindo universidades e suas redes (Bourlon; Mao; Osorio, 2011).

O projeto de implementação de visita guiada ao Observatório do Valongo objetiva agregar o valor das investigações acadêmicas desenvolvidas pela equipe do Observatório ao roteiro da Pequena África. O programa de visitação guiada prevê a participação de alunos e docentes da instituição no momento da mediação pedagógica “encontro com o Astrônomo “ durante o percurso da visita. Abaixo, segue o modelo conceitual do projeto de visita baseado em Bosak (2015) e Bourlon, Mao e Osorio (2011).

Figura 1 – Modelo Conceitual



Fonte: Bosak (2015).



Fonte: Observatório do Valongo

Endereço e Localização

Graduação, Pós-Graduação e Extensão em Astronomia Observatório do Valongo – UFRJ

Ladeira Pedro Antônio, 43 | Centro – Rio de Janeiro/RJ Brasil – CEP 20.080-090

Telefone: +55 21 2263-0685

Fax: +55 21 2203-1076

E-mail: ov@astro.ufrj.br

Referências bibliográficas

BOSAK, K. . Scientific tourism and sustainable development in the Aysén region of Chile. *In*: SLOCUM, S; KLINE, C.; HOLDEN, A. **Scientific tourism**: researchers as travellers. New York: Routledge, 2015. p. 117-130.

BOURLON, F; MAO, P; OSORIO, M. El turismo científico en Aysén, un modelo de valorización territorial, basado en el patrimonio y actores locales. **Revista Sociedad Hoy**, Concepción, v. 1, n. 20, p. 55-76, 2011.

MILLAR, R.; OSBORNE, J. **Beyond 2000**: Science education for the future. The report of a seminar series funded by the Nuffield Foundation. London: King's College London, 1998. 36p.

OBSERVATÓRIO DO VALONGO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://ov.ufrj.br/>. Acesso em: 28 out. 2023.

RIOTUR. Roteiro Pequena África. 2023. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/pequena-africa/. Acesso em: 24 out. de 2023.

Museu Histórico de Campos dos Goytacazes como ação educativa

Geórgia Peixoto Bechara Mothé

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Paula Oliveira de Souza

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Adriele da Silva Tostes

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Eloá Corrêa Lessa Tostes

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Thúlio Lauzino Finamôr Pereira

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Aline Chaves Intorne

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Simonne Teixeira

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Palavras-chave: patrimônio; indústria canavieira; multicultural; espaços de ciência; educação.

O desejo do homem em guardar e colecionar tesouros advém desde a Grécia Antiga. O termo museu vem do grego *mouseion*, que significa “lugar das musas” (Poulot, 2013). Este local funcionava como templo e lugar de pesquisas, onde as nove musas, filhas de Zeus e Mnemósine residiam. Nota-se que desde a Antiguidade os museus eram importantes para a ancoragem das identidades, reflexões acerca do passado e feitos do homem grego.

As instituições museológicas exercem atualmente papéis que operam tanto nos aspectos ideológicos quanto pedagógicos. Na esfera ideológica, a figura do museu pode reforçar as pluralidades culturais quanto intensificar uma cultura homogeneizada e excludente. Na esfera pedagógica, fornece artifícios para uma educação não formal, contribuindo para a construção de lugares de memória (Nora, 1993).

Vale ressaltar que os museus são produtos do seu contexto social e locais de práticas sociais e centros de interpretações, intermediando conexões objetivas e subjetivas (Bruno; Neves, 2008). Ou seja, “pensar os museus como espaço de relações é aceitar a sua dimensão humana, a sua condição de “casa do homem” em processo de construção e, em consequência, o seu estado de permanente tensão” (Bruno; Neves, 2008, p. 48).

A velha crítica sociológica do museu como um reforço “do sentimento de pertencimento para alguns e para outros, do sentimento de exclusão”, não nos parece mais pertinente. No atual cenário do museu, a ideia de um templo com musas foi enterrada, surgindo no lugar um espaço híbrido (Huyssen, 1994 p. 36).

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

De acordo com Aguiar, Teixeira e Portilho (2023), o Museu Histórico de Campos dos Goytacazes (MHCG) está instalado no Solar do Visconde de Araruama, sendo construído no final do século XVIII, vinculado à Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, na da cidade possui grande importância patrimonial e seu tombamento provisório pelo Inepac ocorreu no ano de 1987. O Museu Histórico de Campos, portanto, já abrigou inúmeros órgãos e atualmente abriga dentro de suas salas e corredores a história do povo campista, esperando que professores e alunos adentrem suas portas e repensem o Museu.

O museu, na concepção que conhecemos atualmente como sendo uma instituição de memória, aberta ao público, com o sentido de preservar e para fins de pesquisas, nem sempre teve este formato. Apresentar o museu como uma ferramenta que deve ser vista como uma significação mais profunda, como vetor de relações sociais implícitos, que permitem ler aspectos econômicos, sociais, culturais da sociedade é uma prática a ser executada de ação imediata.

As ciências passaram a ser ensinadas de outra forma, o experimento e a observação passaram a ser valorizadas e os alunos não só escutavam, mas também observavam. O instrumento de ensino passou a configurar espaços e os laboratórios passaram a fazer parte das escolas. Assim aconteceu com os Museus de História trazendo métodos de ensino mais adequados.

É sabido que museus e escolas são ambientes que, há muito, dialogam em seus processos de contribuição para o desenvolvimento da cidadania (Marandino, 2001), mas que possuem linguagem, propostas educativas e funções sociais distintas. Não se trata de promover ou reafirmar uma “escolarização” do museu, e sim de estudar a multiplicidade de papéis educativos que pode ser assumida pelo espaço museológico (Lopes, 1991).

O museu histórico é uma boa ferramenta, como espaço pedagógico para promover a conscientização e incentivar a oportunidade de educar durante a visita escolar, processando um diálogo entre público, educadores, museu e sociedade.

Foi então percebido pelos professores da disciplina de Museus e Espaços de Ciência, do Programa de pós-Graduação em Ciências Naturais da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, a possibilidade e a necessidade de realizar uma aula de campo, onde pudesse construir planos de aula de forma a pensar o museu como um espaço não-formal de aprendizagem transdisciplinar, levando os alunos a se apropriarem do espaço museológico, a partir de uma perspectiva crítica a respeito da conformação dos museus e do papel dessas instituições na sociedade e na comunidade escolar. Foi escolhido então MHCG para realização da observação e contextualização do Museu e, assim, construção dos planos de aula para serem usados por professores do Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio.

A partir da articulação entre as especificidades do Museu e as características pensadas para a produção dos planos de aula, foram traçados os objetivos para a atividade de forma a re-pensar o Museu Histórico de Campos: 1) Trabalhar a questão do patrimônio arqueológico no MHCG; 2) Entender a indústria canavieira como uma abordagem histórico-cultural articulada ao MHCG; 3) Refletir sobre a Exposição da Estação Leopoldina no MHCG como uma aula sobre os impactos ambientais da construção de ferrovias; 4) Relatar os aspectos macroscópicos da matéria sob um viés multicultural no MHCG.

Nesta perspectiva, foram elaborados 4 planos de aula. Um plano de aula direcionado ao 6º ano do Ensino Fundamental II na disciplina de História para o resgate de vínculos com o passado, sobretudo para o entendimento dos costumes e cultura dos indígenas Goitacá, na qual através dos artefatos os alunos possam reconhecer as múltiplas vozes que compõe a cultura campista, e reconhecendo-se através dos artefatos, produzindo ao final cerâmicas, sendo evidenciado que também são produtores de cultura material.

Um plano de aula direcionado ao 7º ano do Ensino Fundamental II na disciplina de Ciências com a proposta de articulação entre o ensino de Ciências e a Educação das Relações Étnico-Raciais utilizando como tema gerador a cana-de-açúcar, tendo em vista que a cidade de Campos dos Goytacazes tem longa história com o setor canavieiro, abrigando ainda hoje uma forte cooperativa agroindustrial que tem como principal atividade a produção de açúcar e etanol para combustível.

O plano de aula para 1º ano do Ensino Médio na disciplina de Biologia que aborde os conceitos centrais de conservação da biodiversidade e as problemáticas ambientais relacionadas à construção de ferrovias. As réplicas das locomotivas da antiga Estação Leopoldina no MHCG; é possível apresentar os principais impactos ambientais causados pela construção de malhas ferroviárias e pelas locomotivas; analisar as consequências desses impactos, e alternativas sustentáveis que possam minimizar esses problemas e o debate sobre os avanços tecnológicos.

Por fim o plano de aula para 1º Ano do Ensino Médio na disciplina de química, propões compreender o conceito do que vem a ser química por meio de uma reflexão crítica acerca da noção dos aspectos macroscópicos da matéria bem como os processos de separação de misturas, em especial, a mineração, através da desmistificação do conhecimento científico pautado numa visão eurocêntrica e na reconstrução do pensamento errôneo a respeito da ciência que é anunciada como realizada apenas por uma elite branca e detentora do conhecimento e das descobertas científicas.

Assim, concluímos que os museus são mais do que instituições que salvaguardam artefatos; são locais que permitem o entrelaçamento de múltiplos sujeitos; a construção e o fortalecimento de identidades individuais e coletivas; e proporciona aos seus frequentadores um acesso aos patrimônios culturais. Com isso, a exigência de possuir uma ação educativa crítica e reflexiva dentro e para os museus é necessária. Re-pensar os locais de memórias possibilita que histórias antes apagadas ou silenciadas rompam com as ideologias elitistas dando lugar as múltiplas vozes, pois vive-se em um momento onde uma variedade de gêneros e etnias compõem a contemporaneidade.

Através das montagens dos planos de aulas da disciplina de Museus e Espaços de Ciência propiciou que os professores e alunos pudessem pensar o museu como um espaço transdisciplinar, entrelaçando temáticas que até então não eram pensadas ou evidenciadas como possibilidades dentro do Museu de Campos, tecendo novos olhares frente aos objetos museológicos. Repensar o Museu Histórico de Campos foi um convite para que não somente professores realizem essa *práxis* educativa, mas que os diversos sujeitos envolvidos em instituição formais e não-formais realizem uma aproximação com esse local de memória permitindo uma reflexão desses espaços e potencializando o ensino com museus de ciências.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Bárbara Cruz; TEIXEIRA, Simonne; PORTILHO, Aline dos Santos. Museu Histórico de Campos dos Goytacazes e os desafios para sua implementação. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 12, n. 1, p. 29-41, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21726/rcc.v12i1.1833>.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini. **Museus como agente de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

HUYSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. Tradução de Valéria Lamego. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 35-57, 1994.

ICOM. Museum definition [online]. **Icom Museum**, 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>. Acesso em: 23 out 2023.

LOPES, Margaret Maria. A favor da desescolarização dos museus. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 3, n. 40, dez. 1991.

MARANDINO, Martha. **O conhecimento biológico nos museus de ciências**: análise do processo de construção do discurso expositivo. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Autêntica, 2013.

Visitas guiadas como forma de intercâmbio metodológico: a construção de um roteiro de turismo científico

Carlos Otávio Serrador Ferreira Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Stephanny Cristinny Mariano de Lira
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Palavras-chave: turismo científico; divulgação científica; visita técnica.

O entrelaçamento entre espaços culturais e a temática da loucura não é algo inédito no Brasil. Ambientes como o Museu da Loucura de Barbacena, em Minas Gerais, o Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ/SEAP) e o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS), ambos na cidade do Rio de Janeiro, já visavam popularizar seus acervos através de exposições fixas e móveis, roteiros e outras abordagens alinhadas ao ensino, à pesquisa e à divulgação científica.

O Centro de Memória Casa da Ciência - CMCC, a Escola de Turismo UNIRIO, entre outros parceiros, colaboram na criação de traçados de Turismo Científico (TC), visando a divulgação e preservação do patrimônio histórico e paisagístico do *campus* da Praia Vermelha. Assim, entendendo que o TC visa a elaboração de conhecimento através de roteiros que permitem realizar observações, coletar dados e informações diversas, buscamos identificar e visitar lugares centrais para a compreensão da história da loucura na cidade do Rio de Janeiro.

Uma série de atividades foram feitas em equipe para amadurecer o projeto, como o levantamento documental e bibliográfico sobre o *campus* da Praia Vermelha, o mapeamento da área, a estruturação de um banco de imagens e a realização de visitas orientadas em centros históricos na cidade do Rio de Janeiro que dialogavam com nosso objeto de estudo.

Levando em consideração as atividades apresentadas, a presente comunicação busca demonstrar de forma qualitativa como as visitas guiadas, como as realizadas ao IMASNS e ao MPERJ, contribuíram de maneira contínua para a formação universitária dos extensionistas, assim como, para a construção do roteiro de Turismo Científico "Caminhos da Loucura". Ou seja,

apresentamos brevemente as visitas realizadas, assinalando algumas experiências adquiridas no processo de construção do roteiro.

A própria conceituação das visitas que foram e que seguirão sendo realizadas pelos componentes do CMCC é ambígua. Termos como visita técnica, visita guiada e visita monitorada podem ser relacionados com a atividade realizada e, dependendo da bibliografia consultada, os significados atribuídos divergem entre si ou aglutinam-se.

No conceito cunhado por Carvalho; Vieira e Viana (2012), por exemplo, visitas técnicas têm em geral caráter didático-pedagógico composto de compromisso acadêmico-profissional que potencializa o ensino-aprendizagem, exigindo compromisso dos receptores com o objetivo da visita, algo crível com relação a experiência adquirida nas visitas, porém diverge do conceito relacionado à análise de cenários e solução de problemas. Entretanto, para a finalidade do presente trabalho, o termo utilizado tem pouca relevância no resultado, pois visamos a troca de conhecimento e a colaboração entre as equipes que compunham as atividades realizadas e, conseqüentemente, colher novos frutos desse contato.

Em janeiro de 2023, a equipe de extensionistas do CMCC fez sua primeira visita técnica para além do *campus* da Praia Vermelha. Após mapear e fotografar nosso objeto de estudo, tornou-se necessário compreender de maneira mais ampla a história da psiquiatria no Brasil. Vale ressaltar que o atual IMASNS abrigou a primeira colônia agrícola destinada às alienadas remetidas do antigo Hospício Nacional de Alienados (HNA) e que como tal possui vínculo histórico com o *campus* da Praia Vermelha. Logo, munidos com a bibliografia sobre o tema, fomos ao Museu de Imagens do Inconsciente (MII) e ao Centro de Documentação e Memória do IMASNS, visando identificar as formas de gestão do acervo e como se caracterizava a relação entre os espaços e o público.

Tendo em vista a ampla área que compõe o IMASNS, uma única visita não foi o suficiente para explorar todas as áreas de interesse. Logo, voltamos no final de abril de 2023 para visitar a exposição permanente do Memorial da Loucura do Engenho de Dentro, onde observamos alguns recursos utilizados no tratamento psiquiátrico; e o Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde: Espaço Travessia, um espaço de encontros, convívio, produção e divulgação de artistas - no dia em questão estava com a ocupação artística “No Caminho dos Sonhos”.

Em maio foi a vez do Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, uma instituição que desempenha um papel único na exploração e preservação da história do sistema prisional do estado. Ele se concentra tanto na documentação da evolução das prisões como em questões de saúde mental que estiveram relacionadas aos prisioneiros. A instituição oferece um olhar fascinante sobre a relação entre o sistema prisional e pessoas caracterizadas como doentes mentais ao longo do tempo. Muitos prisioneiros enfrentavam condições de detenção que poderiam afetá-los em sua saúde mental: isolamento, superlotação e abusos eram comuns. O museu documenta como a sociedade e o sistema prisional lidaram com questões de saúde mental, desde a negligência até os esforços de tratamento e reforma, permitindo comparações com problemas atuais.

Para além disso, o museu abriga uma coleção notável de artefatos e imagens que abrangem períodos históricos, incluindo a época das ditaduras e rebeliões no Complexo da Frei Caneca. O acervo também possui registros do primeiro Hospital Psiquiátrico Penal da América Latina, Heitor Carrilho, que consistem em centenas de prontuários de pacientes, que podem interessar a pesquisadores tanto no Brasil quanto no exterior. Além disso, o museu apresenta móveis e objetos de época, proporcionando uma experiência imersiva na história do sistema prisional.

O museu nos impactou significativamente, pois abriga documentos, fotografias e registros que são recursos primários para pesquisas históricas. Além disso, a temática do Museu é bastante atual e pode interessar a muitos curiosos. Ao analisar as exposições sobre questões relacionadas a prisões, saúde mental e reforma prisional, tivemos *insights* sobre as complexas dinâmicas sociais e políticas que moldaram o nosso sistema prisional. O museu oferece a oportunidade de praticar e aprimorar habilidades de investigação relacionados ao sistema prisional, para estudantes e profissionais interessados no tema, e contribui para discussões sobre o assunto.

Após visitar o IMASNS e o MPERJ/SEAP, entendemos de maneira mais clara como poderíamos utilizar o material que temos em mãos, seja com relação à operação do CMCC enquanto órgão que preza pela preservação do patrimônio histórico e memória, ou com relação à criação do roteiro turístico.

Entender o funcionamento desses órgãos através do acesso aos acervos e das consultas ao corpo técnico dos órgãos contribuiu a construção do roteiro de Turismo Científico "Caminhos da Loucura" a partir do compartilhamento de experiências com entidades que possuem várias simetrias com o *campus* da Praia Vermelha. Ao olharmos para o IMASNS, vemos que para além do compartilhamento de uma história em comum, os espaços físicos são semelhantes entre si, tanto o *campus* da Praia Vermelha como o Parque Nise da Silveira possuem grandes áreas e ambientes variados em relação ao trato da saúde mental e à preservação da história patrimonial, de interesse para turismo científico. Sendo assim, é inegável relacionar o IMASNS como mais um parceiro que vem atuando de forma colaborativa no projeto Caminhos da Loucura.

O MPERJ destaca informações interessantes sobre o universo prisional carioca, como a criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro Heitor Carrilho, voltado para pessoas com distúrbios mentais que haviam cometido crimes e estavam sob custódia do sistema de justiça; e antes eram enviadas para o HNA. A relação com o projeto está intrinsecamente ligada a várias questões sociais do século XX, quando se julgava os “suspeitos de alienação” e como era feito o diagnóstico para determinar o tipo de alienação ou doença mental.

Entendemos que as visitas realizadas possibilitaram o desenvolvimento de um projeto sólido, servindo de inspiração e referência para a implementação dos Caminhos da Loucura. Mas também desempenharam um papel fundamental na formação cidadã dos envolvidos. Os extensionistas que contribuíram para o projeto não tiveram acesso à história da Praia Vermelha, antes de entrar no projeto, mas nem por isso atuaram como meros espectadores de uma palestra.

Assim, com as atividades desempenhadas pudemos entender e aplicar conceitos ligados à gestão pública, através da política, à preservação da história e ao desenvolvimento de projeto, algo que está além de nossos currículos.

Referências bibliográficas

CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, mai./ago. 2021. DOI: <http://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1981/1435>. Acesso em 30 out. 2023.

CARVALHO, R. C. O. de; VIEIRA, S.; VIANA, M. dos S. V. Visitas Técnicas: Ensino-Aprendizagem no Curso de Turismo. *In*: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 9., 2012, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPTUR, 2012. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/9/92.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

ENADE 2022: estratégias de conscientização para a participação dos convocados

Cleber Teixeira Albuquerque

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Ezequiel de Souza Santos

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Giovana Isaias Viana

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Maria de Fatima Vieira Crespo

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Palavras-chave: ENADE; aulões; encontros.

A ampliação do ensino superior voltado à graduação corresponde ao desenvolvimento de instrumentos de avaliação da qualidade dos cursos, tanto do lado das condições de oferta, que vai da infraestrutura à formação e dedicação dos docentes, quanto do lado da saída, com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O ENADE foi introduzido como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2004 (Bittencourt *et al.*, 2008) como componente curricular obrigatório, desempenhando um papel vital ao mensurar a competência dos estudantes em relação aos conteúdos e habilidades de seus cursos identificando áreas de destaque e oportunidades de aprimoramento nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A cada ano, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), responsável pelo SINAES, juntamente com o Ministério da Educação (MEC) definem as áreas que serão avaliadas pelo ENADE, de tal forma que cada curso seja convocado no máximo a cada três anos para participar (Rocha; Figueirêdo Junior; Correa, 2012). Em 2022, cursos de 26 áreas de graduação passaram pela avaliação em todo o país, recebendo nota de 0 a 5.

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), antes campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI) localizado na cidade de Parnaíba, região norte do estado do Piauí, é

uma das seis IES supernovas criadas em 2018, contando com 12 cursos de graduação. Desses, cinco foram convocados para realizar o ENADE, sendo o de bacharelado em Turismo, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Administração e Psicologia.

Entretanto, em 2018 ainda como campus da UFPI, os resultados obtidos no exame (nota 2) pelos cursos de Turismo e Ciências Econômicas preocuparam as coordenações de ambos. Foram apontados como pontos negativos a ausência dos concluintes na realização do exame sem apresentar justificativa antes e o baixo índice de rendimento por parte dos que participaram em parte devido à entrega da prova em branco de alguns candidatos.

Nesse contexto, visto a nota implicar diretamente na reputação e credibilidade da IES, podendo afetar a vida dos formandos ao influenciar em suas oportunidades de ingresso em pós-graduação e no mercado de trabalho, o grupo Ecoturismo de Base de Comunitária no Delta do Parnaíba vinculado ao Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes do campus, mais conhecido como PET Turismo pela comunidade acadêmica interna e externa, se mobilizou para desenvolver estratégias mediadoras e eficazes durante o ano de 2022 a fim de que a problemática não se repetisse. Visto isso, este resumo busca descrever a experiência e analisar os resultados alcançados com a ação com ênfase no curso de Turismo.

Entre abril e junho de 2022 foi formada uma comissão interdepartamental, composta por professores e estudantes dos cursos convocados para realizar o exame, e instaurou-se um plano de ação que visou conscientizar os ingressantes e concluintes sobre a relevância do ENADE e fornecer orientações detalhadas sobre como proceder para participar e obter melhores resultados. Para tanto, organizou-se um curso de atualização dividido em dois momentos, intitulado como “aulões”, que foi amplamente divulgado nos meios de comunicação interna da UFDFar.

O primeiro momento ocorreu nos dias 16 de agosto e 08 de setembro de forma presencial (Figura 1). No primeiro dia, o enfoque se voltou exclusivamente a apresentar o que era o ENADE e sua importância, além de agregar os discentes em prol da ação, deixando-os cientes das notas que cada curso recebeu na edição anterior. Já o segundo dia visou orientar como preencher o questionário do estudante corretamente e sanar as possíveis dúvidas da comunidade acadêmica.

Figura 1 – Registro do primeiro encontro presencial.

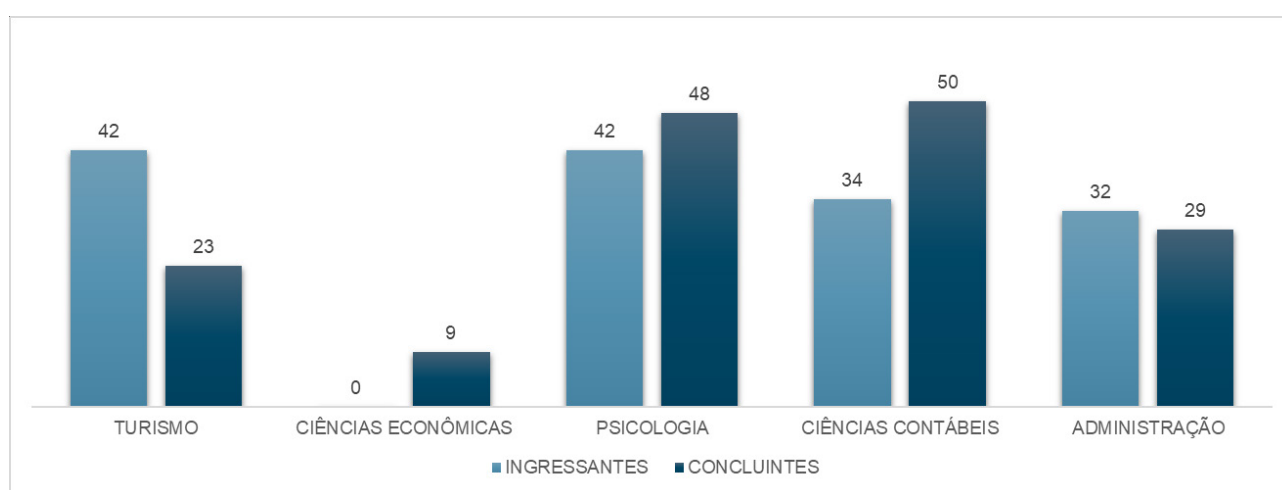


Fonte: Autoria própria (2022).

O público alvo destes encontros era alunos ingressantes com carga horária de 0 a 20% preenchidas em sua matriz curricular, ou seja, que iniciaram o respectivo curso no ano da edição do exame, e concluintes, com carga mínima de 80%.

Vale ressaltar que o curso de ciências econômicas é o único com uma entrada por ano, consequentemente tiveram menor número de alunos convocados para a realização do ENADE 2022, representando apenas 9,2% do total. Em seguida, o curso de turismo com 11,4, administração com 14,9%, ciências contábeis com 36,5% e psicologia com 28,1%. Como resultado, temos a participação de 43% destes, sendo o maior público do curso de psicologia e ciências contábeis, respectivamente, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação de ingressantes e concluintes nos aulões presenciais.



Fonte: Autoria própria (2023).

Embora o evento disponibilizasse certificação de horas referente à participação podendo ser aproveitadas como carga horária complementar, entre os presentes nos encontros presenciais 48,5% eram ingressantes e 51,5% eram concluintes.

O segundo momento tinha como público alvo apenas os concluintes, este ocorreu durante a semana anterior ao dia de realização do exame, ou seja, 21 a 26 de novembro, mas apenas o dia 21 ocorreu de forma presencial, os demais foram via Google Meet devido grande parte dos convocados já residirem em outras cidades e /ou conciliarem suas aulas com o trabalho. Nestes, os convocados foram separados em salas virtuais de acordo com sua lotação do curso.

O primeiro dia foi reforçado o que tinha sido abordado no dia 16 de agosto, nos demais os professores iniciaram a discussão de temas relevantes para o exame e resolução de questões utilizadas em outras edições do ENADE.

Vale ressaltar que tanto nas salas de modo presencial quanto virtual voltadas aos concluintes do curso de turismo, contamos com a presença de no máximo 21% destes em cada encontro. Ademais, os professores lotados neste curso que participaram na organização dos “aulões” junto

ao grupo PET Turismo forneceram um kit de apoio (Figura 2) contendo água, caneta e chocolate aos concluintes, os quais foram entregues no dia da prova.

Figura 2 – Kit apoio para os concluintes do curso de turismo.



Fonte: Autoria própria (2022).

Após o exame, foi aplicada uma pesquisa de opinião com os participantes do curso de turismo, via formulários do google, sobre a ação desenvolvida, com perguntas de múltipla escolha. Como resultado, 60% confirmaram que após os “aulões” houve melhoras em sua percepção sobre a importância do exame tanto para IES e para si, enquanto profissional no setor de sua área de formação, os outros 40% alegaram que as ações não contribuíram para a sua compreensão das perguntas contidas no exame. Sobre o nível de importância desse tipo de ação de preparação para o ENADE, apenas 20% acharam muito importante, 40% declararam importante e os demais (40%) com pouca importância.

Em relação à organização do evento e a plataforma utilizada para os encontros de forma remota, 60% os consideraram bons, os demais os classificaram entre regular (20%) e ruim (20%) em ambos.

Considerando os relatórios das IES referentes às edições de 2018 e 2022 nota-se que as ações descritas acima promoveram resultados positivos para a nota dos cursos avaliados. Entretanto, dentre os que estavam em situação preocupante, apenas o Turismo conseguiu atingir a média. Ademais, os dados apresentados juntamente com os feedbacks fornecidos pelos concluintes, evidenciou a importância de organização contínua desses cursos de atualização, bem como a necessidade de aprimorá-los e pensar em novas estratégias de engajamento dos alunos no processo de avaliação dos cursos de graduação da UFDPAr, consequentemente, alcançar resultados crescentes nas futuras edições do ENADE.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, H. R.; VIALI, L.; CASARTELLI, A. O.; RODRIGUES, A. C. M. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 247-262, ago. 2008. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312008000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2023.

ROCHA, A. G. P.; FIGUEIRÊDO JUNIOR, H. S.; CORREA, D. M. M. C. Análise comparativa de desempenho do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Ceará no Enade 2006. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Senhor do Bonfim, v. 2, n. 3, p. 105-120, set./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.18028/rgfc.v2i3.89>. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/37910>. Acesso em: 10 out. 2023.

A Matemática Financeira e os casos para ensino: reflexões acerca de sua aplicação

Daniele Andrade de Pinho

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Rodrigo Souza Silva

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Palavras-chave: matemática financeira; caso de ensino; ensino médio; aprendizagem.

A Matemática Financeira no ensino médio das escolas públicas tem sido insuficiente, seja no que diz respeito ao objetivo de capacitar o indivíduo a discutir os maiores ou menores lucros/prejuízos em suas finanças pessoais, seja no objetivo de estudar as diversas formas de evolução do valor do dinheiro ao longo do tempo, bem como as formas de análise e comparação de alternativas para aplicação/obtenção de recursos financeiros.

Puccini (2016) define a Matemática Financeira como "um corpo de conhecimento que estuda a mudança de valor do dinheiro ao longo do tempo". Em outras palavras, além de analisar os aspectos temporais do dinheiro, esses estudos têm o objetivo de estabelecer relações entre quantias monetárias expressas em datas diferentes (Zentgraf, 2003). Em termos mais simples, ela pode ser descrita como a aplicação da matemática para tomar decisões gerenciais relacionadas a operações financeiras. Para a execução bem-sucedida dessas operações financeiras, a aplicação de cálculos apropriados é necessária, e o estudo desses cálculos é o foco da Matemática Financeira (Veras, 2001).

Por esse motivo, a educação financeira visa promover um entendimento apropriado do dinheiro e da economia, direcionando pessoas de todas as idades a gerir sua renda, poupar e investir, e a adotar estratégias de consumo baseadas em necessidades, em vez de desejos impulsivos. Isso ajuda na gestão de recursos, tomada de decisões financeiras, administração doméstica, planejamento, prevenção de dificuldades financeiras, criação de reservas, investimentos e consumo consciente. Sua importância cresce devido à complexidade dos mercados financeiros e produtos, bem como às mudanças demográficas, econômicas e políticas.

Os casos de ensino são um tema pouco conhecido por grande parte dos professores, gestores educacionais e agentes públicos envolvidos com o sistema de ensino. Este estudo

explora como a Matemática Financeira pode ser útil para jovens em escolas públicas de ensino médio, considerando as necessidades atuais. Inicialmente, uma revisão teórica é realizada para, em seguida, apresentar o método do caso de ensino como uma alternativa para melhorar o ensino de Matemática Financeira nas salas de aula. O trabalho faz uma breve introdução à Matemática Financeira no ensino médio, seguida por uma contextualização histórica, definição e características dos casos de ensino. Por fim, um exemplo de caso de ensino é apresentado como resultado deste estudo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de Matemática, desde 1998, têm enfatizado a importância de incorporar pesquisas relacionadas aos temas do trabalho e consumo como contextos para a compreensão dos conceitos e procedimentos estatísticos. Além disso, eles destacam que a abordagem de situações envolvendo Matemática Comercial e Financeira ajuda os estudantes a compreenderem, tomar decisões e avaliar diversas situações do cotidiano, como a escolha de métodos de pagamento ou financiamento. A atual versão em discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inclui cinco temas especiais que promovem a integração entre as disciplinas de uma mesma área do conhecimento e entre diferentes áreas que compõem a educação básica, no contexto da BNCC.

O ensino de Matemática Financeira é de extrema importância para os alunos do ensino médio, pois prepara esses estudantes para ingressar no mercado de trabalho. Com o início de suas atividades profissionais, eles passam a lidar diretamente com o dinheiro e é fundamental que compreendam como funcionam as operações financeiras às quais serão submetidos (Gallas, 2013). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino médio é a etapa final da educação básica e tem como uma de suas finalidades a preparação básica para o trabalho e a cidadania, permitindo que os educandos continuem aprendendo e se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento futuro. Isso significa que os estudantes devem ser capacitados para tomar decisões responsáveis em sua vida cotidiana, tanto em sua carreira profissional quanto como cidadãos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) no ensino médio, deve adotar uma abordagem contextualizada e problematizadora, que envolva situações do cotidiano dos estudantes e estimule a reflexão crítica sobre questões econômicas e financeiras. Além disso, os PCN's recomendam a utilização de tecnologias educacionais, como softwares de simulação e planilhas eletrônicas, para tornar o ensino mais interativo e prático. Portanto, é fundamental que o ensino de matemática financeira no ensino médio seja prático e contextualizado, permitindo que os estudantes compreendam a relevância desses conceitos para a vida real e adquiram habilidades para lidar com questões financeiras complexas. Isso capacitará os estudantes a tomarem decisões financeiras conscientes e responsáveis, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e economicamente desenvolvida.

Os casos de ensino têm uma longa tradição nas escolas de Administração nos Estados Unidos, com mais de cem anos de uso, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades

práticas e tomem decisões baseadas em diferentes cenários (Alberton; Silva, 2018). No Brasil, o interesse por essa abordagem tem aumentado nos últimos anos como uma alternativa ao ensino tradicional. No entanto, ainda são poucos os professores que desenvolvem casos de ensino, resultando em um acervo limitado de casos nacionais disponíveis.

No entanto, os casos de ensino não são exclusivos da Administração, pelo contrário, tem uma certa utilização noutros campos, como Contabilidade, Economia, Turismo e Licenciaturas. No contexto educacional, Nono e Mizumaki (2002), dizem que os casos de ensino são tomados como instrumento pedagógico na ação de formação de professores. Ela reforça que casos de ensino têm um grande potencial enquanto instrumento de reflexão da prática pedagógica que, por suas características, permitem que os professores vivenciem processos formativos que conduzam a aprendizagem e o desenvolvimento profissional da docência. Consoante a isso, Shulman (1986) fala que um caso educacional é mais do que uma boa narrativa, mais do que uma justaposição sábia de intenções e eventualidades, ou seja, um caso educativo é uma forma de comunicação que coloca intenção e acaso no contexto de uma experiência vivida e refletida.

Um caso para ensino é a descrição de uma situação real com objetivos educacionais, comumente envolvendo uma decisão, um problema ou uma oportunidade vivida por alguém em uma organização (Fernandes; Roesch, 2007). Por meio dos casos, o aluno pode vivenciar situações similares às que são encontradas no seu dia a dia, mas sem correr os riscos que estão relacionados às decisões a serem tomadas no mundo real (Suarez; Casotti, 2004). Quando utilizado no contexto do ensino, um critério determinante é que o caso deve fomentar um debate entre os estudantes (Jennings, 2002), o qual, para ser “rico” em aprendizagem, demanda o relato de uma situação estruturada e detalhada, com um dilema bem definido (Alberton; Silva, 2018).

O uso de casos de ensino pode ser uma abordagem pedagógica eficaz no ensino de Matemática Financeira. Essa estratégia oferece aos alunos a oportunidade de aprender de maneira prática e aplicada, desenvolvendo as habilidades necessárias para tomar decisões financeiras responsáveis.

Em resumo, a utilização de casos de ensino pode ser uma valiosa alternativa pedagógica no ensino de Matemática Financeira, promovendo uma aprendizagem significativa e aplicada. Espera-se que essa abordagem possa contribuir para a reflexão sobre novas formas de ensinar e aprender as ferramentas financeiras entre os jovens do ensino médio em escolas públicas.

Referências bibliográficas

ALBERTON, A.; SILVA, A. B. Como escrever um bom caso para ensino? Reflexões sobre o método. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 22, n. 5, p. 745-761, set./out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018180212>.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 11 out 2023.

GALLAS, Rafael Guilherme. **A importância da matemática financeira no ensino médio e sua contribuição para a construção da educação financeira no cidadão**. 2013. 58 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

JENNINGS, D. Strategic management: an evaluation of the use of three learning methods. **Journal of Management Development**, v. 21, n. 9, p. 655-665, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/02621710210441658>.

NONO, M.; MIZUKAMI, M. Casos de ensino e processos de aprendizagem profissional docente. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 72-84, jan./dez. 2002. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1365/1104>. Acesso em: 10 out. 2023.

PUCCINI, E. C. Conceitos Fundamentais de Matemática. In: PUCCINI, E. C. **Matemática Financeira e Análise de Investimentos**. 3. ed. Brasília: CAPES: UAB, 2016. cap. 1, p. 9-20. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/643232/2/Matem%C3%A1tica%20Financeira%20e%20An%C3%A1lise%20de%20Investimentos.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

FERNANDES, F; ROESCH, S. M. A. **Como escrever casos para o ensino de administração**. São Paulo: Atlas, 2007. 166 p.

SHULMAN, L. S. Those who understand: Knowledge growth in teaching. **Educational researcher**, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986. DOI: <https://doi.org/10.3102/0013189X015002004>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0013189X015002004>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SUAREZ, M.C.; CASOTTI, L.M. Um Novo Professor para um Novo Aluno? Uma discussão sobre a utilização do Método do Caso. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Anpad, 2004. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=8&cod_edicao_subsecao=39. Acesso em: 5 nov. 2023.

VERAS, L. L. **Matemática financeira**: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ZENTGRAF, R. **Matemática Financeira Objetiva**. 4. ed. Rio de Janeiro: ZTG, 2003.

Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) em Juiz de Fora (MG): explorando estratégias de comunicação para o Turismo Científico

Davi de Moura

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Enrico Porto Lima

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Kemelly Cunha Nogueira

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Pietro Guimarães Alves

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Carla Conceição Lana Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Luciana Bittencourt Villela

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Palavras-chave: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA); turismo científico; Juiz de Fora (MG); comunicação.

O turismo científico (TC) é compreendido como uma forma de turismo que envolve a visita a lugares com atributos científicos. Além disso, o TC pode envolver o estudo e a análise de uma localidade ou de um objeto específico dessa área, relacionados, por exemplo, à natureza e/ou cultura de um lugar. Conforme Conti, Elicher e Lavandoski (2021) o envolvimento da comunidade autóctone é considerado essencial para compreensões mais aprofundadas do turismo. A partir de Fraga e Saldanha (2021) parece ser essencial compreender as atrações e destinos do TC a partir de estratégias de comunicação sobre o que é a relação entre turismo e ciências. Portanto, a interpretação do espaço de uso turístico para fins científicos e vice-versa é aquele constituído de recursos patrimoniais naturais e/ou culturais distintos, incluindo museus que abarcam várias disciplinas científicas, como é o caso da Arqueologia e da Etnologia.

Nesse sentido, o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA), que apresenta três espaços em Juiz de Fora (MG), é o objeto locacional desta pesquisa que faz parte de uma ação de curricularização da extensão.

Os objetivos deste trabalho se subdivide em geral e específico, sendo, o geral: analisar a comunicação - considerando os universos *online* e presencial - relativos ao MAEA, explorando estratégias de comunicação para o TC. Já o objetivo específico é compreender a importância da comunicação para democratização do saber científico no turismo, notadamente o TC. Esta pesquisa é exploratória, descritiva e de natureza qualitativa.

É relevante compreender que a comunicação em si é fundamental para a construção de significados e para a produção de sentidos. No conceito de “abordagem cultural”, nota-se que a realidade não se encontra intacta; esta é moldada por meio de um processo contínuo de negociação, o qual envolve os indivíduos que, a partir de suas experiências, constroem ativamente seus próprios significados (Cazelli; Marandino; Studart, 2003).

A comunicação é vista como um processo de troca, de participação e de associação. Portanto, a comunicação é importante para a construção de conhecimento e para a promoção da participação ativa do público nas atrações turísticas e isso inclui o TC e seus objetos, tais como: os museus de ciência. Bauer *et al.* (2020) descreve o papel fundamental que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm assumido na atualidade, isso visando trazer cada vez mais informações, interatividades e inovações aos seus usuários. Lévy (1996) já evidenciava a relevância de se observar continuidades e descontinuidades entre o real, o virtual e o imaginário. Atualmente, o “real” tem sido nomeado de “presencial”, uma vez que existe, com as redes *wi-fi* (sem fio), uma conexão maior entre o “real” e o “virtual”, sendo que o “virtual” não pode ser confundido com “irreal”.

Bauer *et al.* (2020) ainda explica como as TICs são ferramentas importantes para a difusão do patrimônio cultural, permitindo a criação de experiências únicas e diversificando o modo de se apresentar e compartilhar conteúdos, atraindo novos públicos para a visita desses patrimônios, democratizando ainda mais os espaços e tornando-os de maior interesse para o TC. Para isso, é fundamental o planejamento e a gestão da comunicação envolvendo as TICs - e os espaços *online* e presenciais - para que essas possam ser efetivas e não se tornem obsoletas ou não funcionais. Como caracterização do objeto de estudo, o MAEA foi criado em 1987, tendo tido seu acervo expandido na década de 1990 e atualmente abriga mais de 1000 peças (UFJF, 2023a). Um desafio prático em termos de comunicação é que seu acervo atualmente está subdivididos em três espaços, identificados através de visitas e dados secundários coletados: (1) Centro de Ciências no Campus da UFJF ; (2) Jardim Botânico da UFJF (Casa Sede); (3) MAEA no Centro de Juiz de Fora (UFJF, 2023a; UFJF, 2023b).

Portanto se realizou levantamento bibliográfico para o tratamento das categorias de análise “Comunicação”, “TICs”, “TC” e visitas *in loco* e coleta de dados na internet, notadamente em

três endereços online distintos: (a) endereços eletrônicos com informações oficiais do MAEA (UFJF, 2023a; UFJF, 2023b); (b) perfil na rede social Instagram (MAEA, 2023); (3) plataforma TripAdvisor (Tripadvisor, 2023). O que permitiu refletir sobre as formas como o MAEA está sendo comunicado tanto presencialmente, quanto no universo online (Quadro 1).

Quadro 1 – Comunicação

Universos	Locais	Características
Presencial	Visitas realizadas em dois espaços (MAEA no Centro da cidade e Casa Sede no Jardim Botânico da UFJF - no segundo semestre de 2023).	Foi observado que em ambos existem possibilidades de comunicação desses espaços para o TC em Juiz de Fora (MG).
Online	Endereços eletrônicos com informações oficiais do MAEA.	UFJF (2023a) ligado à Pró-Reitoria de Cultura; UFJF (2023b) - Website do MAEA.
	Perfil do Instagram.	Existem 220 postagens no perfil do Instagram (MAEA, 2023).
	Tripadvisor.	Existem 28 avaliações, sendo que o endereço* indicado é distinto dos espaços citados neste estudo (Tripadvisor, 2023).

*Faculdade de Engenharia Campus Universitário Martelos, Juiz de Fora, Minas Gerais 36036-330.

Fonte: Elaboração própria a partir de visitas presenciais e consultas aos *websites* citados.

O grande desafio é unificar a comunicação dos três espaços considerando as interações desses tanto no universo *online* quanto no presencial. Assim, como entre esses (vide Lévy, 1996). Por exemplo, no *website* oficial do MAEA (UFJF, 2023b) existem várias abas que ajudam na navegação: (1) eventos, (2) projetos, (3) exposições e (4) coleções (UFJF, 2023b). Logo, uma questão é: como essas informações também podem estar nas dinâmicas de apresentação nos espaços presenciais com a finalidade de estimular o TC? Exercícios similares devem ser feitos com relação ao Instagram e o TripAdvisor para auxiliar em estratégias de comunicação.

No decorrer deste estudo se percebeu que a comunicação desempenha um papel fundamental na construção de significados e na promoção da participação ativa do público nas atrações turísticas, incluindo museus de ciência. As TICs se tornaram ferramentas essenciais para a disseminação do patrimônio cultural, tornando a comunicação mais interativa e inovadora.

Ao se cumprir o objetivo geral nota-se que um desafio prático foi compreender o objeto comunicacional, já que o MAEA está subdividido em três espaços distintos. Além disso, o equilíbrio entre o mundo presencial e *online* é fundamental, mas também complexo e requer estudo interdisciplinar para subsidiar o planejamento e gestão adequados.

Em síntese o TC é uma jornada de descoberta e a comunicação desempenha um papel vital na promoção do conhecimento científico sobre o MAEA. Este estudo é um passo relevante em

direção a uma compreensão mais profunda do potencial do TC em Juiz de Fora (MG) e de como a comunicação pode torná-lo mais acessível e cativante para todos.

Referências bibliográficas

BAUER, J. E. *et al.* Museus e Tecnologias da Informação e Comunicação: uma revisão sistemática da literatura na EBSCOhost. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 24-42, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/raoit.v14n3.5716>.

CAZELLI, S.; MARANDINO, M.; STUDART, D. Educação e Comunicação em Museus de Ciências: aspectos históricos, pesquisa e prática. In: GOUVÊA G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. **Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências**. Rio de Janeiro: Access, 2003.

CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, e-1981, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.

FRAGA, C.; SALDANHA, L. Turismo científico: uma análise textual com base em dissertações e teses no Brasil e em Portugal. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 36, n. 2, p. 505-517, set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v36i2.9271>.

MAEA. **Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2023. Instagram: @maea_ufjf. Disponível em: https://www.instagram.com/maea_ufjf/. Acesso em: 17 out. 2023.

LÉVY, P. **O que é virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

TRIPADVISOR. **Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2023. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g887228-d4376641-Reviews-Federal_University_of_Juiz_de_Fora_Museum_of_Archaeology_and_Ethnology-Juiz_de_Fo.html. Acesso em: 17 out. 2023.

UFJF. **Museu de Arqueologia Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Pró-Reitoria de Cultura, Juiz de Fora, 2023a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/procult/orgaos-executores/museu-de-arqueologia-e-etnologia-americana/>. Acesso em: 12 out. 2023.

UFJF. **Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2023b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/maea/>. Acesso em: 17 out. 2023.

Turismo Científico: um estudo preliminar sobre os planetários no Brasil

Kairo Ribeiro

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Carla Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Palavras-chave: turismo científico; planetário; Brasil.

Turismo científico na contemporaneidade exige a noção sobre lugares e objetos que tem potencial para se tornarem destinos e atrações turísticas, e nisso se inscrevem os planetários, sendo que em 2023 comemora-se 100 anos de criação do primeiro planetário, já que segundo Silveira (2017) esse que teve lugar em Jena na Alemanha em 1923. Para Santos (2019) os planetários podem fazer parte de organizações variadas, tais como: observatórios, museus, bibliotecas, escolas, universidades.

Portanto, os planetários além de permitirem simulações do céu e programas sobre astronomia, também podem atrair visitantes específicos interessados no turismo científico, já que de acordo com Santos (2019, p. 19) é um “espaço não formal de ensino”. Logo, observa-se que os planetários desempenham um papel fundamental na divulgação do conhecimento científico sobre o Universo.

Daí, o problema posto: qual é a distribuição geográfica dos planetários no Brasil e suas respectivas condições de visita? Portanto, o objetivo geral é analisar a distribuição geográfica dos planetários. Já os objetivos específicos são: (a) compreender a relação entre turismo científico e o papel dos planetários; (b) identificar as condições de visita dos planetários brasileiros. A pesquisa é exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, com levantamento bibliográfico, coleta e organização de dados secundários.

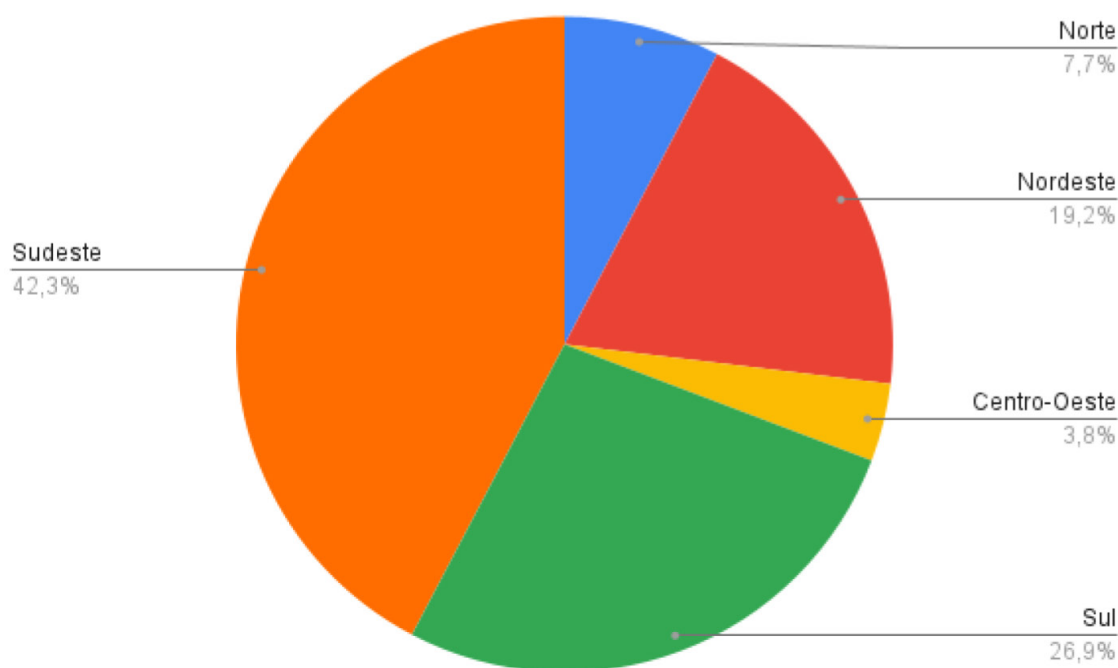
O turismo científico tem ganhado destaque nos temas emergentes da literatura da área, pois alia turismo e ciências de diversas maneiras, abrangendo públicos distintos. É válido destacar que numa revisão sistemática da literatura (RSL) empreendida por Conti, Elicher e Lavandoski (2021), as autoras explicaram que umas partes significativas dos artigos científicos identificados abordaram a questão das viagens científicas. A partir da análise desses materiais foi evidenciada

a motivação de professores e estudantes por locais de interesse científico, incluindo centros de pesquisa. Contudo, ao que nos parece, os planetários não foram identificados declaradamente como um objeto desses estudos sobre viagens científicas, e é nesse ponto que se destaca o papel destes objetos para o turismo científico, qual seja:

O Planetário é um espaço não formal de ensino e aprendizagem que possui um enorme potencial para a educação. Nos planetários pode-se aprender por meio das simulações sobre os mais variados assuntos. [...] O planetário é então um aparelho didático pedagógico incomparável e sua evolução tecnológica mostra inúmeras possibilidades para ensinar-se sobre diversas áreas do conhecimento humano preenchendo lacunas da formação tradicional e inspirando jovens e adultos para conhecer as belezas e os mistérios do Universo (Santos, 2019, p. 19).

O Guia de Centros e Museus de Ciência na América Latina e Caribe (Massarani *et al.*, 2023) permite vislumbrar o potencial dos planetários para os destinos turísticos iluminando um flanco para o turismo científico. A partir de um recorte geográfico para o Brasil, foram identificados 26 planetários em 12 Estados brasileiros. A Figura 1 apresenta as regiões brasileiras com maior potencial para o desenvolvimento do turismo científico a partir dos planetários:

Figura 1 – Distribuição Geográfica dos Planetários no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Guia de Centros e Museus de Ciência da América Latina e Caribe (Massarani *et al.*, 2023)

Em diálogo com a democratização dos planetários no Brasil como um instrumento de divulgação científica e visitação turística, nota-se que aproximadamente 70% desses possuem entrada franca. Ainda, quando se considera a acessibilidade como um aspecto relevante à inclusão de todos, aproximadamente 89% dos planetários declararam apresentar algum tipo de infraestrutura e/ou equipamento, sendo uma oportunidade para o turismo científico adaptado.

Os objetivos desse estudo foram cumpridos levando a outro patamar de compreensão sobre o papel dos planetários para o turismo científico no Brasil. As limitações metodológicas encontradas se relacionam com a escassez de referências bibliográfica sobre a interface em tela. Contudo, os dados secundários do Guia de Centros e Museus de Ciências da América Latina e Caribe (Massarani *et al.*, 2023) permitiram gerar frequências e porcentagens sobre distribuição geográfica a respeito não só das regiões do país que são mais propícias para o Turismo Científico relativo à visita dos planetários, mas em especial, permitiu a análise pormenorizada das condições de visita tanto do ponto de vista da acessibilidade financeira, quanto aquela voltada a pessoas com deficiência (PcD) e mobilidade reduzida. Logo, futuros trabalhos podem fazer um mergulho no Mapa do Turismo brasileiro proposto pelo Ministério do Turismo (Mtur) (Brasil, 2023) confrontando os achados até aqui com a categorização dos municípios turísticos (de A – E) que sediam os planetários. Como a categorização permite refletir sobre o desenvolvimento turístico regional (Brasil, 2019), este futuro estudo seria o próximo desafio epistemológico de caracterização do objeto planetário em interface com os destinos turísticos, contribuindo para novas perguntas sobre políticas públicas de turismo científico no Brasil.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério do turismo (MTUR). Programa de Regionalização do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro:** Perguntas e Respostas. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas_espostas_Categorizacao_2019.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). Programa de Regionalização do Turismo. **Mapa do Turismo 2023.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 31 out. 2023.
- CONTI, B. R.; ELICHER M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, e-1981, maio/ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.
- MASSARANI, L; LIMA, M. de Souza; PATIÑO-BARBA, M. L.; AMORIM, L.; REIS, R. A.; RAMALHO, M. (org). **Guia de Centros e Museus de Ciências da América Latina e do Caribe 2023.** Rio de Janeiro: Fiocruz-COC, 2023.
- SANTOS, I. M. O. **Planetário:** espaço não formal para o ensino de ciências. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Astronomia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- SILVEIRA, M. C. Spacemaster, o planetário do Brasil: elementos para sua preservação e musealização. In: SALÃO EDUFRGS, 4., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/185329>. Acesso em: 31 out. 2023.

Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) em Juiz de Fora (MG): perspectivas sobre mediação para o Turismo Científico

Débora Machado Miana de Faria

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Denize da Silva Micheli Marinho

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Maria do Carmo Gomes da Cruz

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Neri Rodrigues Contin

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Carla Conceição Lana Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Luciana Bittencourt Villela

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Palavras-chave: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA); turismo científico; Juiz de Fora (MG); mediação.

A relação entre turismo e ciência é ampla e em alguns casos pode derivar no que vem sendo compreendido como turismo científico. No limite, observa-se que o turismo científico é uma viagem que vai além da procura pelo lazer, é uma atividade que busca o conhecimento e até mesmo expandi-lo (Conti; Elicher; Lavandoski, 2021). Porém, esse tipo de viagem não é uma novidade já que desde os *grand tours* no século XVIII já existia um interesse pelo conhecimento científico, contudo o termo turismo científico é mais recente (Conti; Elicher; Lavandoski, 2021).

Nesse sentido, museus de ciências têm se apresentado como um dos atrativos para o turismo científico e é nesse ponto nevrálgico que estratégias de mediação podem ser um elemento chave tanto para comunicação, quanto para a interpretação patrimonial.

Especificamente em Juiz de Fora, cidade localizada no Estado de Minas Gerais (MG), nota-se que o turismo científico ainda é embrionário, contudo apresenta um grande recurso para ser

desenvolvido e explorado através do acervo histórico constituído sob as instalações do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA). Assim, como parte de uma atividade relativa à curricularização da extensão universitária, este trabalho tem como foco a atividade de pesquisa e pressupõe a questão central, qual seja: qual o papel de estratégias de mediação que o MAEA pode assumir no contexto das possibilidades para o turismo científico em Juiz de Fora (MG)?

Portanto, o objetivo geral deste estudo é identificar estratégias de mediação para os espaços do MAEA visando os avanços do turismo científico em Juiz de Fora (MG). Já os objetivos específicos são: (a) compreender a mediação como elo entre os visitantes e os museus no contexto do turismo científico, destacando a relevância do mediador; (b) identificar atributos do MAEA passíveis de se fazerem algumas conexões com o turismo científico a partir da mediação.

A pesquisa apresenta caráter exploratório, descritivo e qualitativo, uma vez que foi realizada um levantamento bibliográfico, através de artigos científicos para se compreender sobre turismo científico e a mediação como recurso para museus. Por outro lado, houve também trabalho de campo com visitas e observações aos espaços do MAEA, o que foi essencial para identificar a forma de mediação atual e ainda de maneira dialogada perceber as possibilidades deste espaço para o turismo científico em Juiz de Fora (MG).

O termo “turismo científico” é relativamente novo, aparecendo pela primeira vez em 1980 numa obra literária chamada “Ciência Tropical e Turismo”, que estabelecia que o turismo era realizado principalmente por antropólogos e exploradores em locais remotos. Quanto ao público que se interessa por esse tipo de turismo, a partir de tradução nossa de Quesada (2010 *apud* Bassan, 2022, p. 40), observa-se a seguinte explicação: “[...] este tipo de turismo está conformado especificamente por estudantes, professores e pesquisadores de distintas disciplinas [...]”. Em termos de destinos e atrações, o público busca características naturais particulares e também lugares que possuem instalações para pesquisas científicas. Logo, ainda de acordo com tradução nossa de Peña (2012 *apud* Bassan, 2022, p. 40) há a explicação detalhada de que: “[...] o turismo científico começou como uma tendência emergente nos países desenvolvidos, com viajantes de alta renda, nível de escolaridade e altamente qualificados [...]”. Esse autor, ainda esmiúça que a busca por um maior nível de compreensão da perspectiva científica se relaciona também com uma ampla noção de participação por parte do viajante. Nesse contexto, compreende-se que a mediação nos museus de ciências se faz necessária para ampliar o conhecimento, construir experiências e conceitos científicos, inclusive levando a um incentivo à participação e trocas entre visitantes e visitados.

Ainda na literatura científica fica nítido que os mediadores devem ser preparados através de um conjunto de técnicas, que implica desde leituras, palestras e noções sobre troca de experiências. Uma das funções do mediador é transmitir conhecimentos científicos e culturais, sempre se utilizando da participação da sociedade. Conforme a publicação do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não-formal e Divulgação em Ciência da Faculdade de Educação da

Universidade de São Paulo, organizada por Marandino (2008), nota-se que: o mediador pode melhorar a interação do público visitante com as obras expostas e com a diversidade do acervo apresentado. Portanto, isso é fundamental para os museus de ciência que são alvo do Turismo Científico.

Caracterizando o objeto do estudo, detalha-se que o MAEA foi criado em 1987, a partir da doação da coleção arqueológica e antropológica do professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Franz Joseph Hochleitner (UFJF, 2013a). A seguir, o Quadro 1 apresenta atributos de cada espaço do MAEA e considerações preliminares sobre estratégias de mediação voltadas às possibilidades do turismo científico em Juiz de Fora (MG):

Quadro 1 – Atributos e estratégias para mediação do MAEA para o Turismo Científico

MAEA (a)	Identificação de atributos	Contribuições preliminares para estratégias de mediação voltadas ao Turismo Científico
Localizado no Bairro Centro, Juiz de Fora (MG)*	Acervo histórico/arqueológico que também é destinado aos outros locais (UFJF, 2023a).	Como é um local de recepção, mapeamento e guarda do acervo, as estratégias de mediação devem considerar abranger não somente esse, mas o diálogo com os demais espaços.
Sala no Centro de Ciências da UFJF	“[...] a Sala de Arqueoastronomia Franz Joseph Hochleitner, uma homenagem ao pesquisador e fundador do MAEA que mantém exposição permanente de parte de seu acervo” (UFJF, 2023a).	As estratégias de mediação devem considerar referenciar o pesquisador fundador do MAEA em diálogo constante com seu acervo exposto. Como se evidencia, as visitas são tanto para o público em geral, quanto para um público voltado aos interesses acadêmicos, e nisto científico. Logo, as estratégias precisam considerar os objetivos das visitas para que a mediação suporte o espaço como atrativo ao turismo científico tanto para um público em geral, quanto para um público que busca conhecimento científico especializado.
Casa Sede (Jardim Botânico de Juiz de Fora)	“Exposição permanente de pinturas sobre aves da Mata do Krambeck, linha do tempo sobre a história do Jardim Botânico e mostra temporárias” (UFJF, 2023b).	Estratégias devem considerar a área interna da Casa Sede e também externa. Já que o Jardim Botânico apresenta fragmento florestal de Mata Atlântica evidenciando a relação ecológica da visita e sendo um elo entre sociedade e natureza.

Fonte: Elaboração própria a partir de consulta: * Visita realizada em 25.08.2023; (a) UFJF (2023a); (b) UFJF (2023b).

Em linhas gerais, na perspectiva do turismo científico, torna-se relevante que a mediação nesses três espaços do MAEA considere: (a) os objetivos motivacionais quanto à pesquisa científica, se é o público em geral interessado em ciências, ou um público que faz uma busca especializada acadêmica e científica; (b) a interatividade e participação, notadamente através de possibilidades de troca entre visitantes (moradores, excursionistas, turistas etc.) e visitados

(do ponto de vista institucional, considerando a relevância do trabalho dos mediadores), pois é um elemento chave para que o museu se configure como atrativo ao Turismo Científico. Nisso, reforça-se a necessidade de capacitação constante dos mediadores, incluindo aspectos sobre logística de serviços turísticos e hospitalidades.

O objetivo deste trabalho foi cumprido ao se identificarem embriões de estratégias para mediação no MAEA em consonância com as possibilidades de Turismo Científico em Juiz de Fora (MG). Isso ficou evidente no Quadro 1 quando foram elencados os atributos e estratégias de acordo com o percurso metodológico adotado, qual seja: a revisão da literatura que permitiu estabelecer as categorias analíticas e observações nos espaços do MAEA através de visitas.

Os resultados discutidos permitem avanços do posicionamento do MAEA no contexto do próprio desenvolver do Turismo Científico em Juiz de Fora (MG), sendo o papel de estratégias de mediação um diferencial. Contudo, as limitações tanto teóricas quanto metodológicas se relacionam com a necessidade de futuros trabalhos empreenderem, respectivamente: (a) revisões sistemáticas da literatura - o que permitirá aprofundamento das categorias teóricas conceituais sobre a temática; (b) trabalho de campo, implicando o uso de outras metodologias, tais como: aplicação de questionário, entrevistas etc. com os diversos *stakeholders*, ou seja, partes interessadas.

Referências bibliográficas

BASSAN, C. E. Turismo científico: conceptualización, modalidades y desafíos. **Realidad, Tendencias y Desafíos en Turismo**, Neuquén, v. 20, n. 2, p. 33-48, jul./dic. 2022.

CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão Sistemática da Literatura sobre Turismo Científico. **RBTUR**, v. 15, n. 2, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.

MARANDINO, M. (org.). **Educação em museus: a mediação em foco**. Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não-formal e Divulgação em Ciência da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: Geenf/FEUSP, 2008.

UFJF. Pró-Reitoria de cultura. **Museu de Arqueologia e Etnologia Americana**. Juiz de fora, 2023a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/procult/orgaos-executores/museu-de-arqueologia-e-etnologia-americana/>. Acesso em: 19 out. 2023.

UFJF. Jardim Botânico UFJF. **Informações gerais**. Juiz de fora, 2023b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/jardimbotanico/visitacao/informacoes-gerais/>. Acesso em: 27 out. 2023.

Museu de Arqueologia e Etnologia Americana e o Turismo Científico: desafios sobre acessibilidade por transportes

Beatriz de Castro Santos

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Eveline Berg Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Manuela Caixeiro Albuquerque

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Pedro Henrique Guarnieri da Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Carla Conceição Lana Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Luciana Bittencourt Villela

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Palavras-chave: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA); turismo científico; Juiz de Fora (MG); acessibilidade por transportes; desenvolvimento sustentável.

O Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) em Juiz de Fora - Minas Gerais (MG) atualmente possui três unidades abertas à visitação pública, a saber: (1) Centro de Ciências no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), (2) Casa Sede do Jardim Botânico da UFJF e (3) Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF, no Centro da cidade. A busca por acessibilidade por transportes a atrações e destinos turísticos dialoga com o desenvolvimento de maneira sustentada, notadamente, as mobilidades urbana e regional. Por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), apresentam metas que refletem isto (Nações Unidas no Brasil, 2015).

Observa-se que através do cumprimento dessas metas, pode-se alcançar políticas de incentivo ao transporte coletivo e ampliar a integração dos diferentes modos de transporte, tornando atrativos e destinos turísticos (do Turismo Científico - TC) mais acessíveis também.

O problema posto aqui, a partir de uma atividade de curricularização da extensão universitária e que dialoga com a pesquisa, é: Considerando o desenvolvimento sustentável no contexto das possibilidades do TC em Juiz de Fora (MG) - e, em específico, o espaço do MAEA localizado no Jardim Botânico - como ocorre a acessibilidade por transportes rodoviário e aéreo? Logo, o objetivo geral é: identificar estratégias para o desenvolvimento do TC em Juiz de Fora (MG) a partir das noções de sustentabilidade imbricadas à acessibilidade por transportes ao MAEA - espaço Jardim Botânico. Os específicos são: (a) analisar o TC na perspectiva do desenvolvimento sustentável; (b) identificar aspectos relativos à acessibilidade por transportes. A pesquisa é de cunho exploratório, descritivo e qualitativo.

Em termos teóricos conceituais, o TC se apresenta como uma segmentação do Turismo Cultural e atende um público-alvo que busca vivenciar a experiência de adquirir conhecimentos específicos sobre temas determinados, *in loco*. Nesse sentido, esse segmento se apresenta como contraponto ao turismo de massa, alinhando-se ao turismo alternativo com desdobramento na valorização da sustentabilidade, visto que é uma atividade focada no desenvolvimento que implica refletir sobre envolvimento local (Conti; Elicher; Lavandoski, 2021).

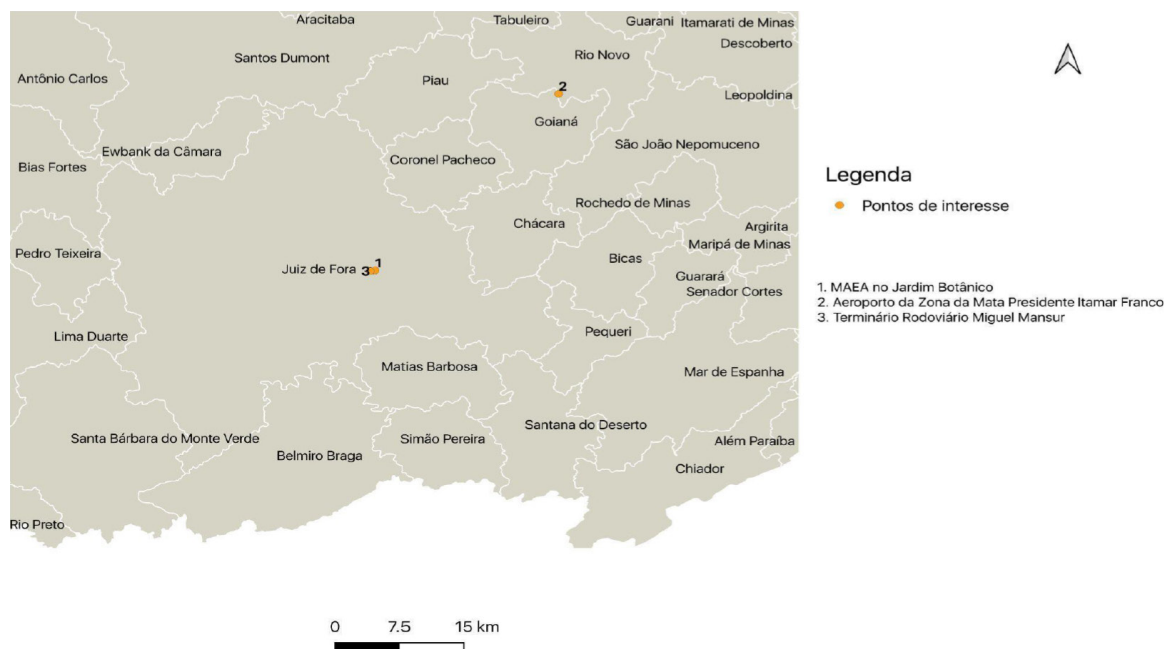
Segundo Pine II e Gilmore (2002 *apud* Lohmann; Panosso, 2012, p. 170), a busca por vivenciar momentos únicos e "experiências memoráveis" em atividades como lazer, entretenimento ou turismo, elevou a sociedade hodierna ao *status* de "sociedade da experiência" (Lohmann; Panosso, 2012, p. 70). Nesse contexto, o TC é aquele que: "proporciona o desenvolvimento de experiências imersivas, o aumento dos intercâmbios culturais, a promoção de práticas ecológicas, a valorização do território e uma investigação existencial e vivencial que proporciona novos sentidos à viagem" (Corneloup, 2009 *apud* Conti; Elicher; Lavandoski, 2021, p. 4). Contudo, para ser sustentável é necessário que a acessibilidade por transportes também contribua para a distribuição geográfica da demanda turística de maneira sustentável.

Sobre acessibilidade por transportes, observa-se que o modo rodoviário é o mais flexível permitindo acesso porta-a-porta, então em termos de intermodalidade, há uma dependência dos outros modos por este. O modo aéreo é aquele que permite maior rapidez nas ligações em redes de transportes, permitindo um diálogo entre o local e o global (Palhares, 2002). Contudo, em termos de desenvolvimento sustentável, é relevante considerar que ambos precisam mudar a matriz energética para fontes menos poluentes, sendo este um desafio relacionado com os ODSs.

Em termos de caracterização do objeto de estudo, tem-se que o MAEA teve na coleção arqueológica e antropológica do professor do Departamento de História da UFJF, Franz Joseph Hochleitner, a sua constituição em 1987. Ressalta-se que foi ampliado na década de 1990, com objetos pertencentes a grupos indígenas brasileiros, notadamente da etnia Maxakali. Já em 2017, no Centro de Ciências da UFJF foi inaugurada a Sala de Arqueoastronomia, numa homenagem ao pesquisador e fundador do MAEA (UFJF, 2023a). A casa sede no Jardim Botânico abriga: "[...] exposição permanente de pinturas sobre aves da Mata do Krambeck, linha do tempo sobre

a história do Jardim Botânico e mostra temporárias [...]” (UFJF, 2023b). A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico e visitas *in loco*:

Figura 1 – Acessibilidade por transportes (MAEA – Jardim Botânico)



Fonte: Elaboração própria utilizando *software* QGIS e dados do IBGE (2022)

Observa-se que o terminal rodoviário recebe média diária entre 4.500 e 5.000 pessoas que embarcam e desembarcam na cidade (Prefeitura de Juiz de Fora, 2021). Por sua vez, o aeroporto regional registrou 31.567 viajantes entre embarques e desembarques no ano de 2022 (CAZM, 2023). A proximidade do terminal rodoviário com o MAEA do Jardim Botânico, incluindo a existência de linha de transporte público intermunicipal do aeroporto regional até o terminal rodoviário juiz-forano, contribui para a acessibilidade por transportes a este espaço do MAEA. Portanto, uma estratégia deve ser a captação e gerenciamento do fluxo de visitantes, incluindo turistas nacionais e internacionais que chegam por esses terminais. Em especial, a divulgação do MAEA enquanto objeto do TC nos terminais poderia ser o primeiro passo para um roteiro desse segmento em Juiz de Fora.

Os estudos sobre o TC e em específico relativo à acessibilidade por transportes ao MAEA retrataram a relevância da ligação favorável que deve existir entre desenvolvimento sustentável, mobilidade urbana e regional e as experiências turísticas (v. Figura 1). Futuros estudos podem ampliar a discussão sobre acessibilidade de pessoas com deficiência (PcD) e também para pessoas com mobilidade reduzida nesse contexto.

Referências bibliográficas

- CAZM. Aeroporto da Zona da Mata tem aumento de 218% na movimentação de passageiros durante primeiro semestre. **Concessionária do Aeroporto Regional da Zona da Mata**, Goianá, 19 jul. 2023. Disponível em: <http://www.zonadamata-aero.com.br/2023/07/19/aeroporto-da-zona-da-mata-tem-aumento-de-218-na-movimentacao-de-passageiros-durante-primeiro-semester/>. Acesso em: 21 out. 2023.
- CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, e-1981, maio/ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2022. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/12T6oSNpyIrmOsFNxgRxu2LwRCN9TGmGA/edit?usp=drivesdk&ouid=113908309419441715016&rtpof=true&sd=true&disco=AAAave-PD0>. Acesso em: 20 out. 2023.
- LOHMANN, G.; PANOSSO, A. N. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2012.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **As Nações Unidas no Brasil**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 out. 2023.
- PALHARES, G. L. **Transportes Turísticos**. São Paulo: Aleph, 2002.
- PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Prefeitura lança nova licitação do Terminal Rodoviário Miguel Mansur. **Portal de notícias da Prefeitura de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 8 dez. 2021, 17:41. Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=73439>. Acesso em: 21 out. 2023.
- UFJF. Pró-Reitoria de Cultura. **Museu de Arqueologia e Etnologia Americana**. Juiz de fora, 2023a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/procult/orgaos-executores/museu-de-arqueologia-e-etnologia-americana>. Acesso em: 14 out. 2023.
- UFJF. Jardim Botânico UFJF. **Informações gerais**. Juiz de fora, 2023b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/jardimbotanico/visitacao/informacoes-gerais/>. Acesso em: 27 out. 2023.



Geodiversidade, Geoparques e Turismo



Geomorfologia, Geodiversidade, Geoturismo e Interpretação Ambiental no Parque Nacional da Serra da Canastra/MG

Marcelo Eduardo Dantas

Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM)

Patrícia Mara Lage Simões

Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM)

Marcely Ferreira Machado

Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM)

Natália Dias Lopes

Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM)

Maria Adelaide Mansini Maia

Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM)

Palavras-chave: geomorfologia; geodiversidade; geoturismo; Serra da Canastra.

O emprego do método de Interpretação Ambiental, tal como sistematicamente adotado pelo ICM-BIO em Unidades de Conservação sob sua supervisão, é de grande relevância para difundir o conhecimento científico para a Sociedade, de forma lúdica e atrativa por meio de uma linguagem acessível ao grande público (Moreira, 2014), dentre outros.

Todavia, os trabalhos de Interpretação Ambiental conduzidos pelo ICM-BIO priorizam a divulgação do conhecimento científico relacionado com as paisagens naturais, com ênfase ao estudo da biota (fauna e flora) em uma abordagem ecossistêmica. A incorporação do meio físico nas atividades de Interpretação Ambiental, agora numa genuína abordagem geoecossistêmica (Coelho Netto, 1992) como os gerados pelos Levantamentos da Geodiversidade executados pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) (Dantas *et al.*, 2015; Silva, 2008), tende a potencializar ainda mais este valioso método de divulgação do conhecimento científico.

Deste modo, Biodiversidade e Geodiversidade são, inequivocamente, elementos simbióticos. A Geodiversidade é o sustentáculo no qual se desenvolve a Biota e, a partir de uma

análise concatenada entre Geodiversidade e Biodiversidade, é possível proceder a uma avaliação criteriosa sobre os diversos Serviços Ecossistêmicos que o Meio Natural fornece para a Sociedade (Gray; Gordon; Brown, 2013). Esta é a forma mais eficaz de incutir à Sociedade a importância da preservação ambiental e da conservação dos diversos ecossistemas... ou geoecossistemas.

Neste contexto, o Geoturismo representa uma nova base teórico-conceitual para elaboração de trabalhos de Interpretação Ambiental aplicada à divulgação do conhecimento geocientífico. Em síntese, o Geoturismo é uma categoria específica de atividade turística, com enfoque científico, que enfatiza a divulgação dos aspectos geocientíficos de uma determinada paisagem, em especial, os aspectos geológicos e geomorfológicos. Nesta abordagem são elencadas noções de educação ambiental e de risco geológico. A difusão da prática do Geoturismo consiste numa eficiente ferramenta de disseminação do conhecimento geocientífico e promoção da Geoconservação de territórios estratégicos como Parques Nacionais ou Geoparques, com desenvolvimento local sustentável nas regiões de entorno (Hose, 2006; Moreira, 2014; Nascimento; Mansur; Moreira, 2015).

Assim sendo, foi estabelecida uma parceria estratégica entre o SGB/CPRM e o ICM-BIO, por intermédio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o intuito de desenvolver uma proposta de interpretação ambiental com ênfase nas Geociências a ser aplicada no Parque Nacional da Serra da Canastra.

De forma sintética, a Serra da Canastra consiste de um conjunto de planaltos alçados em posição de superfícies cimeiras com relevo de extensos topos planos atingindo cotas elevadas, entre 1.300 e 1.500 metros, sustentado por quartzitos dos Grupos Araxá e Canastra. A partir desta caracterização geológico-geomorfológica, destaca-se que a Serra da Canastra constitui um típico planalto residual elevado do Sudeste Brasileiro e também um importante divisor de águas entre as duas importantes bacias hidrográficas brasileiras: as bacias dos rios São Francisco e Grande-Paraná.

A Serra da Canastra apresenta considerável patrimônio geológico demonstrado por diversos Geossítios já estudados (Ribeiro *et al.*, no prelo) e uma notável interação entre Geodiversidade e Biodiversidade observada em seus inconfundíveis paredões de quartzito, em seus vales aprofundados com florestas-galeria e em suas cimeiras de topos planos e elevados, com solos arenosos e pouco profundos revestidos de campos-cerrados. Esta unidade geomorfológica se destaca como o relevo mais elevado e proeminente num raio de centenas de quilômetros no sudoeste do estado de Minas Gerais. Apresenta-se rodeada por um típico relevo de colinas e morros baixos nas superfícies interplanálticas circunjacentes, rebaixadas em cotas que variam entre 700 e 900 metros de altitude.

Destaca-se, nesse contexto, a porção oriental do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC), denominado de Chapadão do Diamante (Figura 1). O Chapadão do Diamante representa a morfologia mais bela e conspícua da Serra da Canastra, apresentando paredões rochosos

bem delineados, uma superfície cimeira bastante conservada e a monumental Cachoeira da Casca D'Anta (Figura 2), sendo considerada por Nazar e Rodrigues (2019) um monumento geomorfológico.

Grande parte do território da Canastra é constituído, predominantemente, por rochas metassedimentares de baixo grau metamórfico (quartzitos, xistos e filitos dos Grupos Araxá e Canastra), pertencentes à Faixa de Dobramento Brasília – Província Tocantins (Ribeiro *et al.*, no prelo). Tais terrenos associam-se a extensas áreas planálticas, intercaladas com alinhamentos serranos, vales intermontanos e superfícies interplanálticas.

Entre os dois chapadões, desenvolve-se um extenso e retilíneo vale intermontano, de marcante direção estrutural WNW-ESE, localmente conhecido como Vão dos Cândidos. Deste modo, o Vão dos Cândidos (Figura 3) tem uma importância ímpar na elucidação da evolução geomorfológica da Serra da Canastra, pois cinde a superfície cimeira em dois segmentos: o Chapadão da Canastra, que apresenta uma superfície planáltica mais conservada; e o Chapadão da Babilônia, este apresentando uma superfície planáltica mais dissecada e fragmentada.

Destaca-se, por fim, o relevo de colinas amplas e suaves modeladas em xistos do Grupo Araxá. Tais colinas estão posicionadas entre as represas do rio Grande e o Chapadão da Babilônia em cotas que variam entre 650 e 850 metros de altitude, onde estão situados os sítios urbanos de São João Batista do Glória e Delfinópolis (Figura 4).

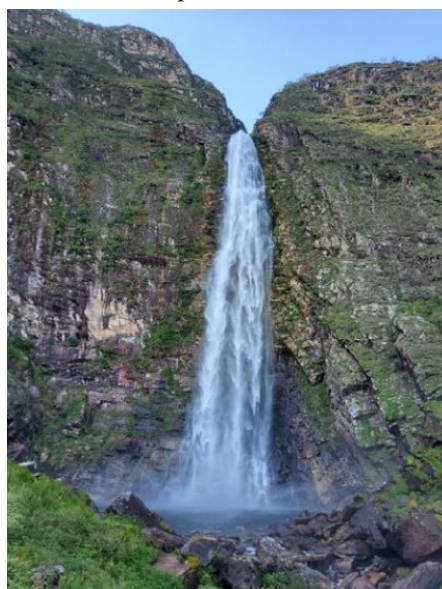
A partir de todo esse conhecimento gerado sobre a compartimentação geológico-geomorfológica da Serra da Canastra, foi realizado o trabalho de interpretação ambiental com foco na transposição didática do conteúdo geocientífico para ser aplicado junto à comunidade local que movimenta a “indústria do turismo” na região, com especial atenção para os Guias de Turismo e os Condutores de Trilhas. Localidades de grande visitação turística como o Chapadão do Diamante; a Cachoeira Casca D'Anta (partes alta e baixa); Mirante da Fazenda Zagaia; Garagem de Pedra e Nascente Histórica do rio São Francisco foram locais onde foram realizados os exercícios de Interpretação Ambiental.

Figura 1 – Visão panorâmica do Chapadão da Canastra, visto do alto do morro do Carvão.



Fonte: Lígia Ribeiro.

Figura 2 – Monumental Cachoeira Casca D’Anta, com mais de 200 metros de desnivelamento que se precipita do alto do Chapadão da Canastra em meio a vertiginosos paredões de quartzito.



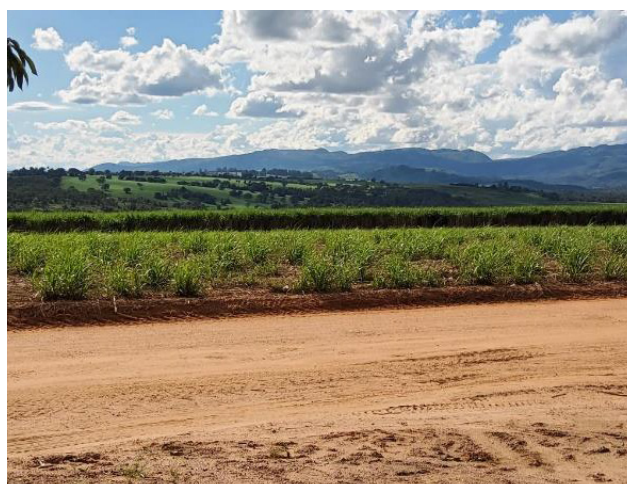
Fonte: Marcelly Machado.

Figura 3 – Mirante da Fazenda Zagaia. Vale estrutural do córrego do Coelho seccionando a superfície cimeira da Serra da Canastra.



Fonte: Patrícia Simões.

Figura 4 – Domínio de colinas muito amplas e suaves do vale do rio Grande, ao sul do Chapadão da Babilônia.



Fonte: Marcelo Dantas.

Referências bibliográficas

COELHO NETTO, A. L. O geoecossistema da Floresta da Tijuca. *In*: ABREU M. A. (org.). **História e Natureza na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio, 1992. cap. 3, p. 104-142. (Coleção Biblioteca Carioca).

DANTAS, M. E.; ARMESTO, R. C. G.; SILVA, C. R. da; SHINZATO, E. Geodiversidade e análise da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica. **Terra e Didática**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 4-13, jan./abr. 2015.

DANTAS, M. E.; LACERDA, A.; MAIA, M. A. M. (org.). **Guia de procedimentos técnicos do Departamento de Gestão Territorial**. Rio de Janeiro: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2023. 37p. (Cartas de padrão de relevo multiescala, v. 7).

GRAY, M.; GORDON, J. E.; BROWN, E. J. Geodiversity and the ecosystem approach: the contribution of geoscience in delivering integrated environmental management. **Proceedings of the Geologists Association**, London, v. 124, n. 4, p. 659-673, jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pgeola.2013.01.003>.

HOSE, T. A. Geotourism and Interpretation. In: DOWLING, R.; NEWSOME, D. (org.). **Geotourism**. Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann, 2006. cap. 12, p. 221-241.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e Interpretação Ambiental**. Ponta Grossa: UEPG, 2014, 157p.

NASCIMENTO, M. A. L.; MANSUR, K. L.; MOREIRA, J. C. Bases conceituais para entender Geodiversidade, Patrimônio Geológico, Geoconservação e Geoturismo. **Revista Equador**, Teresina, v. 4, n. 3, ed. especial 2, XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, p. 48-68, ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.26694/equador.v4i03.3643>.

NAZAR, T. I. S. M.; RODRIGUES, S. C. Relevo do Chapadão do Diamante, Serra da Canastra/MG, Brasil: compartimentação e análise a partir dos aspectos geomorfométricos. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 69-88, jan./mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20502/rbg.v20i1.1300>.

RIBEIRO, L. M. A. L.; MONTANDON, L. F.; KUHLMANN, L. G.; VASCONCELOS, C.; DANTAS, M. E. **Fomento ao Geoturismo no Parque Nacional da Serra da Canastra (MG): Inventário dos Geossítios e Sítios da Geodiversidade**. [S. l.]: [S. d.], No prelo.

SILVA, C. R. (ed.). **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. 1. ed. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 264p.

Turismo científico em trilhas: olhares sobre a geodiversidade na Travessia Petrópolis – Teresópolis (Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Rio de Janeiro, Brasil)

Fernando Amaro Pessoa

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ-Petrópolis)
fernando.pessoa@cefet-rj.br

Bruno César dos Santos

Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis

Bruno Batista de Negreiros

Gear Tips Outdoor

Palavras-chave: geoturismo; montanhismo; unidades de conservação.

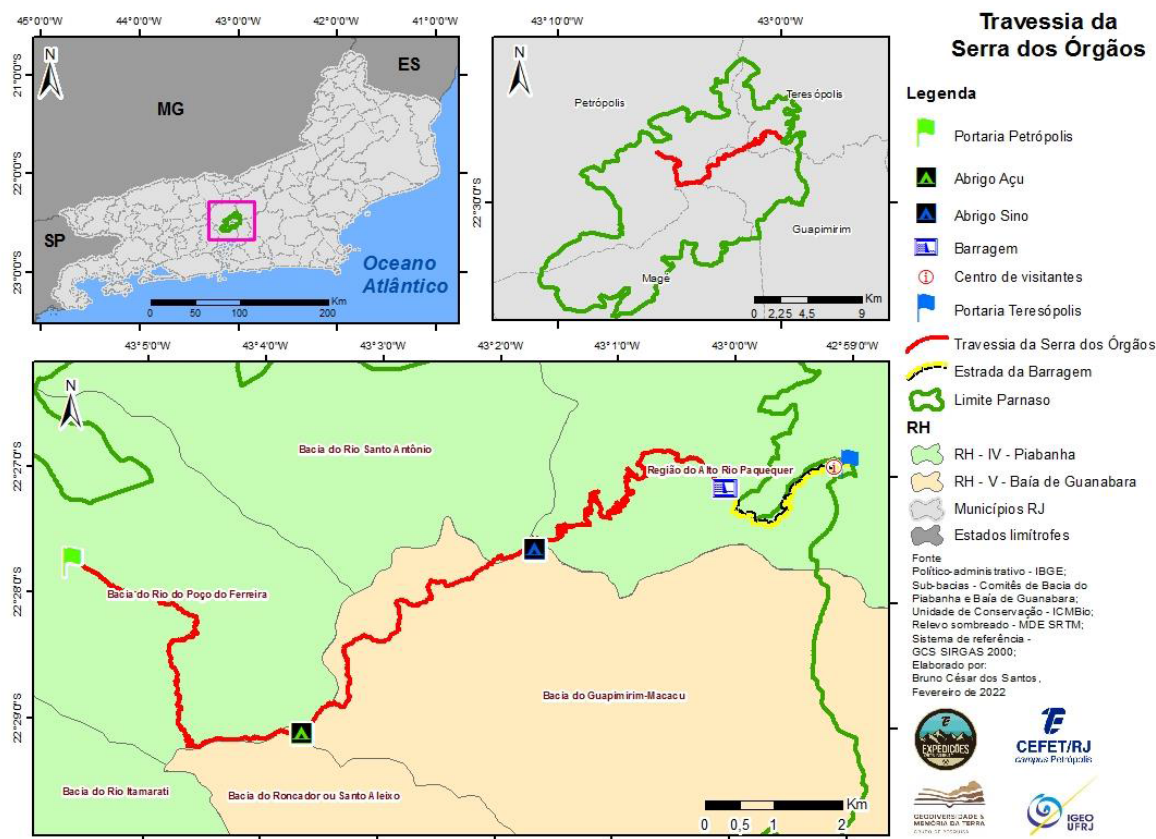
O turismo científico destaca-se como uma atividade baseada em conhecimento e possui potencial em trilhas e unidades de conservação. Porém, é possível observar a existência de uma grande quantidade de pesquisas em unidades de conservação que possuem dificuldade na divulgação dos seus resultados e na comunicação com o público em geral. Esta situação é observada no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), um dos parques mais pesquisados e visitados do Brasil, com uma demanda urgente de comunicar com os seus visitantes as importantes pesquisas ali realizadas.

As trilhas representam importante instrumento de uso público em áreas protegidas, áreas de excelência para atividades de turismo científico a partir da diversidade de temas que podem ser trabalhados, a exemplo de informações que levem em consideração a toponímia (nomes geográficos) de seus cumes e rios (Santos; Pessoa, 2021), o patrimônio geomorfológico (Pessoa *et al.*, 2022) ou como estratégias de análise ambiental e gestão do território (Botelho; Rodrigues; Negreiros, 2022).

Com base no exposto, o presente resumo apresenta experiências de turismo científico desenvolvidas a partir de olhares sobre a geodiversidade, representada pela variedade de rochas, minerais, formas de relevo, sedimentos, solos e hidrografia, juntamente com os processos naturais

que os formam e alteram (Gray, 2013), na trilha da Travessia Petrópolis – Teresópolis (Figura 1), representativa da diversidade socioambiental do Parnaso.

Figura 1 – Localização da Travessia da Serra dos Órgãos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Travessia Petrópolis-Teresópolis, símbolo do montanhismo nacional e conhecida internacionalmente, possui expressivo potencial de divulgação científica a partir de propostas de educação e interpretação ambiental que levem em consideração sua Geodiversidade (Figura 2). A trilha possui aproximadamente 30 quilômetros de extensão, com significativa variação de altitude (cerca de 900 metros – portarias das sedes Petrópolis e Teresópolis do Parnaso – até altitudes acima de 2.200 metros, como o Morro da Luva e a Pedra do Sino), percorrendo também os municípios de Magé e Guapimirim e é realizada, tradicionalmente, em três dias de caminhada.

Figura 2 – Paisagens no percurso da Travessia – planaltos e escarpas serranas, com seus vales e diferentes ecossistemas da Mata Atlântica, notadamente os campos de altitude.



Fonte: arquivos dos autores.

As informações científicas existentes sobre a Travessia foram organizadas em um roteiro de interpretação ambiental com o auxílio do aplicativo de navegação *Wikiloc*® (Quadro 1), resultando, assim, em um produto turístico com conhecimento científico. A estratégia utilizada destaca-se por permitir a inclusão de fotos e descrições nos pontos de interesse selecionados, possibilitar uma navegação nas informações de modo remoto ou na própria trilha, ser editável, fácil de divulgar e possível de receber comentários dos turistas que utilizam o roteiro. Até outubro de 2023, os roteiros já haviam sido visualizados 4.200 vezes e com 290 *downloads*.

Quadro 1 – Dados dos GeoRoteiros elaborados e divulgados.

 GeoRoteiros disponíveis no aplicativo de navegação Wikiloc		
TRILHA DE MONTANHA	LINK DE ACESSO	QR CODE
Travessia Petrópolis-Teresópolis / 1º dia	https://pt.wikiloc.com/trilhas-montanhismo/georoteiro-travessia-petropolis-teresopolis-1o-dia-parnaso-38281258	
Travessia Petrópolis-Teresópolis / 2º d	https://pt.wikiloc.com/trilhas-montanhismo/georoteiro-travessia-petropolis-teresopolis-2o-dia-parnaso-38305672	
Travessia Petrópolis-Teresópolis / 3º d	https://pt.wikiloc.com/trilhas-montanhismo/georoteiro-travessia-petropolis-teresopolis-3o-dia-parnaso-38314950	
Travessia da Serra dos Órgãos (percurso completo)	https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/travessia-da-serra-dos-orgaos-109532868	

Fonte: Wikiloc®; Pessoa *et al.* (2023).

Cabe destacar a importância do estabelecimento de diálogos no território ao longo da elaboração do roteiro, o que favorece uma abordagem contextualizada e que contribui na divulgação do produto. Dentre elas, citamos a participação dos autores no Conselho Consultivo do Parnaso, em eventos de montanhismo e também a contribuição do conhecimento gerado para o programa Globo Repórter sobre a Serra dos Órgãos, exibido no dia 13 de outubro de 2023 e que pode ser acessado pelo *link*: <https://globoplay.globo.com/v/12028594/>.

Referências bibliográficas

- BOTELHO, R.G. M.; RODRIGUES, P. V.; NEGREIROS, B. B. Geodiversidade e Geoturismo como estratégias de análise ambiental e gestão do território: aplicações no estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia do IBGE**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 91- 113, 2022. DOI: https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2022_n2_91-113.
- GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature**. 2. ed. Londres: John Wiley & Sons, 2023.
- PESSOA, F. A.; PEIXOTO, M. N. O.; MANSUR, K. L.; SANTOS, B. C dos. Diálogos sobre Geodiversidade, Montanhismo e Interpretação Ambiental: os caminhos da Travessia da Serra dos Órgãos (RJ). **Turismo, Sociedade & Território**, Currais Novos, RN, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revtursoter/article/view/31982>.
- PESSOA, F. A.; PEIXOTO, M. N. O.; MANSUR, K. L.; SANTOS, B. C dos. Geoturismo e patrimônio geomorfológico em trilhas: Castelos do Açú (Parque Nacional da Serra dos Órgãos). **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 106-130, maio/ago. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984724623522022106>.
- SANTOS, B. C.; PESSOA, F. A. Geodiversidade e toponímia em trilhas e bacias hidrográficas: um estudo de caso em Petrópolis, Região Serrana do RJ. **Revista Brasileira de Geografia do IBGE**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 201-214, jul./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2021_n2_201-214.

Geoparques do Rio Grande do Sul: territórios de ciência, educação e turismo

Laura Rudzewicz

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Michel Bregolin

Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Adriano Heck Simon

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Palavras-chave: geoparques; turismo científico; geoturismo; objetivos do desenvolvimento sustentável; Rio Grande do Sul.

O trabalho focaliza os geoparques enquanto territórios privilegiados para o desenvolvimento da ciência, educação e turismo, principalmente pela via do geoturismo, o qual vem sendo compreendido como a modalidade turística mais alinhada aos objetivos e valores propostos por esse tipo de reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Considera-se também o crescimento expressivo na quantidade de geoparques reconhecidos no Brasil e no exterior para justificar a necessidade de maior atenção dos estudiosos da área do Turismo (Silva *et al.*, 2021). Diante desse contexto busca-se refletir as vinculações entre o geoturismo e o turismo científico (TC) enquanto estratégia de desenvolvimento turístico sustentável estreitamente relacionada com a ciência.

O objetivo deste estudo é analisar os geoparques enquanto territórios de ciência e educação, e as possibilidades para o desenvolvimento do geoturismo como estratégia de TC. Em seguida, identificar áreas e ênfases de pesquisa no âmbito dos geoparques do Rio Grande do Sul (RS). Parte-se da apresentação do conceito e dos valores dos geoparques, quanto a aproximação ciência, educação e turismo, para em seguida abordar as relações entre TC e geoturismo. Após, identificam-se as possíveis áreas e ênfases dessas aproximações nos geoparques do RS, a partir da análise documental (dossiês de candidaturas UNESCO e sites) referente aos três Geoparques Mundiais Unesco e um projeto de geoparque (Borba *et al.*, 2022; Figueiró *et al.*, 2022; Geoparque Caminhos..., 2019; UFPel, 2023).

A crescente visibilidade internacional dos temas geoparque e geoturismo vem ocorrendo desde meados da década de 1990, ampliando-se depois de 2015, com a oficialização do título Geoparques Mundiais da Unesco (*UGGp - UNESCO Global Geoparks*) (Beil, 2020). Essa rede atualmente é composta por 195 UGGp, localizados em 48 países, incluindo o Brasil, o qual dispõe de cinco geoparques, três deles situados no estado do RS (Unesco, 2023).

Definidos pela Unesco (2015, p. 8) como “áreas geográficas únicas e unificadas, onde sítios e paisagens de relevância geológica internacional são administrados com base em um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável”, os geoparques são uma certificação concedida por essa entidade aos territórios voltados à proteção do patrimônio geológico de valor internacional, conjugando outros aspectos do patrimônio natural e cultural.

Desde o início, os geoparques adotam uma abordagem *bottom-up*, visando combinar conservação do patrimônio e desenvolvimento sustentável (Unesco, 2015). Isso requer o envolvimento e a participação ativa das comunidades locais tendo por foco o desenvolvimento e a gestão territorial sustentável (Rosado-González *et al.*, 2023).

Os geoparques têm se destacado como uma ferramenta para o alcance da Agenda 2030 (Beil, 2020; Brasil, 2022b), ratificada em 2015 pelos países-membros da ONU, a qual é estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por serem territórios de excelência para a educação e a ciência, funcionam como salas de aula ao ar livre e incubadoras de estilos de vida sustentáveis, demonstrando forte vinculação com o “ODS 4 - Educação de Qualidade” (Silva; Sá, 2018, p. 101): “[...] *recognising that UGGp are mainly territories of science, the work done among the local communities and focusing in the bottom-up approach, education is the key to promote and consolidate the definition of these territories*”.

Associado a educação e a conservação, o turismo sustentável é um dos focos da atuação dos UGGp (UGG, 2023). Eles são promovidos como destinos turísticos internacionais, trazendo visibilidade para os territórios, promovendo a inclusão e a sustentabilidade, e fomentando a cadeia econômica e social associada ao turismo (Brasil, 2022b).

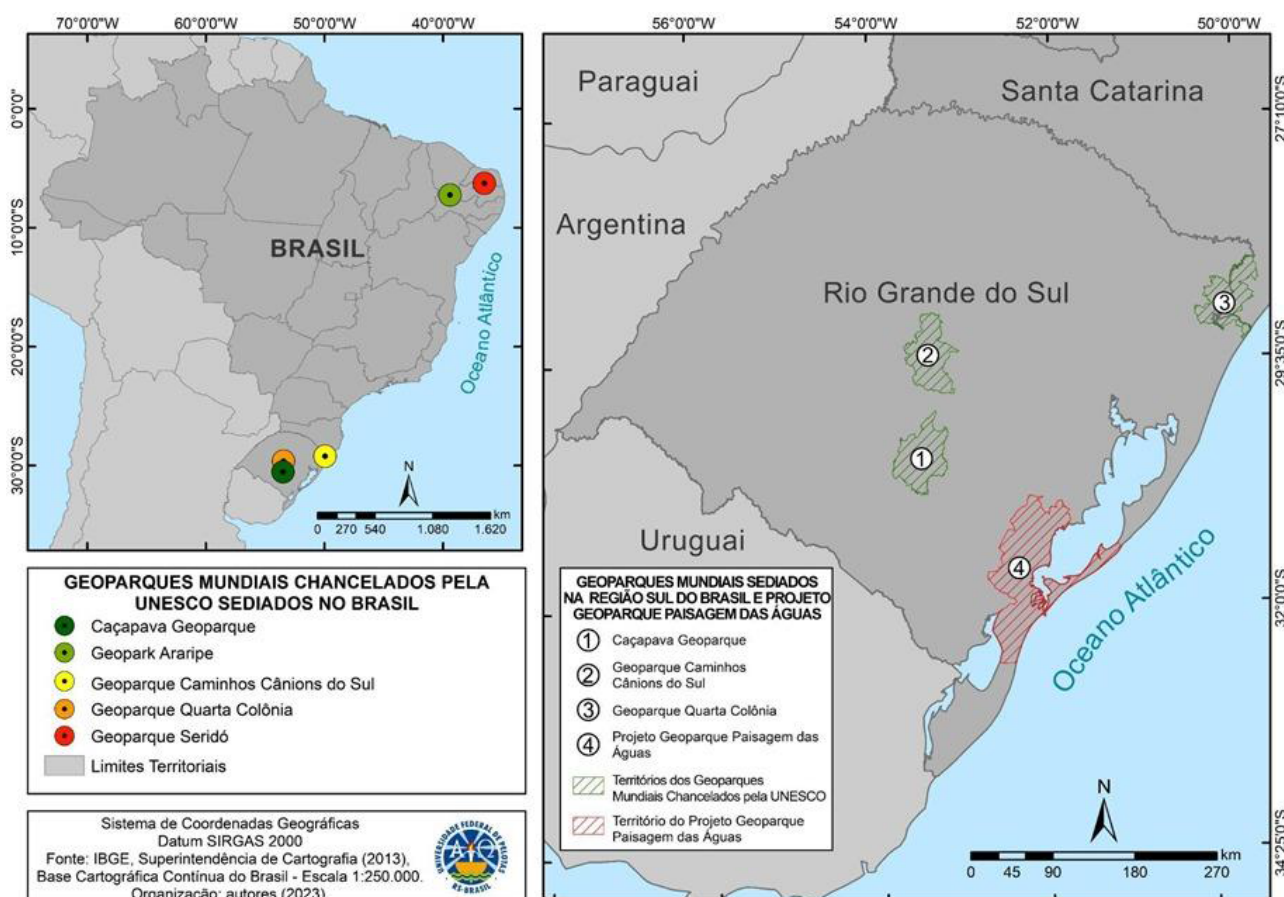
Mas é na relação com a educação e a ciência - nesse caso, em especial, a Geografia e a Geologia – que se visualiza campo profícuo para o aprofundamento teórico e prático do TC, principalmente nos geoparques. Posicionando-se como uma ponte entre o mundo das ciências e o do turismo, o TC é “*una actividad donde visitantes participan de la generación y difusión de conocimientos científicos, llevados por centros de investigación y desarrollo*” (*International Scientific Tourism Network*, 2023). Se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo que visa reforçar o valor científico dos territórios, integrando pesquisadores, atores locais e visitantes na criação de novas dinâmicas relevantes para as comunidades e seus processos de desenvolvimento sociocultural e econômico (ISTN, 2023).

Nesse contexto, surge o geoturismo, difundido internacionalmente pelos UGGp (Declaração de Arouca, 2011) como “o turismo que sustenta e valoriza a identidade de um território, tendo

em consideração a sua geologia, ambiente, cultura, estética, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes.”. Com isso, se tornando linha de estudos em ascensão no âmbito do TC, despertando um interesse mundial crescente e se destacando como segmento turístico ou estratégia inovadora de desenvolvimento sustentável que alia visitação e ciência (Conti; Elicher; Lavandoski, 2021; Elicher *et al.*, 2021). Bregolin e Rudzewicz (2023) apontam para a existência de convergências relevantes entre o TC, o geoturismo e os geoparques, com o geoturismo sendo compreendido como uma sub-forma de TC cuja experiência de viagem   construída sobre as bases de conhecimentos científicos que traduzem a história da Terra para os visitantes.

A figura 1 sinaliza a relevante representatividade dos UGGp do estado do RS, que det m tr s dos cinco geoparques do Brasil: UGGp Caminhos dos Cânions do Sul (entre RS e SC), Caçapava e Quarta Colônia; e ainda, o Projeto Geoparque Paisagem das  guas (UFPeI, 2023).

Figura 1 – Localização dos UGGp do Brasil e dos quatro casos estudados no Rio Grande do Sul.



Fonte: Acervo Projeto Geoparque Paisagem das  guas (2023).

O quadro 1 apresenta a síntese dos resultados no que se refere a participação das IES e tipo de geopatrimônio destacado em cada caso (Brasil, 2021, p. 16), bem como as áreas ou ênfases de pesquisa e a  o de destaque na aproximação ciência, educação e turismo.

Quadro 1 – Síntese dos resultados nos três UGGp e um projeto de Geoparque do RS.

Geoparque	Ano do título da Unesco	Principais IES envolvidas	Tipo de geopatrimônio destacado	Áreas/ênfase de Pesquisa	Ação de destaque na aproximação ciência, educação e turismo
Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul	2022	UNESC UNC UDESC IFC	Estrutural Geomorfológico	Geologia Geografia Gestão Ambiental Turismo	Interpretação ambiental com conteúdo geocientífico no PARNA Aparados da Serra
Caçapava Geoparque	2023	UFSM UNIPAMPA	Estratigráfico Estrutural Geomorfológico	Geologia Geografia Turismo	Geodia
Geoparque Quarta Colônia	2023	UFSM AMF IFAR	Paleontológico Geomorfológico	Paleontologia Etnobiologia Geografia Patrimônio cultural Turismo	Centro Interpretativo / CAPPa – Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica
Projeto Geoparque Paisagem das Águas	-	UFPeI	Hidrológico Geomorfológico	Geografia Geologia Gestão Ambiental Turismo	Votação da paisagem de águas favorita / Geoparque na Rua!

Fonte: Elaboração dos Autores (2023).

Destaca-se que o processo de reconhecimento das UGGp do RS é bastante recente (2022-2023), e que na maioria dos casos - UGGps Caçapava e Quarta Colônia e Projeto Geoparque Paisagem das Águas - há forte vinculação de IES como instituições propositoras, transformando os geoparques em programas institucionais oficiais, o que os tornam espaços privilegiados para ações e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Isso coincide com as recomendações de que sejam territórios para celebrar parcerias com instituições de ensino e de pesquisa, nacionais e internacionais, tratando de “[...] promover um conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito do território do geoparque, que envolvam, no mínimo, 1 (um) dos ODS, visando atingir os compromissos e metas da Agenda 2030 no Brasil [...]” (Brasil, 2022a, p. 66). Dessa forma, são territórios de expressividade no avanço da educação e da ciência, onde as IES desempenham um papel ativo, alavancando o processo de gestão territorial, comprometendo-se especialmente com o ODS 4 (Silva; Sá, 2018).

Os quatro territórios demonstram a existência de uma diversidade geopatrimonial no estado do RS, e a partir dessas características é possível verificar a mobilização de distintas áreas do conhecimento e ênfases de pesquisa. Esses resultados trazem apontamentos importantes no que se refere ao potencial de ativação geoturística de cada território, a partir da perspectiva do TC, enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável que visa reforçar o valor científico dos

territórios pela via do turismo (ISTN, 2023). Esse conjunto pode ainda ensinar o desenvolvimento de uma política pública de TC orientada à valorização da geodiversidade do RS, tendo os geoparques como espaços de experimentação dessas práticas.

As quatro ações destacadas - Interpretação ambiental com conteúdo geocientífico; Geodia; Centro Interpretativo; e Votação da paisagem de águas favorita/Geoparque na Rua! – refletem atividades socioculturais, lúdicas e/ou ferramentas de interpretação ambiental, que partem das áreas e ênfases científicas predominantes em cada território, para impulsionar a integração entre os pesquisadores das IES, os atores locais e os visitantes, oferecendo oportunidades para que todos se sintam protagonistas do território do geoparque. Dessa forma, o geoturismo, desenvolvido sob as bases do TC, demonstra que a aproximação entre a ciência, a educação e o turismo pode contribuir para a valorização da identidade de cada território, fazendo surgir novas dinâmicas relevantes para as comunidades locais em seus processos de desenvolvimento socioeconômico, mas também oportunizando ao estado do RS um posicionamento diferenciado enquanto destino turístico baseado em conhecimento.

Em síntese, os geoparques do RS apresentam diferentes arranjos entre as estratégias educativas e a forma como mobilizam os diferentes conteúdos (geo)científicos, tratando de valorizar e promover as características únicas do geopatrimônio e sua vinculação com o patrimônio natural e cultural em cada território. A obtenção do título da UNESCO oferece visibilidade internacional, oportunizando a constituição de novas dinâmicas turísticas concebidas sob as premissas do TC, onde tem destaque o geoturismo. Sendo espaços privilegiados de ciência e educação, com forte atuação das IES, os geoparques podem ser também espaços de experimentação enquanto destinos turísticos para a aproximação do Turismo com as Geociências como um potencial dinamizador do desenvolvimento territorial.

Referências bibliográficas

BEIL, I. M. Proteção da natureza e do patrimônio: uma análise sobre o conceito de geoparque. **Paper do NAEA**, Belém, v. 1, n. 3, edição/série 512, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v1i3.10442>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/10442>. Acesso em: 20 out. 2023.

BORBA, A. W. *et al.* **Caçapava Aspiring Geopark**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2022. 82 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25160>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Documento Técnico – Produto 1 - Geoparques**: contexto, origem e perspectivas no Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2021. 65 p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/manual-de-desenvolvimento-de-projetos-turisticos-de-geoparques/DocumentoTcnico1SEMLOGOMTUR.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Documento Técnico – Produto 2 – Geoparques**: Diretrizes para o desenvolvimento dos pilares estruturantes dos geoparques: Patrimônio Geológico, Gestão, Visibilidade e Trabalho em Rede. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022a. 118 p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/manual-de-desenvolvimento-de-projetos-turisticos-de-geoparques/DocumentoTcnico2SEMLOGOMTUR.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022b. 200 p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/manual-de-desenvolvimento-de-projetos-turisticos-de-geoparques/ManualdeDesenvolvimentoDeProjetosTursticosdeGeoparquesnoBrasilV2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BREGOLIN, M.; RUDZEWICZ, L. Vinculando Ciência e Turismo em territórios de Geoparques: o papel das comunidades no desenvolvimento do Turismo Científico. **Physis Terrae - Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente**, Guimarães, Portugal, v. 5, n. 2-3, p. 77-99, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21814/physisterrae.5560>.

CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/kGmVjVDzQGxgrqhKBqzX44v/?lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2023.

DECLARAÇÃO DE AROUCA. Congresso Internacional de Geoturismo: “Geotourism in action - Arouca 2011”. Arouca, 12 nov. 2011. Disponível em: http://www.aroucageopark.pt/documents/75/Declaracao_Arouca_PT.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

ELICHER, M. J. *et al.* Análise da produção científica Iberoamericana sobre Geoturismo e sua relação com o turismo científico. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, Portugal, v. 36, n. 2, p. 491-503, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v36i2.9265>. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/9265>. Acesso em: 5 out. 2023.

FIGUEIRÓ, A. S. *et al.* **Quarta Colônia Aspiring Geopark**: Territory and Heritage. 1 ed. Santa Maria, RS: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2022. 120 p. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/biblioteca/dossie>. Acesso em: 13 out. 2023.

GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL. Application Dossier for Unesco Global Geoparks. Brazil, Nov. 2019. 50 p. Disponível em: <https://canionsdosul.org/wp-content/uploads/arquivos/CCSAG%20.%20Application%20Dossier.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

INTERNATIONAL SCIENTIFIC TOURISM NETWORK (ISTN). **¿Qué es el turismo científico?** 2023. Disponível em: <https://scientific-tourism.org/turismo-cientifico>. Acesso em: 10 out. 2023.

ROSADO-GONZÁLEZ, E. M. *et al.* Collaborative mapping on sustainable development goals in Latin America UNESCO global geoparks: A methodological discussion. **International Journal of Geoheritage and Parks**, v. 11, n. 2, p. 203-220, June 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijgeop.2023.02.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2577444123000151>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, E.; SÁ, A. A. Educational challenges in the Portuguese UNESCO Global Geoparks: Contributing for the implementation of the SDG 4. **International Journal of Geoheritage and Parks**, v. 6, n. 1, p. 95-106, June 2018. DOI: <https://doi.org/10.17149/ijg.j.issn.2210.3382.2018.01.007>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2577444119300073>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, G. B. da. *et al.* Potencialidades do geoturismo para a criação de uma nova segmentação turística no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v32i1p1-18>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/178034>. Acesso em: 10 out. 2023.

UNESCO. **Estatutos del Programa Internacional de Ciencias de la Tierra y Geoparques**. 2015. 16 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260675_spa. Acesso em: 10 out. 2023.

UNESCO. **International Geoscience and Geoparks Programme. List of Unesco Global Geoparks and Regional Networks**. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/igpp/geoparks#full-list-of-unesco-global-geoparks>. Acesso em: 10 out. 2023.

UNESCO Global Geoparks (UGG). **Global Geoparks Network 2023/2024. Top 16 Focus Areas**. 2023. 2 p. Disponível em: https://globalgeoparksnetwork.org/?page_id=3115. Acesso em: 20 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel). Projeto Geoparque Paisagem das Águas. **Portal Institucional UFPel**, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u6720>. Acesso em: 9 ago. 2023.

História, Cultura, Patrimônio e Turismo



Patrimônio Cultural e Memória: o Cais do Valongo como Espaço de Rememoração e Reparação do Passado Escravista

Heoclizia Aparecida Alves de Mautas Mesquita

Mestranda em História Social da Cultura
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Juliana Borges de Souza

Doutoranda em Ciências Sociais
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Palavras-chave: memória; patrimônio; memória sensível; escravidão.

Reflexões a cerca do patrimônio cultural, memória e memorial tendo em mente uma rememoração do passado escravista, como representação de um capítulo da história que ainda não foi encerrado. Dessa forma, este artigo pretende analisar sobre o que representa o memorial Cais do Valongo como memória social do grupo a ele pertencente. Em relação à metodologia utilizamos análise documental bem como a revisão bibliográfica dos temas de memória, patrimônio e passado escravista.

Esse trabalho apresenta o Cais do Valongo como espaço de lembrança da escravização de indivíduos negros e como representação na luta contra os males desse processo violento. Geralmente quando pensamos em patrimônio, tendemos a associá-lo aos vencedores, aqueles montados em um cavalo branco, que grande parte da historiografia, olhando para o passado colonial, dizia serem os construtores da sociedade que temos hoje, esquecendo, quase sempre, que grande parte da construção contemporânea é fruto de homens e mulheres negros/as, arrancados da sua terra, da sua cultura e tratados como indivíduos inferiores e merecedores de serem escravizados. Rememorar e criar memoriais, então, pode ser uma medida eficaz para que a sociedade conheça a verdadeira história dos escravizados e os malefícios deixados pela escravidão. Os memoriais têm a habilidade de estimular a memória dos indivíduos historicamente vinculados a ele, por isso, é visto como estratégia não só de rememorar os acontecimentos, mas também como forma de promoção e preservação da cultura e da história negra. Pois, a rememoração intencional se aproxima da sociedade atual e seus valores, nesse sentido, o memorial voltado para a lembrança

do povo escravizado, é um espaço de luta contra o passado colonial. “[...] o valor de rememoração intencional não reivindica menos para o monumento, que a imortalidade, o eterno presente, a perenidade do estado original” (Riegl, 1984, p. 85).

Nesse contexto, os monumentos memoriais, são espaços com finalidade de serem lembranças, mais que isso, é uma representação de um passado a ser lembrado e compreendido, para que não seja repetido. Dentro dessa conjuntura que se situa o Cais do Valongo, o patrimônio cultural é associado ao conceito de identidade e memória, visto que o termo é compreendido como um espaço ou uma manifestação popular que representa uma importância histórica ou cultural de um povo ou uma região (Pelegrini, 2006). Nesse contexto, o patrimônio cultural ganha abrangência e visibilidade e é incluído nos regulamentos brasileiros frente à importância de situar e preservar aspectos históricos e culturais do Brasil. Essa possibilidade se dá através da memória social e histórica, e nessa conjuntura, a memória pode ser entendida como “conjunto das informações registradas” (Elliott, 2010, p. 34).

Para Le Goff (1990, p. 477), por guardar certas informações, a memória corrobora com a rememoração do passado, contribuindo para que a história seja eternizada na consciência da humanidade. Por mais que entendamos a memória como algo particular, deve ser compreendida, também, como um evento social e coletivo. “A memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Nessa formulação, os elementos constituintes da memória coletiva e individual, são acontecimentos tanto individuais quanto coletivos, vivenciados pelo grupo e integrante da relação de todos (Pollak, 1992). Para o autor, a memória é fundamental na compreensão de si e do outro e por isso mesmo, a memória é compreendida como elemento importante na construção da identidade. Sabendo que compartilhar um acontecimento é o que faz dele social, os memoriais, como meio de narrar e rememorar a história dos escravizados permite não só vivenciar a experiência, mas permite que as pessoas se façam presente pela memória, pois é pela história e pelos rituais rememorações que compartilham de uma experimentação pretérita (Koselleck, 1987).

O Cais do Valongo, memorial de rememoração do passado escravista, em 1811, foi construído pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro, o Cais do Valongo. Local de desembarque e comércio de pessoas negras escravizadas, vindas da África. Anteriormente já existia outro Cais, com a mesma finalidade, localizado na Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março. Após a proibição do tráfico transatlântico, o Valongo foi fechado. No tempo de funcionamento, desembarcaram entre 500 mil e um milhão de pessoas escravizadas (Iphan, 2017). Em 1843, o Valongo foi modificado para receber a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, vinda do reino das Duas Sicílias, noiva do futuro Imperador D. Pedro II, o que levou o Valongo a ser renomeado de Cais da Imperatriz. Por mais que a Lei Eusébio de Queirós tenha, em 1850, proibido o tráfico de pessoas negras para o Brasil, dados apontam que o país recebeu remessa de escravizados em 1872, prática que perdurou até a Lei Áurea, oficialmente Lei n.º 3.353 de 13 de

maio de 1888, que proibia a escravidão no Brasil. Com as obras urbanas da cidade em 1911, o então Cais da Imperatriz foi aterrado, mas em 2011, com as obras do Porto Maravilha, inúmeros objetos foi encontrado, botões feitos de ossos, anéis, pulseiras, restos de calçados, entre outros, que deixavam claro que a história pode ser encoberta por um tempo, mas os vestígios recria o passado (Iphan, c2023). O Valongo foi, em 1.º de março de 2017, ressignificado.

A UNESCO reconheceu o espaço de valor excepcional, uma recordação da violência contra a humanidade simbolizada na escravidão. Tornou se um espaço de rememoração, de luta e liberdade. O Valongo que passou a integrar a Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas é um reconhecimento, não só da violência sofrida pelas pessoas escravizadas, mas também um reconhecimento da contribuição cultural, social e econômico dos africanos e seus herdeiros, na construção e desenvolvimento do Brasil e do continente americano (Rios, 2021). O Cais do Valongo que é um Sítio Arqueológico histórico segue regras específicas de preservação, que busca limitar ou proibir o trânsito de pessoas pela sua importância histórica e cultural das sociedades ali existentes. Contudo, o Valongo foi em 2012, transformado, pela prefeitura do Rio, em monumento preservado e aberto à visitação pública, como sugerido pelas Organizações dos Movimentos Negros.

Nessa perspectiva, a visitação do espaço Valongo é justificada, pois, contribui para rememorar na sociedade, os acontecimentos e a violência da escravidão, que mesmo sendo finalizada em 1888, suas nuances estão presentes na contemporaneidade, em forma de preconceito racial e igualdade negada as pessoas negras. Como acentua Rios (2021), a existência material da violência da escravidão, como o Valongo, leva a rememoração do acontecimento traumático da escravização de pessoas negras, apresentando a escravidão como uma violação contra a humanidade, uma catástrofe mundial. Nesse sentido, o Cais do Valongo tem uma importância global, pois é a evidência material mais significativa, marcando a chegada de pessoas escravizadas vindas da África para o Continente Americano. O Valongo é também uma marca da herança do colonialismo, o que leva a sociedade a refletir sobre as colônias, que segundo Mbembe (2018, p. 35), “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos — a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização”. Pensar o passado colonialista olhando para a violência da escravidão, permite uma reflexão em torno da defesa do autor que enfatiza que a sociedade era marcada por hierarquias, e esse formato, de segregação e violência imposta à população negra favoreceu a legitimação do sistema capitalista atual.

Refletir sobre o Cais do Valongo e a relação de soberania e violência, como propõe Mbembe, é na atualidade, uma forma da sociedade refletir sobre o passado escravista, lutar por direitos iguais para a população negra, como forma de reparar a tragédia vivida por eles, tendo em vista que isso é um acontecimento do passado, mas que está vivo na lembrança dos seus herdeiros, e as violências simbólicas que ainda hoje se fazem presente, leva os afrodescendentes a danos psicológicos e morais.

Em relação às considerações finais refletimos que nenhum patrimônio cultural, material ou imaterial, e aí incluímos os memoriais como o Cais do Valongo, por si só, são capazes de exaurir as demandas de reparação moral e material, devidas ao povo afrodescendente. Nesse panorama, cada espaço pensado para reparação em memória dos escravizados, torna um lugar de debate pela modificação do status social dos herdeiros dos escravizados. Nesse sentido, o Cais do Valongo pode contribuir para consolidar identidade e levar a percepção do papel social de cada indivíduo. A partir do momento que se rememora o passado escravista por meio de iniciativas de reparação material e moral, inserem os escravizados como parte fundamental na construção da cultura e do país, legitima a tragédia da escravidão e criam-se meios e Leis para reparar as perdas.

Referências bibliográficas

ELLIOTT, A. G. **Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

IPHAN. **Dossiê. Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na lista do Patrimônio**. Brasília, DF., 2017. 443 p.

IPHAN. **Cais do Valongo - da Construção à Proibição do Tráfico**. Brasília, DF., c2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1645/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100007>.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, jul./dez. 1992.

RIEGL, Aloïs. **Le culte moderne des monuments. Son essence et sagenèse**. Tradução: Daniel Wiczorek. Paris: Seuil, 1984.

RIOS, Débora Anízio. Cais do Valongo: reflexões acerca da rememoração de patrimônios difíceis e o turismo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL, 3., 2021. **Textos completos [...]: experiências de gestão e educação em patrimônio**. Porto: Editora Cravo, 2021.

Ciência em movimento: uma abordagem contemporânea sobre bicicletas e ferrovias em Minas Gerais, um estudo sobre a Rota do Ferro

Luiz Saldanha

Instituto de Planejamento Estratégico de Transportes e Turismo (Planett)

Carla Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Palavras-chave: turismo científico; cicloturismo; turismo ferroviário; Minas Gerais.

Com a concessão da malha ferroviária no Brasil ocorrida a partir da década de 1990 , tendo em perspectiva a Lei nº 8.987, de 17 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões) (Iphan, c2014), observa-se que o transporte ferroviário de passageiros ficou em segundo plano. As concessionárias tem apresentado maior interesse em transporte de cargas do que de passageiros. McCants *et al.* (2016) sublinham a importância de novos usos para velhas ferroviárias, embora o livro não apresente um caso brasileiro, é nítido que no Brasil existem algumas iniciativas que mesclam dois meios de transportes quando o objetivo é o turismo, quais sejam: a ferrovia e as bicicletas.

Evidentemente que os trens turísticos é um uso mais óbvio para a relação entre turismo e ferrovia, contudo, nota-se que existem verdadeiros parques verdes, convidativos para prática de caminhadas e uso de bicicletas - exemplos, em Nova York (High Line) e em Paris (Promenade Plantée). Sobre o Brasil, Fraga e Deutsh (2020) trataram uma especificidade que o turismo bici ferroviário, ou seja aquele que acontece com adaptações de bicicletas para uso nos trilhos. Contudo, as possibilidades são vastas quando o objetivo é a sinergia entre turismo ferroviário e cicloturismo. Nesse ponto nevrálgico que reside igualmente uma oportunidade para se tratar o turismo científico, que é traduzida em formato de problema de pesquisa: Como o turismo científico pode ser uma ferramenta para que o legado ferroviário – patrimônio e memória – sejam potencializados no turismo de bicicleta que utilizam de rotas que implicam relação direta ou indireta com este, seja pelas vias férreas, museus ferroviários, estações etc. Nesse diapasão que os objetivos geral e específicos do estudo se delineiam como, geral: Analisar a ciência em movimento que implica bicicletas e ferrovias. Os objetivos específicos são: (a) Compreender a

relação entre turismo científico, turismo ferroviário e cicloturismo; (b) analisar um caso específico no Estado de Minas Gerais.

A pesquisa é exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, tendo sido realizada a partir de levantamento bibliográfico. Para o caso em si, foram levantados dados secundários e registros de campo que tornou possível evidenciar o potencial do Estado de Minas Gerais.

A aproximação entre cicloturismo e turismo ferroviário tem originado um nicho que é o turismo bici ferroviário. Fraga e Deutsch (2020, p. 438) observam que:

[...] o Turismo Bici Ferroviário enquanto nicho, ou seja, parcela dos segmentos, que o origina (Cicloturismo e o Turismo Ferroviário) [...] é focado na experiência de transportes como experiência turística [...].

As autoras caracterizam iniciativas de *Rail Bike* (no Brasil, Argentina e em Portugal), ou seja, de veículos (bicicletas ou similares) adaptados aos trilhos. Contudo, existem várias outras formas de dar novos usos a velhas ferroviárias como apontaram McCants *et al.* (2016) e é neste ponto que a aliança entre ferrovia e bicicletas pode ser retro estimulada pelo turismo científico. Compreende-se o turismo científico (TC) como aquele que: “[...] o interesse ou a necessidade de realizar estudos e pesquisas é o elemento central do TC” (Conti; Elicher; Lavandoski, 2021, p. 6). Como resultado da avaliação sobre a revisão sistemática da literatura realizada neste artigo, as autoras destacaram quatro categorias: (1) eventos e congressos científicos ou esportivos; (2) turismo de natureza, geoturismo e parques; (3) viagens científicas e educacionais; (4) desenvolvimento socioeconômico. Logo, os itinerários de visitação por bicicleta que dialogam seja com a via (trilhos), o veículo (exemplo: bicicletas sobre trilhos, conforme Fraga e Deutsch, 2020 explicaram chamar Rail Bike), a força motriz ou terminal (estação ferroviária) no Brasil é uma oportunidade de se pesquisar e aprender mais sobre o legado ferroviário. O Quadro 1 relaciona estes elementos de transporte às possibilidades de interlocução com o cicloturismo sob a perspectiva do Turismo Científico. Ressalta-se que, para cada situação, deve-se considerar a melhor adaptabilidade da infraestrutura ciclovária.

Quadro 1 – Elementos de transporte ferroviário à interface do cicloturismo

Elementos de transportes (a)	Exemplos relacionados à interface do legado ferroviário e cicloturismo
Via	Trilhos em atividade; trilhos desativados; leitos ferroviários sem trilhos; elementos pertencentes à infraestrutura da via (túneis, pontilhões, pontes, etc.).
Terminal	Estações em atividade; estações desativadas; territórios formados a partir da consolidação da respectiva ferrovia; ruínas relacionadas a estes territórios terminais.
Veículo	Quando com trilhos: bicicletas adaptadas (<i>rail bikes</i>); quando sem trilhos, bicicletas convencionais ou elétricas.
Força motriz	Por ser um veículo de propulsão humana (transporte ativo), a força motriz da bicicleta é a própria alimentação de seus usuários.

Fonte: Elaboração própria baseado em (a) Palhares (2002).

Minas Gerais é, emblematicamente, um estado brasileiro que tem parte significativa de sua história e identidade associadas à ferrovia, embora a mineridade não possa ser reduzida de uma maneira essencialista a miopias (Ramalho, 2015). Nesse sentido, justifica-se a parte empírica pela escolha de iniciar um diálogo entre turismo ferroviário, cicloturismo e turismo científico por um estudo de caso neste Estado brasileiro. São 14 rotas de cicloturismo consolidadas em seus municípios (Marmo, 2023), em que as ferrovias são direta ou indiretamente tratadas em suas narrativas - seja como objeto principal, seja como parte integrante da paisagem. Para elucidar esta discussão, o exemplo da Rota do Ferro, instituída durante a pandemia do Covid-19 (2020 - 2023) sob a extensão da desativada Estrada de Ferro Sabará a Santa Bárbara (EFSSB), contemplando distintas paisagens de ruínas à modernidades por cerca de 80 km. A Figura 1 apresenta um mosaico de fotografias representativas no que concerne ao debate apresentado no contexto do Quadro 1.

Figura 1 – Mosaico de fotografias apontando elementos de relevância na Rota do Ferro.



Fonte: Acervo pessoal.

A partir da Figura 1, é possível representar os elementos de transporte sob a interface do cicloturismo na Rota do Ferro por meio do veículo e força motriz, com a representação da bicicleta e dos ciclistas que as movimentam - movimentando a economia local com gastos em alimentação e hospedagem, por exemplo. Enquanto isso, os elementos relacionados aos terminais se fazem presente nas imagens 1, 2 e 8; e os relacionados às vias se destacam pelas imagens 3, 4, 5, 6 e 7.

Analisar a ciência em movimento que implica a interface entre bicicletas e ferrovias foi uma parte significativa para responder a inquietação inicial sobre: Como o turismo científico pode ser uma ferramenta para potencializar o legado ferroviário a partir do uso de bicicletas.

De outro lado, colocar uma lente de aumento sobre o mapa do Brasil com o enfoque em Minas Gerais permitiu trazer dados empíricos para validar um debate que precisa do lastro objetivo da realidade para se materializar.

Nesse sentido, futuras pesquisas precisam avançar na teorização sobre o que seria este micro nicho de mercado que tem potencial para se formar da aliança de outros segmentos e nichos envolvendo ferrovia, bicicleta e ciências. Ainda, o caso da Rota do Ferro em Minas Gerais foi o primeiro passo, conhecer a realidade brasileira como um todo é tornar este caso mais robusto para se alinhar com as potencialidades de dar novos usos para velhas ferrovias (McCants *et al.*, 2016) numa perspectiva da ciência em movimento, ou seja de pesquisas que sejam despertadas ou realizadas a partir do uso de diversos modos de deslocamento.

Referências bibliográficas

- CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, e-1981, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.
- FRAGA, C.; DEUTSCH, S. F. Considerações Preliminares sobre o Turismo Bici Ferroviário. In: MENEZES, P. D. L. de.; BRAMBILLA, A.; SOARES, A. L. V. (org.). **Perspectivas da Gestão em Turismo e Hotelaria II**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.
- IPHAN. **Rede Ferroviária Federal S.A.** Brasília, DF., c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/611>. Acesso em: 31 out. 2023.
- MARMO, A. 14 roteiros imperdíveis em Minas Gerais para curtir de bicicleta. **Aliança Bike**, São Paulo, 27 out. 2023. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/circuitosmg/>. Acesso em: 31 out. 2023.
- MCCANTS, A.; BEIRA, E.; CORDEIRO, J. M. L.; LOURENÇO, P. B.; PEREIRA, H. S. (ed.). **New uses for old railways**. Portugal: Inovatec, 2016.
- PALHARES, G. L. **Transportes Turísticos**. São Paulo: Aleph, 2002.
- RAMALHO, W. S. C. Uma crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, p. 248-265, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i18.841>. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/841>. Acesso em: 31 out. 2023.

Reconhecendo Patrimônios Mundiais: o papel da UNESCO na internacionalização do patrimônio em diálogo com o Turismo

Jessica Silva Tinoco Gimenez

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

jessikgi@yahoo.com.br

Palavras-chave: patrimônio mundial; turismo, UNESCO; Michel Parent; IPHAN.

No ano de 1945, o cenário mundial se enquadrava em um período conturbado de grandes guerras e a criação da Organização da Nações Unidas (ONU) é o resultado de conferências de paz, nesse período. Assim, segundo Figueiredo Filho (2015), a UNESCO, organização vinculada a ONU, é considerada um armistício, que possibilita a conciliação por meio dos campos da educação, da ciência e da cultura. O contexto de criação da UNESCO é relevante para compreensão de sua atuação em âmbito internacional/mundial, nesses campos supracitados, tendo como lema a proteção do patrimônio e o fomento da criatividade. Diante dessa conjuntura histórica e de internacionalização, a percepção da importância de um sistema internacional do patrimônio e do papel da UNESCO como o órgão internacional central ocorre a partir da década de 1960.

Nesse período, o Brasil intensifica suas relações com o órgão por meio das missões do perito da UNESCO, Michel Parent. Entre os anos de 1966 e 1967, há uma tarefa de formular uma política para a conservação do patrimônio em conjunto e assessorando a Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN). O DPHAN é o que atualmente conhecemos como o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). O objetivo da relação entre o DPHAN e a UNESCO era promover uma cooperação técnica e especializada visando “diretrizes para “reformular e reforçar sua atuação” no que dizia respeito ao patrimônio cultural, em vista da industrialização acentuada que marcou as décadas de 1950 e 1960 no Brasil (Leal, 2008, p. 14). As grandes transformações urbanísticas dessas décadas estavam pautadas na tentativa de uma estruturação do crescimento urbano desorganizado frente à preservação dos patrimônios e ao desenvolvimento do turismo cultural nesses espaços. Assim, o objetivo da missão era o de incluir o Brasil no programa da ONU de incentivo ao turismo cultural e, consequentemente, a

adoção da preservação dos patrimônios culturais nos planejamentos urbanos. Sendo o ano de 1967 considerado pela ONU o ano internacional do turismo, estabelecendo o turismo como o passaporte para a paz no contexto pós-guerra.

Ao longo dos anos o turismo se tornou pauta relevante para a ONU e, assim, em 1975 se estabeleceu a Organização Mundial do Turismo (OMT) que passou a ter uma parceria com a UNESCO. Ambas se constituíram como agências da ONU no desenvolvimento do turismo, da cultura, da ciência e da educação. Segundo o então Diretor-Geral da UNESCO, René Maheu, era relevante “a possibilidade e utilidade de associar a conservação dos bens culturais ao desenvolvimento do turismo, levando-se em conta os valores históricos, artísticos e educativos inerentes a esses bens culturais” (Leal, 2008, p. 15). Ainda que permanecesse recorrente a ideia benéfica de associar o desenvolvimento econômico do turismo com os espaços (paisagens, sítios arqueológicos e *etc*), havia uma preocupação em relação aos perigos que a atividade turística predatória e desenfreada poderia ocasionar ao patrimônio cultural. Nesse contexto, a elaboração de políticas de preservação e de conservação associadas as atividades turísticas eram pautas relevantes, compreendendo que

os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos” e que “a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais (Leal, 2008, p. 16)

Durante esse período, a pauta do turismo cultural era mais enfatizada pela UNESCO do que propriamente dita pelo DPHAN. Porém, a questão do turismo se tornou uma porta de entrada para aprofundar as relações com o órgão internacional, além de adquirir recursos para a assistência nos programas da repartição. Nesse contexto, em 1966, por meio do decreto-lei 55, foi criada a EMBRATUR com o objetivo do desenvolvimento de políticas de incentivo ao turismo. Assim, as resoluções da UNESCO auxiliaram nos processos de internacionalização, conservação/preservação do patrimônio cultural brasileiro por meio da atividade turística. O contato da UNESCO com a DPHAN, foi crucial no desenvolvimento desses processos, no diálogo entre as organizações e no envio de peritos para pesquisarem sobre turismo e patrimônio no Brasil. “É o caso de Michel Parent, sua ênfase no turismo como atividade importante para o desenvolvimento econômico e preservação dos bens culturais, além do destaque dado à EMBRATUR em seu relatório” (Leal, 2008, p. 21).

A noção de patrimônio, apresentada por Michel Parent, vai além dos patrimônios edificados e naturais. Ele acreditava em um intercâmbio cultural e, por isso, incluía como patrimônio as manifestações culturais e as tradições. Com as associações entre os diversos tipos de patrimônio cultural e a sua preservação, o desenvolvimento econômico e a atividade turística, Michel Parent introduziu no Brasil a ideia de Patrimônio Mundial. Nesse contexto, a Convenção relativa a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, em 1972, foi essencial para a compreensão

do “valor universal excepcional” dos patrimônios como bens da humanidade e que precisam ser salvaguardados por todos os povos do mundo. Essa convenção só foi ratificada pelo Brasil em 1977, por meio do decreto número 80978/1977. Ao longo dos anos, a UNESCO realizou diversas Convenções Mundiais que discutiam os regimes de patrimonialização e os novos patrimônios mundiais, diferenciando o valor universal excepcional desses patrimônios mundiais do valor unicamente nacional e regional de outros bens. São essas as Convenções:

Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade, do ano de 1972, e que agrega a concorrida Lista do Patrimônio Mundial, além da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, datada de 2003, que evidencia a relevância dos bens de natureza intangível, considerando a divisão pragmática material X imaterial. Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado (1954); Meios de Proibir e Prevenir o Tráfico Ilícito de Bens Culturais (1970); Proteção dos Direitos de Autor e Direitos Conexos (1971); Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2001); e Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). Somando as duas Convenções destacadas no corpo do texto, nota-se que a temática do patrimônio cultural é mencionada em cinco do total de sete Convenções (Figueiredo Filho, 2015, p. 1).

Tendo em vista as missões de Michel Parent no Brasil, ele identifica a vasta e diferenciada riqueza histórica e cultural no país que possui influências de diversas partes do mundo na construção da sua identidade. Segundo Michel Parent (*apud* Leal, 2008, p. 26):

Sua ênfase, voltada para a questão das oportunidades de desenvolvimento turístico e econômico, recaiu naquilo que denominou uma “dupla relação, quantitativa e qualitativa” de virtudes, especialmente “um espaço natural tão rico em lugares espetaculares e em espécies preciosas úteis para a ecologia em geral como em potenciais agrícolas e industriais”; “uma vida cultural vigorosa e complexa nascida da confluência histórica de três correntes: América indígena, Europa latina e África negra”; e a capacidade virtual de seus habitantes, inúmeras vezes posta à prova em quatro séculos de história, de empenhar em combates vitais todas as forças de seu espírito e deu seus braços.

Desse modo, as missões da UNESCO no país possibilitaram novos rumos para a política de patrimonialização e suas relações com o IPHAN. A diversidade cultural do Brasil permitiu esse olhar sobre as crenças, saberes, tradições, que caracterizam o Patrimônio imaterial e sobre as candidaturas na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade. Sendo o objetivo cultural/educacional e institucional da UNESCO salvaguardar a diversidade cultural e ética dos patrimônios do mundo, protegendo, assim, as histórias, as relações sociais, afetivas, simbólicas, tendo não somente um viés pautado pela política e a economia (Garcia, 2014). Pertencer à lista da UNESCO como patrimônio da Humanidade requer um processo, uma candidatura, ou seja, passar por avaliações técnicas e trâmites políticos, além de um compromisso do país onde se localiza tal patrimônio, quanto a sua preservação, conservação e manutenção, pois esse pertence a todos os povos do mundo, caracterizando um interesse internacional. Há alguns benefícios em ser considerado parte da lista de patrimônios da humanidade, pela UNESCO: há a possibilidade de atrair diversos recursos para a preservação/conservação do patrimônio; dão acesso ao Fundo

do Patrimônio Mundial da UNESCO, que recebe os recursos financeiros dos estados-membros e contribuições voluntárias; aumenta a atratividade para o público, trazendo reconhecimento e desenvolvimento, por meio do incremento da atividade turística.

O Cais do Valongo se insere nesse contexto de um espaço/sítio arqueológico que foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial Cultural da Humanidade, devido ao seu valor excepcional e universal. Após os processos de patrimonialização e de revitalização da região portuária, na cidade do Rio de Janeiro, que abarca todos os espaços que são conhecidos como Pequena África, também são influenciados pela atividade turística. Tal atividade está pautada pela história, cultura e memória, ou seja, caracterizado por um turismo cultural. Além do Cais do Valongo, a cidade do Rio de Janeiro também foi reconhecida por sua paisagem cultural, seu espaço simbólico e urbano entre a montanha e o mar. O conceito de Paisagem Cultural foi adotado pela UNESCO, a partir de 1992, como uma nova tipologia de reconhecimento de bens culturais. Assim, em 2012 a cidade do Rio de Janeiro foi a primeira paisagem urbana a ser reconhecida como Patrimônio Mundial Cultural (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2012).

Referências bibliográficas

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FIGUEIREDO FILHO, Hilário Pereira. Patrimonialização de arquivos brasileiros: a UNESCO e os editais da ‘memória do mundo’ no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis, 2015. Tema: Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434405036_ARQUIVO_Texto.Anpuh2015-Hilario.PereiraFilho.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

GARCIA, Marina Mafra. Fabricando patrimônios: a Unesco como arena de reconhecimento. **e-cadernos CES**, [online], v. 21, p. 33-51, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1748>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1748>. Acesso em 4 mar. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê do Cais do Valongo**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_ver_sao_Portugues.pdf. Acesso em 27 set 2017.

IPHAN. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Acesso em: 15 out. 2023.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta (org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

MOLETTA, Vânia Florentino. **Turismo Cultural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1998.

ONU. Organização Mundial do Turismo-OMT. Disponível em: <https://ajonu.org/2012/10/17/organizacao-mundial-do-turismo-omt/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: patrimônio mundial como paisagem cultural urbana. **Revista do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/irph/sitio-unesco>. Acesso em: 15 out. 2023.

Folclore como patrimônio cultural e turismo científico

Milena Palmas de Melo

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Palavras-chave: folclore; patrimônio; cultura; turismo; ciência.

Conceituar folclore parece desafiador, uma vez que folclore pode ser considerado diversas manifestações culturais. Um dos conceitos mais práticos do que seria folclore é o saber do povo, ou seja, assim, uma cultura imaterial popular. A palavra folclore advém do neologismo inglês folk-lore, podendo ser traduzido num sentido amplo como o saber do povo. Segundo Maria Laura Cavalcanti, o termo foi inventado por Williem John Thoms, em 1846, para denominar um campo de estudos até então identificado como referente a “antiguidades populares” ou “literatura popular” (Cavalcanti, 2002, p. 1 *apud* Pena; Oliveira, 2016, p. 30). Visando folclore no Brasil, é de ser analisado como patrimônio cultural imaterial brasileiro, pois entende-se patrimônio cultural imaterial como exatamente essas manifestações culturais dos saberes do povo passada a gerações,

são os ofícios e saberes artesanais, as maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, as danças e as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares que revelam os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade (Brayner, 2012).

Já analisando o folclore brasileiro como turismo científico, seria através das viagens realizadas no país no intuito de pesquisas científicas sociais dos mitos folclóricos. Podendo assim considerar o turismo científico como um turismo no intuito de pesquisas. Segundo Conti, Elicher e Lavandoski (2021), turismo científico pode ser entendido como uma área de atuação para pesquisas científicas e práticas turísticas. O estudo científico do folclore no mundo tomou força no século XIX, já a prática do turismo ganhou força no século XX logo após a Segunda Guerra Mundial, sendo assim, é possível de já se encontrar turismo científico em estudo do folclore brasileiro no século XIX?

O presente estudo intenta analisar o folclore brasileiro como patrimônio cultural e turismo científico através dos trabalhos realizados pelos principais pesquisadores brasileiros do folclore, sendo eles Mário de Andrade, Florestan Fernandes, Câmara Cascudo, Pedro Teixeira e Inezita

Barroso. O folclore se faz muito presente no Brasil, considerado principalmente como um patrimônio no país, o que designou diversos órgãos para seu estudo e preservação com objetivo de defender e proteger. Assim, fazendo com que o folclore brasileiro seja mais conhecido entre seu povo. O Brasil foi o primeiro país a criar uma comissão para tratar de folclore e a CDFB (Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro) o apogeu dessa movimentação, criada em 1958 no então Ministério da Educação e Cultura. A campanha tinha como objetivo “defender o patrimônio folclórico e proteger as artes populares” (Cavalcanti, 2002, p. 4 *apud* Pena; Oliveira, 2016, p. 36). Brayner (2012), explica que quando alguém escreve um diário ou tira fotografias em uma viagem, essa pessoa está registrando coisas que aconteceram em sua vida, paisagens e lugares em que esteve e momentos vivenciados junto com familiares e amigos. O que é similar a inventariar um bem cultural, porém que se trata de descrever e documentar uma manifestação cultural por meio da realização de entrevistas, produção de textos, fotografias, entre outros recursos de documentação. Trata-se também de levantar todas as fontes de informação possíveis já produzidas sobre aquele bem. Sendo assim, produzindo um conhecimento atual de como é aquele bem cultural e uma memória das coisas que foram vistas e estudadas durante a realização do inventário.

Mario de Andrade viveu entre 1893 e 1945, estudou literatura, música, artes plásticas, folclore, arquitetura e foi também um grande escritor brasileiro. Ele viajou pelo país filmando, fotografando e escrevendo sobre danças, canções, “causos”, lendas entre outros (Brayner, 2012). Em 1924, Andrade viaja com os amigos às cidades históricas mineiras, onde ampliou o seu olhar sobre a arte barroca, recolheu lendas, tradições, poesia oral e música regional para escrever o livro “História da Música”. Em 1927, Andrade também viaja do Rio de Janeiro à Manaus, também passando por Bolívia e Peru, onde escreve em seu livro “Macunaíma”, lançado no ano seguinte (Leite, 2022).

Florestan Fernandes foi um dos mais honrados integrantes à educação pública do país, um dos mais ardorosos defensores. Enfrentou uma árdua luta para superar as adversidades destinadas aos meninos pobres que habitavam a capital paulista na terceira década do século XX, onde estudou o folclore paulistano. Em 1964, depois do golpe militar, mesmo Fernandes sendo vigiado devido um inquérito instaurado junto à Faculdade de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo), participa de atividades de combate à repressão, realizando diversas viagens ao exterior em 1965 e 1966 como *visiting-scholar* na Columbia University nos Estados Unidos (Oliveira, 2010).

Luís da Câmara Cascudo nasceu em Natal - RN, iniciou-se como jornalista em outubro de 1918, no jornal A Imprensa, também atuando nos jornais Acta Diurna, A República e Diário de Natal. A partir dos seus mais de 1.800 artigos publicados, fomentou sua obra de historiador, folclorista, antropólogo, etnógrafo, sociólogo, ensaísta, tradutor-comentador, memorialista e cronista, com renome internacional. Escreveu sobre os mais variados assuntos, sendo evidente

a sua especialização na etnografia e no folclore e a sua predileção pela história, pela geografia e pela biografia. Entre os seus mais de 200 livros, destaca-se O Dicionário do Folclore Brasileiro, que teve a sua primeira edição em 1954, foi a primeira compilação acadêmica de temas ligados ao Folclore, que não tinha, na época, status de ciência. Realizou várias viagens de estudo e pesquisa pelo Brasil e exterior. Em 1947 e 1948 foi a Portugal organizar e participar do 1º Congresso Luso-Brasileiro de Folclore, onde foi saudado pela imprensa local como "uma das mais altas expressões mundiais no domínio do folclore e etnografia". Em 1963 viajou à África com um objetivo especial: estudar a alimentação popular, na colheita de elementos para a sua grande obra História da Alimentação no Brasil (Fundação José Augusto, 2012).

Pedro Teixeira foi um grande mestre do folclore de Chã Preta que era assíduo do DAC (Departamento de Assuntos Culturais) e fazia parte do Conselho de Cultura. Era muito conhecido e famoso como grande ensaiador e divulgador dos folguedos nas Escolas da cidade, onde já havia implantado um movimento para folclórico muito forte produzindo belos grupos como os do Colégio Elio Lemos, Sagrada Família, Correia das Neves, Escola Cenecista do Poço e outras (Ayres, 2014). Pouco se sabe se Teixeira realizou turismo científico para realização de pesquisas folclóricas, toda sua dedicação é encontrada nas escolas de Alagoas, estado do Brasil onde nasceu e dedicou sua vida.

Inezita Barroso, nascida como Ignez Magdalena Aranha de Lima foi defensora da viola caipira com todas as suas forças, rainha da música sertaneja. Além de cantora, atuou como atriz, radialista, professora de folclore e comandou a 35 anos o programa Viola, Minha Viola, exibido pela TV Cultura (Raulli, 2014). Realizou uma viagem no intuito de colher material folclórico para o filme Jovita, e foi um ótimo pretexto para visitar os mais escondidos rincões do sertão nordestino. Do contato com as comunidades que preservavam a cultura dos antepassados, Inezita Barroso resultou em uma rica pesquisa e a certeza de que a vocação era mesmo para folclorista (Pereira, 2013 *apud* Raulli, 2014).

Avaliando o folclore brasileiro como turismo científico através dos folcloristas brasileiros citados, vimos que não é possível encontrar turismo científico de folclore no Brasil no século XIX. O folclorista mais antigo, Mário de Andrade, nasceu no final do século XIX, sendo sua primeira pesquisa folclorista realizada já no século XX.

[...] Andrade procura conhecer e compreender o folclore em estreito diálogo com as ciências humanas e sociais então nascentes no país. Para ele, o folclore, expressão da nossa brasilidade, ocupa um lugar decisivo na formulação de um ideal de cultura nacional (Cavalcanti, 2002, p. 1 *apud* Pena; Oliveira, 2016, p. 34).

Como campo de estudo, o folclore também se transforma, acompanhando a evolução do conhecimento no conjunto das ciências humanas e sociais (Pena; Oliveira, 2016). E o turismo científico também está interligado ao turismo cultural,

Margoni (2015) discute que o turismo científico está sempre aliado a outros subtipos de turismo, pois parte da observação e análise de um tema, que pode ser um evento, a natureza, ou a cultura [...] Como subtipo do turismo cultural, o turismo científico se apresenta como uma experiência em que o turista terá contato com a cultura do visitado, sendo que esta observação pode gerar a produção do conhecimento científico ou não (Conti; Elicher; Lavandoski, 2021, p. 3).

O folclore brasileiro como patrimônio cultural e turismo científico analisado através dos folcloristas brasileiros Mario de Andrade, Florestan Fernandes, Câmara Cascudo, Pedro Teixeira e Inezita Barroso entendendo o folclore como podendo ser traduzido num sentido amplo como o saber do povo (Pena; Oliveira, 2016); patrimônio cultural imaterial como saberes artesanais, as maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, as danças e as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares que revelam os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade (Brayner, 2012); e turismo científico como uma área de atuação para pesquisas científicas e práticas turísticas (Conti; Elicher; Lavandoski, 2021), podemos concluir que folclore e patrimônio cultural imaterial são sinônimos e que não é possível de se encontrar turismo científico em estudo do folclore brasileiro no século XIX, apenas a partir do século XX, onde o turismo ganhou força no Brasil e no mundo. Mesmo assim, se faz de grande importância o turismo científico para pesquisas sobre o folclore brasileiro no século XX.

Referências bibliográficas

AYRES, F. **Balé folclórico de Alagoas: 37 anos de história e os processos criativos na espetacularidade folclórica alagoana**. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Faculdade de Artes, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2014.

BRAYNER, N. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão sistemática da literatura sobre Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, maio/ago, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Biografia - Luís da Câmara Cascudo. ADCON, Natal, 2012. Disponível em: http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000010559.PDF.

GUTERRES, D. V. W.; WOLFFENBÜTTEL, C. R. Produção científica sobre folclore nos periódicos de educação. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 11, n. 22, jul/dez. 2022.

LEITE, V. F. A. Biografia de Mário de Andrade: um tupi tangendo um alaúde. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.65335>.

OLIVEIRA, M. M. de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

PENA, I. A. B.; OLIVEIRA, M. A. S. A. de. Folclore brasileiro: o saber de um povo. *In*: OLIVEIRA, M. A. S. A. *et al.* **Cultura brasileira**: volume 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016. p. 29-66.

RAULLI, M. B. **A alma sertaneja de Inezita Barroso**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade do Sagrado Coração, Bauru, 2014.

A Central do Brasil como concepção de um espaço cotidiano através do imaginário

Adrielly Ramos Motta de Lima
Universidade Federal fluminense (UFF)

Palavras-chave: atrativos turísticos; Central do Brasil; imaginário; palimpsesto.

A Central do Brasil criada em 1858 por Dom Pedro II, com a finalidade de estação de trem passou por diversas mudanças em sua infraestrutura, mas sua finalidade continuou a mesma, estação de trem, carregando diariamente fragmentos históricos do país. Atualmente o terminal ferroviário é um lugar de memória não reconhecido como patrimônio histórico, o mesmo acaba se degradando aos poucos se tornando mais um local cotidiano de passagem, criando assim um espaço de vivência na sociedade carioca.

Além disso, a utilização frequente do espaço em questão é dada pelo uso intenso do transporte público em massa pelo subúrbio carioca, onde pessoas de menor poder aquisitivo dependem do transporte coletivo para chegar em seus respectivos trabalhos.

Logo, a Central do Brasil, potencial atrativo turístico, se tornou apenas um local de passagem onde não exerce seu funcionamento de visitação e contemplação histórica. Tornando assim o imaginário de grande parte da população do Rio de Janeiro densa, podemos observar o terminal ferroviário sendo visto como apenas mais um meio de transporte, e não como um atrativo turístico com mais de cem anos.

Dessa forma, surgem algumas indagações que nos fazem refletir, como os espaços se tornam lugares de memória? O ambiente analisado faz parte do imaginário e paisagem urbana de gerações cariocas, entre encontros e reencontros, como podemos valorizar a memória que a estação sustenta?

A utilização diária do espaço em questão, torna o mesmo um local de grande influência na vida da população, de forma direta ou indireta, a estação de trem está localizada no Centro do Rio de Janeiro, local de grande movimentação, tudo que acontece passa por ali, tornando-o um ponto de referência grandemente utilizado pela população.

Sendo assim, utilizaremos uma análise literária, através de pesquisa bibliográfica exploratória, utilizando 02 artigos, que durante a pesquisa obtiveram grande compatibilidade

com o tema em questão. O primeiro artigo “*Turismo cultural no campo de Santana e entorno: um estudo sobre a estação ferroviária Central do Brasil no Rio de Janeiro*”, escrito por Carla Conceição Lana Fraga, Eloise Silveira Botelho, Simone Feigelson Deutsch e Vera Lúcia Bogéa Borges; publicado em 2020 pelo *CV Tempo e espaço - Caderno virtual de turismo* e o segundo artigo “*Central do Brasil ‘Esporte’ de risco*”, escrito por José Paulo Florenzano que veio a público em 2019, pela *Revista Dobra*. Logo, iremos analisá-los juntamente, e coletar as informações necessárias para ocasionar maior entendimento sobre o ponto de vista abordado no trabalho.

Dessa forma, a cidade onde está localizado nosso objeto de pesquisa carrega camadas, com grande valor histórico que não podem ser apagadas, tudo que se vivencia no local não pode ser excluído por completo. Camadas palimpsestas andam junto com o imaginário da população, pois ambos elaboram a formação das informações que irão ser passadas de forma voluntária ou involuntária. Nessa linha, entende-se como cidade “[...] o espaço físico e as inter-relações socioeconômicas ali efetuadas, o urbano poderá implicar um modo de vida, uma sensibilidade e uma cultura (Harvey 1980, p. 265) vivenciados como imaginário [...]” (Gastal, 2006, p. 61).

A formação do imaginário da população carioca, se deu a partir de fragmentos utilizados pela população ao longo dos anos, segundo Gastal (2005, p. 82) que:

[...] os imaginários falam de sentimentos, de desejos e de necessidades humanas. No que se refere ao turismo, os imaginários podem nos ajudar a trabalhar bem melhor, tanto na elaboração de produtos turísticos, ou seja, na sua fase de planejamento, quanto na sua comercialização [...].

Ou seja, podemos compreender que o imaginário construído acerca da Central do Brasil foi criado como um local habitual de passagem cotidiana, deixando de lado o uso turístico do espaço.

Concomitantemente, o olhar do turista é de extrema importância, pois será a forma que ele irá retratar os lugares, seja em redes sociais ou de forma informal, fazendo assim com que a impressão relatada pelo mesmo, crie fragmentos de realidades dentro do imaginário de cada pessoa, levando a formar assim uma primeira impressão, que seria o imaginário que é um elemento racional nascendo de informações vistas ou contadas.

O artigo “*Turismo cultural no campo de Santana e entorno: um estudo sobre a estação ferroviária Central do Brasil no Rio de Janeiro*”, gira em torno de uma questão mais histórica patrimonial sobre a Central do Brasil e outros atrativos, analisando a relevância da trajetória, arquitetura e urbanismo, ligados à questão cultural do terminal ferroviário abordando um uso mais turístico do lugar. O local em questão faz ligação com os espaços ao redor, mas devido o uso cotidiano, o imaginário das populações é remetido para ‘um espaço comum’ e torna a atividade turística inativa.

Ao longo do documento, é apresentado a tríade - história, memória e patrimônio- em função da influência na paisagem urbana, pois o objeto é voltado para turismo histórico-patrimonial.

Segundo Fraga *et al.* (2020, p. 4)

enquanto a memória é a vida e está aberta à dialética da lembrança e da amnésia, a história é a reconstrução problemática do que não mais existe. Enquanto a memória é o lugar do presente eterno e se forma de maneira coletiva, a história é uma representação do passado que se constitui de maneira universal.

Pode-se compreender que a Central do Brasil é um espaço de memória, pois o uso cotidiano do local faz com que as pessoas vivam grande partes de sua vida ali, tornando-o assim um espaço de relevância na vida do entorno. A memória relatada aqui se faz viva através dos usuários do terminal ferroviário, formando um palimpsesto ocasionando camadas sobre camadas, memórias sob memórias, que não podem ser apagadas por completo, tornando a influência do local forte na vida das pessoas.

Segundo o artigo, a construção em questão possui arquitetura no estilo pós-guerra, com edificações altas e linhas retas, marcando a velocidade vida e o tempo diante da sociedade trabalhista globalizada.

O atrativo em questão, possui diversos problemas sociais que não foram relatados ainda, como a falta de preservação da infraestrutura e do transporte público, que utiliza a Central do Brasil diariamente. Ao realizarmos uma breve pesquisa no site *Google*, na penúltima semana do mês de dezembro de 2022, digitando as palavras-chave ‘trens’ e ‘superVia’, observamos uma série de reportagens, relatando sobre a irregularidade dos trens no âmbito de horários e suspensão dos veículos.

Dessa forma, iremos analisar o outro artigo em questão “*Central do Brasil ‘Esporte’ de risco*”, que por sua vez, trata de algumas práticas realizadas pelos usuários do transporte público, mediante ao cenário de superlotação dos vagões dos trens na década de 70, onde tais costumes fazem com que o imaginário da população carioca fique prejudicado.

O texto já é iniciado abordando a insalubridade do transporte público, onde era e ainda é utilizado por grande parte da classe baixa carioca, onde os passageiros sofrem com a superlotação dos vagões, ocasionando uma sensação de estar dentro de uma “lata de sardinha”.

Os passageiros ficavam em torno de duas horas dentro do trem para chegar a Central do Brasil, tornando um tempo de ócio relativamente grande, e em meados de 1970 não existiam muitos espaços de lazer para a população do subúrbio carioca, os passageiros criaram um novo ‘esporte’ para passar o tempo dentro do trem, que seriam os esportes de alta tensão, onde os indivíduos ficavam em pé em cima dos vagões em movimento e ‘surfavam’ durante a viagem.

O texto afirma que tal prática não era um esporte, e sim uma consequência da escassez dos transportes públicos, extremamente perigosa, onde diversas pessoas foram a óbito realizando a atividade.

Consequentemente, tal exercício remete diretamente ou indiretamente para a imagem da Central do Brasil, criando um imaginário turbulento na mente da população carioca, onde as

estações de trens se tornaram locais ‘perigosos’ onde as pessoas só iriam caso precisassem, sem o intuito de visitação ou utilização dos espaços, com fins voltados para empreendimentos que valorizem o local.

Logo, podemos perceber que a Central do Brasil passou por diversos problemas sociais e de infraestrutura, que precisa urgentemente de políticas de preservação e de valorização da cultural local. Compreendo que o terminal ferroviário se tornou um local de ir e vir de grande parte da população da classe baixa carioca, e o imaginário turístico não entrou ainda nos meios de utilização do povo e adjacências, diminuindo sua funcionalidade e impacto.

Referências bibliográficas

FLORENZANO, J. P. Central do Brasil: “Esporte” de Risco. **dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, São Paulo, v. 12, n. 27, p. 103-121, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.v12i27.985>. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/985>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FRAGA, C. C. L.; BOTELHO, E. S.; DEUTSCH, S. F.; BORGES, V. L. B. Turismo cultural no Campo de Santana e entorno: um estudo sobre a Estação Ferroviária Central do Brasil no Rio de Janeiro. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.20n2.2020.1843>. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1843/685>. Acesso em: 5 out. 2023.

GASTAL, Susana. **Alegorias Urbanas**. São Paulo: Papirus, 2006.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2008. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2001.15.3123> Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123>. Acesso em: 5 out. 2023

Turismo Científico no Brasil: das expedições científicas no século XIX aos dias atuais

Ana Paula Rosa Rossi Duque

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Bianca Rossi Duque

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chave: ciência cidadã; expedições científicas; turismo científico; viajantes estrangeiros.

O Turismo Científico, segundo Conti, Elicher e Lavandoski (2021, p. 3), “é a realização da prática turística associada à produção do conhecimento científico, em diferentes áreas do saber”. Ainda de acordo com a autora, por ser um conceito muito recente e de produção acadêmica considerada incipiente, esta modalidade pode ser entendida como um subtipo de segmentos do turismo já consolidados, como o turismo cultural, de intercâmbio, de eventos ou ecoturismo; ou como um dos paradigmas do turismo sustentável, posto que seu destino em geral são áreas socioambientais relevantes. Os países que mais se destacam como receptores do Turismo Científico, conforme Conti, Elicher e Lavandoski (2021) relatam, baseando-se em pesquisa de Revilla e Moure em 2017, são Madagascar, África do Sul, China, Colômbia, Chile, Argentina e Brasil, em virtude da grande diversidade de recursos naturais e culturais que possuem. Em contrapartida, os principais países emissores são Luxemburgo, Suécia, Noruega e Países Baixos, segundo as mesmas autoras. A força motriz do conhecimento humano é a curiosidade. No passado, mais precisamente no século XIX, o Brasil se abriu para diversas expedições científicas. Este pode ser considerado um marco inicial para o desenvolvimento do que hoje consideramos como Turismo Científico. O olhar do viajante europeu para este continente considerado exótico está nos diferentes relatos legados por eles. Kury (2001) elenca alguns desses célebres viajantes que aqui vieram: o botânico Auguste de Saint-Hilaire (expedição entre 1816-1822), o botânico Carl Philipp von Martius (expedição entre 1817-1820), o naturalista Johann Baptist von Spix (expedição entre 1817-1820), o naturalista e etnólogo Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied (expedição entre 1815-1817). Para maior fidedignidade das informações, artistas como Rugendas, Thomas Ender, Louis de Choris e Adrien Taunay ilustravam seus relatos, uma iconografia ímpar a respeito do que aqui encontraram. Antunes (2021), em uma outra linha de

pesquisa a respeito dos viajantes do século XIX, aponta a importância dos saberes locais para o sucesso dessas expedições. O autor destaca uma nova abordagem na análise dos relatos de viagem dos naturalistas, onde homens e mulheres compartilhavam técnicas e conhecimentos locais e empíricos, ainda que não conhecessem os métodos da ciência europeia. Tais conhecimentos se mostraram essenciais para as expedições:

A partir das interações com as populações locais, os viajantes conseguiam o apoio logístico necessário para a movimentação em regiões pouco conhecidas e reuniam informações importantes sobre os hábitos e habitats de espécies animais e vegetais, incluindo seus usos econômicos e medicinais. Além disso, indígenas e escravizados, dentre outros, contribuíram com a coleta e a preparação dos espécimes que formaram as coleções levadas para museus de História Natural nos Estados Unidos e na Europa, principalmente (Antunes, 2021, p. 1).

Seja de forma amadora ou científica, a busca pelo conhecimento atrai turistas por informações nos mais diversos campos da ciência. Queiroz (2020), em reportagem da Revista Pesquisa FAPESP, elenca alguns destinos que abordam diferentes áreas do conhecimento abrangidas pelo Turismo Científico. Dentre os que se encontram no Brasil, citamos as Missões Jesuíticas Guaranis (patrimônio arquitetônico, cultural e artístico), a Rede Distrital de Educação e Divulgação Científica de Brasília (que engloba instituições como o Jardim Zoológico, o Jardim Botânico, o Museu da Imagem e do Som, o Arquivo Público e alguns espaços da Universidade de Brasília), o Parque Geológico de Araripe (demonstração de fósseis, impressões de flora e fauna silicificadas e evolução geológicas da região), o Parque Nacional da Serra da Capivara (com patrimônio arqueológico e que organiza exposições com materiais arqueológico, paleontológico, zoológico e botânico) e o Projeto Tamar (estudos de proteção às tartarugas marinhas, com sede em várias cidades do país). No entanto, muitos outros exemplos podem ser encontrados. Com relação à produção científica sobre o assunto, Conti, Elicher e Lavandoski (2021) faz uma análise baseada em artigos sobre Turismo Científico, onde relaciona a categorização em um universo de 38 artigos publicados, revelando a seguinte distribuição:

- Eventos científicos ou esportivos: 10 artigos que descrevem eventos com cunho científico ou esportivo, com destaque para artigos no contexto das artes marciais;
- Turismo de natureza: 8 artigos que vinculam o turismo científico ao turismo de natureza, à conservação de áreas protegidas e/ou práticas de ecoturismo;
- Viagem científica: 7 artigos que tratam de viagens científicas de pesquisadores, professores, estudantes, para um local de interesse científico ou para centros de pesquisa;
- Educação: 5 artigos que tratam do turismo científico como estratégia de educação/ ensino;
- Geoturismo/Geoparque: 4 artigos que tratam de geoturismo e/ou geoparques em associação ao turismo científico;
- Desenvolvimento socioeconômico: 3 artigos que tratam o turismo científico como possibilidade de desenvolvimento socioeconômico de um local.

- Teórico: 1 artigo que tem como objetivo principal a discussão teórica sobre turismo científico.

A relação acima demonstra a capacidade de expansão do segmento de Turismo Científico nacional e mundialmente nas diversas áreas do conhecimento humano. Atualmente, uma das práticas que mais se destaca é a de Ecoturismo, em virtude da preocupação atual na preservação do meio ambiente e como forma de enfrentamento às mudanças climáticas e aos eventos extremos observados atualmente. A definição de Ecoturismo, conforme Martins e Silva (2019), é aquela que traz “princípios solidificados e relacionados à ética ambiental, à experiência efetiva com a natureza, aos benefícios para a comunidade local, à conservação do meio ambiente, à minimização de impactos, à consciência ambiental por parte dos turistas, entre outros aspectos” (Martins; Silva, 2019, p. 488).

Ainda segundo o autor, muitos dos roteiros turísticos utilizam o forte apelo do prefixo “eco” para impulsionar as vendas, desvirtuando o conceito de ecoturismo. Aliado ao conceito de Ciência Cidadã, conforme Ávila *et al.* (2022, p. 377), que “sugere uma ciência que satisfaça as necessidades e preocupações dos cidadãos”, o Turismo Científico também pode ampliar sua abrangência com a conjugação de ciência, história e patrimônio, sendo estes últimos dois dos aspectos mais relevantes do turismo tradicional. Ainda pouco explorado, é um nicho que tende a crescer, especialmente no território fluminense. Os antigos caminhos coloniais, que derivaram das trilhas originalmente abertas pelos povos originários e serviram para escoar a produção de ouro e, após seu declínio, o café e outras culturas, receberam a atenção do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac. O instituto efetivou o tombamento dos chamados Caminhos de Minas, compostos por diversos trechos das antigas estradas coloniais e imperiais, por meio do processo n.º E-03/31.486/83 (INEPAC). O inovador conceito de preservação e gestão da paisagem tombada permite abranger os mais diversos bens cujo valor está na sua representatividade para as comunidades em que estão inseridos: árvores, pedras, morros, aldeias, cachoeiras, etc. Os acontecimentos históricos têm forte influência científica e também são muito caros à cultura das comunidades. Trabalhar a história local e o Ecoturismo de modo interligado pode proporcionar excelentes práticas de Turismo Científico, que ainda apresenta esta grande lacuna e pode ser mais incentivado e pesquisado. Esperamos que em breve possamos ver novos roteiros trabalhando estas e outras práticas, contribuindo para o fortalecimento da Ciência Cidadã.

Referências bibliográficas

ANTUNES, A. P. Saberes locais e a formação de coleções de História Natural nas expedições científicas do Oitocentos. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/215/149>. Acesso em: 20 out. 2023.

ÁVILA, R. de F.; TONIOLO, M. A.; MACIEL, L.; BRANCO, E. A. Avaliação de um processo de coprodução de conhecimento e engajamento de atores a partir de ferramentas da Educação Ambiental: práxis e ciência cidadã. **Revbea**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 371–391, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.12969>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/12969/9741>. Acesso em: 15 out. 2023.

CONTI, B. R.; ELICHER, M. J.; LAVANDOSKI, J. Revisão Sistemática da literatura sobre o Turismo Científico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, maio/ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1981>. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1981/1435>. Acesso em: 20 out. 2023.

INEPAC. **Caminhos de Minas**. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/435. Acesso em: 15 out. 2023.

MARTINS, P. C.; SILVA, C. A. da. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 487-505, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i3p487-505>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/157887>. Acesso em: 15 out. 2023.

QUEIROZ, C. Saberes de viagem: roteiros combinam conhecimento científico com a exploração de novas paisagens e permitem ao visitante atuar como assistente em atividades de pesquisa. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, v. 287, p. 72-79, jan. 2020. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2020/01/Pesquisa-287_Completo.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

Grandes Eventos Religiosos e seus Impactos Ambientais

Daniely Lima Cardoso

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)

Gabriely Lima Cardoso

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)

Solano de Souza Braga

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Palavras-chave: eventos; turismo religioso; impactos.

A estratégica realização de eventos como catalisadores do crescimento econômico e social destacam a necessidade de políticas e abordagens que valorizem e fomentem a realização destes, reconhecendo sua capacidade não apenas de gerar benefícios imediatos, mas também de criar bases sólidas para um progresso duradouro (Amaral, 1998 *apud* Borges *et al.*, 2021).

No cenário contemporâneo, McGettigan e Griffin (2012) enfatizam a relevância marcante do turismo religioso, permeando diversos aspectos da vida. Essa prática vai além do que inicialmente concebemos, exercendo uma influência considerável em nosso meio social e evoluindo constantemente para se adaptar de maneira cada vez mais alinhada com os desafios e dinâmicas atuais.

De acordo com Barbosa (2017) este segmento apresenta um notável poder de transformação, exercendo influência significativa na dinâmica econômica de municípios inicialmente não caracterizados por uma eficiência financeira expressiva. Esta capacidade de catalisar mudanças impulsiona consideravelmente a ascensão econômica dessas localidades outrora relegadas ao esquecimento, conferindo-lhes atratividade para visitantes, especialmente aqueles motivados pela crença.

No entanto, é imprescindível reconhecer que essa atividade turística não se limita a gerar apenas benefícios, ele também pode acarretar malefícios em diferentes esferas, sejam elas naturais ou culturais, nos destinos (Cunha, 2001 *apud* Silva; Ribeiro, 2018).

Os impactos decorrentes dessa prática são diversos e abrangentes, requerendo uma reflexão que estimule a busca por alternativas que minimizem os aspectos negativos, promovendo uma abordagem mais sustentável por parte setor público e privado.

Por tanto, é essencial estabelecer objetivos e diretrizes específicas direcionadas à atividade, visando evitar problemas ambientais e a descaracterização cultural, assim como manter a preservação do patrimônio histórico. Um exemplo notável de ações nessa perspectiva é a elaboração adaptada do programa “Agenda 21” pela Organização Mundial de Turismo (OMT), Conselho Mundial de Viagem e Turismo e Conselho da Terra. Este documento busca fornecer um plano abrangente para garantir a sustentabilidade do planeta, estendendo-se do presente até o final do século XXI (Cunha; Cunha, 2005). Sua criação e implementação representa uma iniciativa significativa no sentido de orientar as práticas da indústria de viagens e turismo em direção a um modelo mais sustentável.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa compreender como esse fenômeno pode trazer benefícios significativos a determinadas localidades, como também analisar e descrever os impactos dessa prática, abrangendo não apenas a esfera econômica, mas também outros setores associados, fornecendo informações que contribuam para a sustentabilidade e acessibilidade aprimorada desse setor.

O processo metodológico adotado para esse estudo fundamentou-se em uma revisão abrangente da literatura envolvendo a análise criteriosa de periódicos de autores como Cunha e Cunha (2005), Lopes (2011), Aragão e de Macedo (2011) Batalha, Bentes, Pontes e Silva (2014), Jácome (2016), Barbosa (2017), Passos (2018), Silva e Ribeiro (2018), Borges *et al.* (2021), Correa (2021), Martins (2022) e reportagens disponíveis para acesso na internet, como no portal de notícias da Globo, todos relacionados à temática em questão.

Diante dessa abordagem, observou-se que a ausência de ordenamento e planejamento no turismo religioso acarreta efeitos adversos tanto para a economia quanto para a preservação das tradições, do patrimônio local e do meio ambiente. Isso fica evidenciado na figura 2, a qual é notório o descarte inadequado de resíduos sólidos após as festividades e romarias no dia de Santo Antônio em um dos principais pontos turísticos da Serra do Bodopitá, no município de Fagundes, localizado no estado da Paraíba.

Figura 1 e 2 – Pedra de Santo Antônio.



Fonte: Barbosa (2011 *apud* Borges *et al.*, 2021).

Assim como o elevado fluxo de visitantes durante eventos religiosos ou peregrinações, a qual contribui para a deterioração das imagens, seja por toques frequentes, exposição às intempéries ou até mesmo atos de vandalismo, como mostra a figura 3. A ausência de regulamentação e controle eficazes intensifica ainda mais esse desafio, podendo resultar em danos irreparáveis a componentes fundamentais do patrimônio local.

Figura 3 – Fragmentos da imagem de Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Polícia Militar de Tejuapá do estado de São Paulo (*apud* Patriarca, 2017).

A análise desses desafios e discussão das estratégias de preservação não apenas evidenciam a complexidade do equilíbrio entre turismo religioso e conservação do patrimônio, mas também apontam para a necessidade de abordagens integradas. Uma gestão cuidadosa alinhada com a valorização cultural e espiritual, é fundamental para assegurar que as futuras gerações possam continuar a desfrutar e respeitar as riquezas do patrimônio sagrado local.

Desse modo, contribuindo para que esse segmento venha a gerar diversos benefícios sendo eles, o desenvolvimento local, na economia, na cultura e por fim assegurando geração de emprego e crescimento na qualidade de vida da população. Diante desses fatos expostos é notório que o turismo religioso apresenta uma série de benefícios que vão além do aspecto espiritual, influenciando positivamente diversas esferas.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Ivo Francisco. A Cidade-santuário de Aparecida: devoção, turismo religioso e política. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 81-102, jul./dez. 2017.
DOI: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2017.46724>.

BORGES, Igo Marinho Serafim *et al.* O turismo religioso realizado na Pedra de Santo Antônio em Fagundes-PB: reflexões sobre os impactos socioambientais. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 12, e527101220502, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20502>.

CUNHA, Sieglinde Kindl da; CUNHA, João Carlos da. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. especial 2, p. 63-79, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-6552005000600006>.

MCGETTIGAN, Frances; GRIFFIN, Corina. Pilgrims' progress: the changing nature of visitors to religious sites in Ireland. **International Journal of Tourism Policy**, v. 4, n. 2, p. 117-131, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJTP.2012.048999>.

PATRIARCA, Paola. Homem destrói imagem de Nossa Senhora Aparecida e diz à polícia que 'ouviu vozes'. **G1**, Itapetininga e Região, 4 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/homem-destroi-imagem-de-nossa-senhora-aparecida-e-diz-a-policia-que-ouviu-vozes.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2022.

SILVA, Márcia; RIBEIRO, Rita. O turismo religioso em Braga: a perspectiva dos residentes sobre a Semana Santa. *In*: ARAÚJO, Emília; RIBEIRO, Rita; ANDRADE, Pedro; COSTA, Rosalina (ed.). **Viver em|a mobilidade**: rumo a novas culturas de tempo, espaço e distância. Livro de atas. Braga: CECS, 2018. p. 162-172.

ISBN: 978-65-86694-17-8

ad



9 786586 694178